



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS-IFCHS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA -**  
**PPGSCA**

**QUILOMBOS DO ANDIRÁ: do processo de construção da região do Baixo Amazonas na perspectiva dos viajantes naturalistas à interpretação científica sob a ótica de professores/pesquisadores na contemporaneidade**

**CARLA SILVANE DA SILVA COSTA**

Manaus – AM

2023

CARLA SILVANE DA SILVA COSTA

**QUILOMBOS DO ANDIRÁ: do processo de construção da região do Baixo Amazonas na perspectiva dos viajantes naturalistas à interpretação científica sob a ótica de professores/pesquisadores na contemporaneidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA/UFAM, do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Amazonas-IFCHS/UFAM, como requisito para obtenção do título de Mestre.

**Orientador:** Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida

Manaus – AM  
2023

### Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C837q Costa, Carla Silvane da Silva  
Quilombos do Andará : do processo de construção da região do Baixo Amazonas na perspectiva dos viajantes naturalistas à interpretação científica sob a ótica de professores/pesquisadores na contemporaneidade / Carla Silvane da Silva Costa . 2023  
155 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Alfredo Wagner Berno de Almeida  
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Viajantes Naturalistas. 2. Baixo Amazonas. 3. Quilombos do Andará. 4. Professores/Pesquisadores . I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CARLA SILVANE DA SILVA COSTA

**QUILOMBOS DO ANDIRÁ: do processo de construção da região do Baixo Amazonas na perspectiva dos viajantes-naturalistas à interpretação científica sob a ótica de professores/pesquisadores na contemporaneidade**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Linha de pesquisa: 2, Redes, Processos e Formas de Conhecimento, como parte das exigências para o título de Mestre em “Sociedade e Cultura na Amazônia”.

BANCA EXAMINADORA



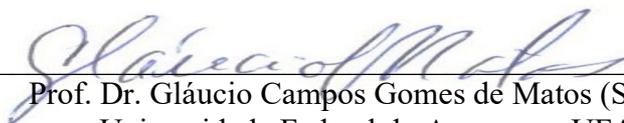
Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida (Presidente)  
Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM)



Prof. Dra. Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro (Membro)  
Universidade Federal do Amazonas-UFAM



Prof. Dr. João Marinho da Rocha (Membro)  
Universidade Estado do Amazonas-UEA



Prof. Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos (Suplente)  
Universidade Federal do Amazonas-UFAM



Dr. Odenei Ribeiro de Souza (Suplente)  
Universidade Federal do Amazonas-UFAM

Dissertação aprovada em: 11/09/2023

Manaus – AM

2023

## DEDICATÓRIA

*Em nome dos quilombolas de Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, Ituquara, São Pedro, Trindade e núcleos: Pagoa, São Paulo do Açú, Lírio do Vale e São Marcos, dedico este trabalho aos quilombolas do rio Andirá de cujas histórias aqui registradas, nascem as múltiplas memórias de um povo que luta pela realização de seus direitos étnicos e territoriais.*

## AGRADECIMENTOS

*Aos quilombolas do Andirá, parte fundamental deste trabalho, aqui representados, entre outros agentes sociais: os educadores (as), professores (as), as mulheres cursistas que com suas vozes consubstanciaram os argumentos desta dissertação.*

*Grata sou por ter tido o apoio do orientador desta dissertação, o Professor Doutor Alfredo Wagner Berno de Almeida, pelas inúmeras contribuições prestadas no transcorrer da formulação de ideias, cujo fornecimento de subsídios teóricos permitiu consolidar o significado científico desta abordagem, condição necessária para concretização do presente trabalho.*

*Aos professores e professoras do PPGSCA, com quem tive a oportunidade de conviver e que muito contribuíram para o enriquecimento de meus conhecimentos, pois, foi através deles que consegui galgar mais este degrau na escada da vida acadêmica.*

*Aos/as colegas do PPGSCA que mesmo à distância ocasionada por conta da Covid-19, não desistimos de nos encontrar todas as tardes, seja através das telas do celular ou de um computador. Em meio aos trágicos dilemas provocados por esse vírus, nós estávamos ali buscando e aprofundando nossos conhecimentos advindos de nossos mestres.*

*À Joelma Silva, sempre tão disponível a nos ajudar frente às demandas solicitadas à Secretaria do Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia.*

*À minha querida Professora Doutora Magela de Andrade Ranciaro, pela sua importância e contribuição aos desafios intelectuais no desenvolvimento de todo esse trabalho. Por atuar como professora, educadora e amiga, ao longo do desenvolvimento deste projeto, a minha eterna gratidão.*

*Ao Professor Doutor João Marinho da Rocha, pela disponibilidade e contribuição ao presente trabalho. O apoio intelectual e incentivo no campo da pesquisa permitiu aprofundar questões relacionadas à temática quilombola.*

*Às minhas amigas que o mestrado me presenteou: Vanessa Araújo, Elisângela Monteiro e Iracema Negreiros. Grata sou pelo afeto, carinho e apoio de cada uma de vocês, pois, aquecendo encontros e diálogos, obrigada pelas descontraídas tardes de café, e, por tudo, vocês têm morada no meu coração!*

*Ao meu pai José Almerindo (in memoriam) que, embora em outro plano, estás presente, junto a nós, à minha mãe Cleonice, meu exemplo de fé e oração, fortaleza dos meus dias. A todos, meus irmãos e irmãs: Carlos, César, Jorge, Vicente, José Augusto, Adson, Paulinho, Maria das Dores (in memoriam) o meu amor e meu carinho eterno; um pedacinho de mim, que hoje mora no céu. Amor extensivo às manas: Ana, Norma e Lourdes, meu carinho a cada*

*um/uma de vocês sempre ao meu lado, me fazendo acreditar nas realizações e superações que a vida nos tem desafiado. Sempre na torcida por mim, a vocês toda minha gratidão.*

*Gratidão especial, afeto e carinho às minhas meninas, minhas filhas: Carol e Gabi. Minhas guerreiras, meu incentivo e minha inspiração e por tudo que ambas significam, serão sempre presença marcante no percurso de minha história. Obrigada pela compreensão de longas ausências durante essa etapa e, ao fim ou a cada recomeço, as conquistas sempre serão por cada uma vocês; por todas nós!*

*À Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado do Amazonas-FAPEAM, pelo apoio financeiro e incentivo à produção científica, que através da concessão de bolsa de estudo, proporciona ao pesquisador a realização de suas pesquisas.*

*Ao meu companheiro e amigo, Adauto Barros, de quem carinhosamente estando ao meu lado, consigo, a cada momento, superar certas dificuldades e, por me sentir a seu lado cada vez mais fortalecida, acredito conseguir a realização deste e de tantos outros projetos que almejo.*

*Por fim, por meio e início, sou grata à maior energia do Universo, dedicando-lhe todo meu amor e devoção, pois, sem ELE, não teria tido forças para dar cada passo em todo percurso de minha vida. Através da fé que tenho em DEUS, pude chegar até este ponto: uma força que nasce da crença e fé e que, certamente, me conduzirá a novos caminhos em busca de novas conquistas; seja no campo pessoal, material ou espiritual.*

*O estimulante no conhecimento é  
você criar conexão em tudo onde  
ainda nada existia.*

(RANCIARO, 2023)

## RESUMO

Pertencentes ao Município de Barreirinha-AM, no Baixo Amazonas, os quilombos do Andirá constituem o objeto de estudo do presente trabalho. São eles: Santa Tereza do Matupiri, Ituquara, Boa Fé, São Pedro e Trindade. A pesquisa se propôs analisar os aspectos históricos e educacionais desses quilombos, tendo como aporte as literaturas sobre: os viajantes naturalistas; o movimento negro no Brasil; a oralidade dos agentes sociais e as legislações brasileiras, referentes à educação para as relações étnico-raciais. Para tanto, apresentam-se estudos referenciados aos caminhos percorridos por naturalistas viajantes quanto à formação da região do Baixo Amazonas, dando ênfase ao processo de construção social dos quilombos do rio Andirá, com a chegada do primeiro negro, Benedito Rodrigues da Costa, que ali aportou. A respeito do cotidiano educacional e cultural dessas comunidades, a investigação levou em conta a percepção dos gestores de entidades educacionais do município de Barreirinha (SEMED/SEDUC) referentes aos direitos constitucionais acerca das relações étnico-raciais. A partir desses pressupostos, o estudo analisa como os agentes sociais vinculados à política educacional promovem suas práticas educativas face aos saberes construídos nos quilombos, seja em razão dos marcos regulatórios, dos gestores públicos ou em consonância com o acervo investigativo de pesquisadores que ali aportam com intuito de refletir sobre tal realidade discutida por via de TCC's, Dissertações e Teses. A propósito disso, a história oral constitui-se numa ferramenta metodológica, possibilitando a compreensão das experiências educacionais de professores, cursistas e alunos. Por fim se tem o registro de uma cronologia das lutas e conquistas do movimento quilombola do Andirá por direitos étnicos assegurados pela Constituição de 1988, com destaque ao Art. 68 do ADCT/CF-1988, cujo amparo legal permitiu a emissão das Certidões de Reconhecimento dos Quilombos do Andirá em 2013; como destaque também à assinatura da Lei Nº 10. 689 de 2003, da qual se funda o Setor de Educação Escolar Quilombola no Município de Barreirinha, em maio de 2020.

**Palavras-chave:** Viajantes Naturalistas; Baixo Amazonas; Professores/Pesquisadores Quilombos do rio Andirá.

## ABSTRACT

Belonging to the Municipality of Barreirinha-AM, in Lower Amazonas, the Andirá quilombos constitute the object of study of this work. They are Santa Tereza do Matupiri, Ituquara, Boa Fé, São Pedro and Trindade. The research aimed to analyze the historical and educational aspects of these quilombos, taking as a contribution the literature on naturalist travelers; the black movement in Brazil; the orality of social agents and Brazilian legislation, referring to education for ethnic-racial relations. To this end, studies are presented referring to the paths taken by traveling naturalists regarding the formation of the Lower Amazon region, emphasizing the process of social construction of the quilombos of the Andirá river, with the arrival of the first black man, Benedito Rodrigues da Costa, who their arrived. Regarding the educational and cultural daily life of these communities, the investigation took into account the perception of managers of educational entities in the municipality of Barreirinha (SEMED/SEDUC) regarding constitutional rights regarding ethnic-racial relations. Based on these assumptions, the study analyzes how social agents linked to educational policy promote their educational practices in light of the knowledge built in quilombos, whether due to regulatory frameworks, public managers or in line with the investigative collection of researchers who contribute there with the aim of reflecting on this reality discussed through TCCs, Dissertations and Theses. In this regard, oral history constitutes a methodological tool, enabling the understanding of the educational experiences of teachers, course participants and students. Finally, there is a record of a chronology of the struggles and achievements of the Andirá quilombola movement for ethnic rights guaranteed by the 1988 Constitution, with emphasis on Art. 68 of ADCT/CF-1988, whose legal support allowed the issuance of Certificates of Recognition of Quilombos do Andirá in 2013; as well as the signing of Law No. 10. 689 of 2003, which founded the Quilombola School Education Sector in the Municipality of Barreirinha, in May 2020.

**Keywords:** Naturalist Travelers; Lower Amazon; Teachers/Researchers Quilombos of the Andirá River.

.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 : Mapa dos municípios que compreendem a sub-região do Baixo Amazonas.....	22
Figura 2 : Mapa de localização dos municípios percorridos pelos viajantes naturalistas.....	25
Figura 3: Mapa Genealógico das famílias Rodrigues e Castro.....	58
Figura 4: Mapa das Comunidades quilombolas do Rio Andirá.....	59
Figura 5: Mapa do Perímetro do Território Quilombola do Rio Andirá.....	75
Figura 6: História do Quilombo sendo contada por Maria Amélia.....	86
Figura 7: Oficina de memória-PROGEX/NEAB.....	127
Figura8: Oficina de memória-PROGEX/NEAB.....	127
Figura 9: História do quilombo PROGEX/NEAB.....	130
Figura 10: História do quilombo PROGEX/NEAB.....	130
Figura 11: Orientação do Currículo Para a Educação Escolar Quilombola-Andirá.....	137

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronista Viajantes Naturalistas que passaram pela Região do Baixo Amazonas século XVII-XIX.....	29
Quadro 2 - Cronologia da trajetória do processo de construção étnica dos quilombos do Andirá – Município de Barreirinha/Am.....	72
Quadro 3 - Quilombos do Rio Andirá: Produção Acadêmica e Literária-Mestrado.....	90
Quadro 4 - Quilombos do Rio Andirá: Produção Acadêmica e Literária-Doutorado.....	91
Quadro 5 - Quilombos do Rio Andirá: Produção Acadêmica e Literária-TCC.....	92
Quadro 6 - Quilombos do Rio Andirá: Produção Acadêmica e Literária-Artigos Publicados.....	93
Quadro 7 - Quilombos do Andirá: Relatórios Agroambiental e Antropológico para efeito de Titulação Fundiária do Território (relatório técnico de identificação e delimitação de território quilombola – RTID).....	95

## LISTA DE SIGLAS

ACFR	Arthur César Ferreira Reis
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FCP	Fundação Cultural Palmares
FOQBM	Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação e do Desporto
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEPROR	Secretaria de Produção Rural do Amazonas
SPEVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SPQ	Setor Pedagógico Quilombola
SUDAM	Superintendência de desenvolvimento do Amazonas
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDHEVEA	Superintendência da Borracha
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNAMA	Universidade da Amazônia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO I - O TRABALHO DOS VIAJANTES NATURALISTAS: PERSPECTIVA HISTÓRICA DA CONSTRUÇÃO DO BAIXO AMAZONAS</b> .....	21
1.1 O Baixo Amazonas: análise interpretativa sob a ótica dos viajantes naturalistas .....	21
1.2 Intervalo de tempo perpassado nas análises dos viajantes naturalistas .....	26
1.3 Da percepção dos viajantes naturalistas sobre a região do Baixo Amazonas (séculos XVII-XIX).....	28
1.4 Elementos utilizados como ideias para o desenvolvimento do Baixo Amazonas.....	42
1.5 Emancipação: a abolição da escravatura no Amazonas .....	44
1.6 Primeiro Plano Quinquenal da Amazônia com Artur Cezar Ferreira Reis.....	47
1.7 Conceito de região sobre a ótica política de Arthur Cezar Ferreira Reis .....	52
1.8 A história social dos quilombos do rio Andirá: breve exposição dos viajantes naturalistas sobre as paragens do Andirá.....	54
<b>CAPÍTULO II – LUTAS HISTÓRICAS DO MOVIMENTO NEGRO POR DIREITOS ÉTNICOS: A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL DOS QUILOMBOS DO ANDIRÁ</b> .....	60
2.1 As lutas do Movimento negro no Brasil.....	60
2.2 O movimento negro no Brasil em prol da educação .....	62
2.3 Das conquistas constitucionais étnico-raciais: igualdade racial, direito a cultura a identidade, ações afirmativas e combate ao racismo.....	66
2.4 Quilombos do Rio Andirá: a visibilidade do alvorecer das emergências étnicas no Baixo Amazonas .....	68
2.5 Educação: A chave dos “cadeados”.....	75
2.6 Legislações Educacionais Quilombolas - Lei 10.639/2003 e Resolução Nº 8 de 20/2012. ....	79
2.7 Da aplicabilidade da legislação nos quilombos do Andirá à criação do Setor de Educação Escolar Quilombola .....	80
<b>CAPÍTULO III - TECENDO CAMINHOS: DIÁLOGOS CONSTRUÍDOS A PARTIR DAS HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE AGENTES SOCIAIS DOS QUILOMBOS DO ANDIRÁ</b> .....	85
3.1 Considerações sobre as histórias e memórias de agentes sociais quilombolas do Andirá .	85
3.2 Ciências e saberes: produção acadêmica sobre os quilombos do Andirá (1999-2000?)....	87
3.3 Histórias e memórias: primeiros relatos de alunos e professores quilombolas .....	106
3.4 Trajetórias de vida das cursistas quilombolas da EJA de Santa Tereza do Matupiri.....	116
3.5 Diamantes negros: avanços lutas e busca pelo cumprimento da legislação .....	124
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	138
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	143
<b>ANEXOS</b> .....	151

## INTRODUÇÃO

*Quilombos são espaços de histórias, lutas, manutenção de saberes, de culturas e, principalmente, de resistência.*

Maciel, 2020<sup>1</sup>

A presente dissertação, elaborada para defesa de mestrado do curso de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA é fruto de inquietações sobre questões que envolvem a temática quilombola no Amazonas. O interesse pelo tema me acompanha desde a minha graduação no curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas, quando do acesso a diversos conhecimentos interligados a questão étnico-racial me descobri como mulher preta.

A partir dessa perspectiva e direcionada à questão educacional, intrinsecamente ligada à minha trajetória estudantil, oriunda da Educação de Jovens e Adultos-(EJA)<sup>2</sup>, busquei pela realização de um mestrado de caráter interdisciplinar. Visava-se com isso, ir em busca de novos conhecimentos que me permitissem meios para que eu pudesse navegar no contexto amazônico

---

<sup>1</sup>MACIEL, N. Ficheiro original: In: Revista. capa\_espaco\_economia\_numero\_20\_final\_2.jpg (image/jpeg – 115k)

<sup>2</sup>Manifesto minha gratidão, à Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois, através dela, hoje com meus 41 anos, compartilho algo tão significativo em meu percurso estudantil Tenho esse retorno, como um marco que se desdobrou em promissoras conquistas, pois, para mim, é uma das experiências a respeito das quais sinto certa felicidade, face à importância de compartilhar a nova trajetória da minha vida, quando, aos 30 anos, reiniciei um novo processo da minha escolarização através dela tive a oportunidade, É fato dizer que, em “ após aqueles 17 anos de vida, somados a um espaço de 13 anos fora da escola, período este encarado como um adormecimento escolar, a vida insiste em me acordar. No ano de 2012, aos 30 anos de idade, retorno para o banco escolar, da escola Municipal “Beatriz Maranhão” onde tudo começa, ou seja, recomeça, e me vi cursando a 7ª e a 8ª séries do Ensino na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Vivi dois momentos nesta etapa: um, no Ensino Fundamental; e, outro, no Ensino Médio. Após ter concluído a primeira etapa, de 2013 a 2014, concluí a segunda fase dessa escolaridade, cursando o Ensino Médio da EJA na escola Estadual “São José Operário”. Posso dizer, com toda satisfação, que não aprendi apenas conteúdos neste percurso de estudos, foi mais que isso. São processos construídos através dos quais a consciência vai moldando nossa capacidade de perceber e, ao aprender e apreender o mundo, este vai se modificando na medida em que nos modificamos também. Trata-se de uma maneira de pensar, adquirindo-se, com isso, novas formas de “ler o mundo” e interpretar “a vida”, como nos diz nosso querido e eterno educador Paulo Freire.

voltado à cultura e educação, ambas conectadas a grupos sociais específicos: os quilombos do rio Andirá, localizados no Município de Barreirinha<sup>3</sup>/Baixo Amazonas<sup>4</sup>.

Sendo a Universidade o lugar que nos leva a novos conhecimentos, de forma ainda incipiente, algo já acenava para temas instigantes, como, por exemplo a questão negra. Os temas transversais que envolvem questões étnico-raciais, a meu ver, precisariam ser mais pesquisados, evidenciados, a exemplo da educação como direito constitucionalmente assegurado para povos e comunidades tradicionais.

Na busca por algo que me instigava em conhecer, em 2018 como acadêmica do curso de Pedagogia, procurei evidenciar aspectos da História Educacional dos Quilombolas de Santa Tereza do Matupiri, Rio Andirá, Barreirinha-AM”, através das narrativas orais de mulheres cursistas e professores da educação de Jovens e Adultos-EJA. Diálogos estes que tenho apresentado desde meu TCC, com continuidade neste trabalho.

O primeiro caminho para chegar a tais conhecimentos, foi a partir do projeto de Iniciação Científica (PAIC), com apoio da FAPEAM, tendo como responsável do grupo de pesquisa o professor João Marinho da Rocha. Além de participar dos Núcleo de Estudos Afro-brasileiro-NEAB/CESP/UEA, o período de 2018-2019, foi decisivo para tal desafio. Trata-se do projeto a princípio embrionário, todavia, com o desenrolar do tempo, transformou-se em meu TCC, intitulado “Corpos que Educam - Processos Socioculturais de Educação: Conexões

---

<sup>3</sup>O Município de Barreirinha está a 375 km de Manaus, em linha reta, e a 420 km, por via fluvial. Das 04 (quatro) Mesorregiões, o Município pertence à terceira Mesorregião Centro Amazonense formada por seis microrregiões e trinta municípios. A 6ª Microrregião de Parintins é composta pelos Municípios de Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Uruará. Manaus, a capital do Estado, está situada nesta mesorregião (cf. Programa de Expansão do Ensino Superior/MEC, coordenado pela Pró-reitora de Extensão e Interiorização – PROEXTI/UFAM, 2005, quando da implantação das Unidades Acadêmicas nos municípios de Parintins, Coari, Humaitá, Itacoatiara e Benjamin Constant - os grifos são meus). O trabalho foi publicado, conforme Catalogação na fonte: RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade. “Andirá: memórias do cotidiano e representações sociais”. Manaus: EDUA, 2004 (Série Amazônia: a terra e o homem). O livro está prefaciado pela Professora Maria Carmelita Yazbek, do Programa de Pós-Graduados em Serviço Social – PUC/SP, de quem recebi orientação ao longo do mestrado. Ver: Ranciaro (2019, p. 17).

<sup>4</sup> O Baixo Amazonas está dividido em duas formas: (Baixo Amazonas - estendido), compreendendo as cidades do Oeste paraense em torno do Marajó como Soure, Muaná, Arari, Chaves e Ilha de Joannes, [...] *juntamente com aquela do Baixo Amazonas – como Santarém, Alenquer, Óbidos e Monte Alegre* – destaca-se o incremento de mocambos no final do século XVIII. Ver: Gomes e Machado (2011, p. 95-96); (Baixo Amazonas – interno), outra divisão é a que faz parte do grupo de municípios que compõem o interior do referido Estado do Amazonas [...], junto com outros 30 municípios na mesorregião [...]. A cidade de Parintins está localizada na Ilha Tupinambarana, margem direita do Rio Amazonas, ao leste do território amazonense e a oeste do Estado do Pará [...]. Compondo a sub-região do Baixo Amazonas [...], A descrição do negro Felipe demonstra a presença negra em Parintins anteriormente denominada Vila Nova da Rainha. Este nome é devido a ilha de Tupinambarana ter sido aceita e elevada em 1803 à categoria de Missão Religiosa, pelo Capitão Mor do Pará, Conde dos Arcos, que encarregou frei José das Chagas como administrador do lugar, o qual recebeu o nome de Vila Nova da Rainha; em 1848 tornou-se Vila Bela da Imperatriz e posteriormente se tornaria o município de Parintins. Ver: Gomes (2022, p. 27-107B).

Entre Saberes, Tradições, Memórias e História no Andirá-Barreirinha/AM”, defendido em 2019<sup>5</sup>.

Até aquele momento, a ausência ou precariedade de discussões a respeito do tema, me fez enveredar pelo caminho da ciência. A pesquisa como instrumento de investigação científica, por certo me conduzia por caminhos que me permitiriam conhecer, compreender e aprofundar situações acerca de direitos étnicos, mais especificamente aqueles ligados à educação e suas modalidades de intervenção prática como o que demanda a Lei 10. 639/2003, que determina o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, devidamente atualizada pela Lei 11.645/2008, e inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Dessa forma, cresceu em mim o desejo de aprofundar informações a respeito do respectivo tema. Em 2021, fui aprovada no curso de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA, vinculado à linha 2 – Redes, Processos e Formas de Conhecimento sob o título “QUILOMBOS DO ANDIRÁ: do processo de construção da região do Baixo Amazonas na perspectiva dos viajantes-naturalistas à interpretação científica sob ótica de professores/pesquisadores na contemporaneidade”.

O que anteriormente se colocava como um incipiente tema e, na condição de pesquisadora, os caminhos percorridos permitiram-me traçar com certa maturidade as metas para as quais meus propósitos se firmavam e desafiavam-me em conhecer a tal problemática, qual seja: *Como se visualiza e se percebem as representações acerca da região do Baixo Amazonas produzidas pelos viajantes naturalistas e, na contemporaneidade, como isto é visto pelos pesquisadores sob a ótica dos trabalhos científicos realizados nos quilombos do Andirá?* Assim entendido, foi possível, a partir do Exame de Qualificação, redimensionar ideias sobre o tema em questão e definir com segurança o objetivo geral do presente estudo, qual seja: Analisar as realidades históricas, educacionais e culturais de comunidades quilombolas, tendo como aporte as literaturas sobre os viajantes-naturalistas, as legislações brasileiras, referente à educação para as relações étnico-raciais nos quilombos do rio Andirá, e a oralidade dos agentes sociais moradores do referido território.

O *locus* da pesquisa são os quilombos do Rio Andirá; uma região que se destaca pela importância da história e memória, além de outros elementos que constituem as territorialidades

---

<sup>5</sup> Conferir: COSTA, C. S. da S. *Corpos que Educam - Processos Socioculturais de Educação: Conexões Entre Saberes, Tradições, Memórias e História no Andirá, Barreirinha-AM.2019.79f. TCC (Graduação em Licenciatura em Pedagogia) – Universidade do Estado do Amazonas, Parintins. 2019.*

dos quilombos de Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, Trindade, São Pedro, Ituquara, além dos núcleos denominados de Pagoa e São Paulo do Açú. Dada a especificidade da afirmação identitária, os quilombos – oficialmente reconhecidos em 2013 pela Fundação Cultural Palmares-FCP<sup>6</sup> –, assumem sua autodefinição expressa por via do movimento político-organizativo desse grupo étnico. Criada em 2009, a Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha-FOQMB é o instrumento de luta dos quilombos através da qual são definidas as pautas de reivindicação, tanto por direitos étnicos quanto a outros direitos territoriais, mais especificamente aqueles voltados para uma política educacional para o desenvolvimento étnico-racial.

Tem-se um campo de pesquisa marcado por uma forte identificação étnica que tem como tributário o ex-escravizado, Benedito Rodrigues da Costa, por todos reconhecido, pela memória socialmente construída, como o fundador do território quilombola e de sua linhagem de descendentes. Em face disso, convém destacar o que afiança Almeida (2011, p. 72), “Os descendentes e herdeiros constituem os principais agentes sociais em diversas situações analisadas. Inúmeras pesquisas chamam atenção para isto, recorrendo às técnicas de história oral”.

Com intuito de compreender a dinâmica estabelecida entre os quilombolas e os diálogos colhidos através da História Oral que substanciaram os registros das histórias e memórias valorizando os espaços socioculturais e os transformando numa verdadeira potencialidade para a realização de novos estudos na contemporaneidade, fez-se necessário enveredar pelos seguintes objetivos específicos: a) apresentar estudos referenciados aos caminhos percorridos por viajantes-naturalistas quanto à formação da região do Baixo Amazonas com ênfase na gênese da história social dos quilombos do rio Andirá; b) verificar a percepção dos gestores de entidades educacionais do município de Barreirinha (SEMED/SEDUC) referentes a processos de educação para as relações étnico-raciais; c) analisar como os agentes sociais vinculados à política educacional promovem suas práticas educativas face aos saberes construídos nos quilombos.

No processo de análise dos dados coletados estes se articularam simultaneamente às interpretações teóricas (fontes orais) associadas, aos dados históricos (pesquisa arquivística) e

---

<sup>6</sup> Conforme o art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, Ituquara, São Pedro e Trindade. Somam-se os núcleos quilombolas Pagoa, São Paulo do Açú, Lírio do Vale e São Marcos. A Fundação Palmares através da Portaria nº 176, de 24 de outubro de 2013 registrou no Livro de Cadastro Geral nº16 e certificou, de acordo com a autodefinição e o processo em tramitação, junto à referida fundação que as Comunidades de Boa fé, Ituquara, São Pedro, Tereza do Matupiri, Trindade se definem como remanescentes de quilombo. Ver: Diário Oficial da União. Seção 1. Nº 208, sexta-feira, 25 de outubro de 2013.

à revisão bibliográfica (fonte escrita). De acordo com os objetivos acima identificados, o presente trabalho tem como aporte teórico 03 (três) categorias analíticas, a saber: 01. *Direitos étnico-educacionais*; 02. *Gestão político-educativa*; 03. *Memória coletiva*. A coleta de dados direcionou-se aos seguintes sujeitos da pesquisa: a) os gestores públicos vinculados às instâncias educacionais do município de Barreirinha; b) os professores que atuam na área educacional dos quilombos; c) as mulheres cursistas formadas sob a metodologia do ensino EJA.

Além desse processo, lancei mão de certas fontes de trabalho por mim construídos ao longo do período acadêmico, como, por exemplo: as entrevistas produzidas no âmbito do Projeto de Iniciação Científica<sup>7</sup>, intitulado “Conhecer as realidades socioeducacionais, históricas e culturais referenciadas contemporaneamente como “quilombos do Andirá”, analisado à luz das determinações das legislações brasileiras referentes à educação para as relações étnico-raciais”, com destaque, ainda, o Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, com o seguinte tema “Corpos que Educam - Processos Socioculturais de Educação: Conexões Entre Saberes, Tradições, Memórias e História no Andirá – Barreirinha/AM”.

A dissertação procurou, através dos dados reunidos utilizar técnicas de registro da pesquisa através dos seguintes instrumentais: o diário de campo; a elaboração de questionários ou de um roteiro mínimo contendo perguntas abertas e fechadas para a condução das entrevistas; a utilização de gravador; de máquina fotográfica. Tais instrumentos foram importantes para fixar os registros de campo (Vide ANEXO 1).

De posse das informações outros passos foram adotados, quais sejam: a) transcrição das entrevistas; b) leitura dos relatos, combinada à escuta do material gravado; c) seleção dos assuntos, obedecendo-se à sequência das questões formuladas no roteiro das entrevistas; d) a sistematização dos assuntos constantes da coleta de dados; e) a revisão bibliográfica para garantir o aprofundamento das questões levantadas, conforme aquelas categorias analíticas acima registradas; f) análise e interpretação dos dados da pesquisa articulados aos referenciais teóricos e suas fontes orais e escritas. Esses marcadores serviram como bússola, que indicam o caminho a ser percorrido face ao alcance do objetivo geral da presente pesquisa, aqui analisada através dos capítulos abaixo identificados.

O Capítulo I, denominado “O Trabalho dos viajantes naturalistas: a perspectiva da construção do Baixo Amazonas”, busca-se dialogar a partir das observações que dizem respeito

---

<sup>7</sup> O levantamento dos processos de constituição da legislação foi objeto do projeto de Iniciação Científica (PAIC/UEA/FAPEAM, 2018-2019) intitulado “Realidades Socioeducacionais Históricas, Referenciadas Contemporaneamente como Quilombos: Andirá, Barreirinha-AM”.

à construção histórica da região do Baixo Amazonas na qual estão geograficamente instalados os cinco quilombos do rio Andirá, área de jurisdição pertencente ao município de Barreirinha-Amazonas.

O Capítulo II trata do tema “Lutas Históricas do Movimento Negro por Direitos Étnicos: a construção do processo educacional dos quilombos do Andirá”. Por via desse tema, buscou-se formular discussões sobre as lutas e conquistas do Movimento Negro por direitos étnicos e a construção do processo de formação educacional.

O Capítulo III, diz respeito ao assunto “Tecendo Caminhos: diálogos construídos a partir das histórias e memórias de agentes educacionais dos quilombos do Andirá”. O eixo dessa reflexão faz referência aos diálogos construídos a partir das histórias e memórias dos agentes sociais com vistas à compreensão acerca das produções acadêmicas dos pesquisadores cujos quilombos constituíram-se em objeto de análise dessas investigações objetivadas em cada voz desses homens e mulheres.

A pesquisa tem importância para o campo da história social, porque revela algumas reivindicações e posicionamentos relacionadas a etnicidade e territorialidade em favor da Comunidade Negra, principalmente na luta por direitos sociais, bem como a educação, a saúde, a religião e questão agrária. Nesse sentido, os quilombos do Andirá no Amazonas, demandam a efetivação de uma política educacional qualitativa que se materialize efetivamente nos propósitos extensivos aos direitos étnicos, à memória, às “tradições reinventadas” e à descendência, cujo processo se dá a partir das práticas socioculturais que formatam e configurem historicamente esses quilombos.

Outra contribuição da dissertação é sobre as distintas percepções interpretativas, inicialmente sob a ótica dos viajantes naturalistas em períodos dos séculos XVIII-XIX, e o que os estudos referenciados se propuseram analisar, especificamente nos caminhos por eles percorridos no que se refere à formação da região do Baixo Amazonas. Tal percurso analisado permitiu compreender como a história social dos quilombos do Andirá passa a ter notoriedade política no âmbito do processo de construção desse grupo étnico, historicamente localizado no município de Barreirinha, no Baixo Amazonas.

Percebeu-se que a oralidade, armazenada na memória humana, constituiu-se como parte de um esquema interpretativo materializada, portanto, através dos diálogos com os agentes sociais vinculados à questão educacional. Assim, na condição de professores, coordenadores e alunos, constatou-se a intenção de se construir eixos curriculares efetivos, sobretudo aqueles extensivos à cultura popular, à ancestralidade e memória coletiva, aos direitos quilombolas, entre outros conteúdos relacionados à história desse grupo étnico

## CAPÍTULO I

### O TRABALHO DOS VIAJANTES-NATURALISTAS: PERSPECTIVA HISTÓRICA DA CONSTRUÇÃO DO BAIXO AMAZONAS

*Tudo que se escreve sobre a Amazônia tem certo sabor de relativismo. A delimitação de suas fronteiras, a formação de seu espaço geográfico e emergência das sociedades humanas são carregados de significados distintos.*

Souza, 2019<sup>8</sup>

#### 1.1 O Baixo Amazonas: análise interpretativa sob a ótica dos viajantes naturalistas

Ao propormos analisar a história social dos quilombos do Andirá, é imprescindível apresentar e destacar geograficamente o município de Barreirinha-AM, cuja área territorial está localizada no Baixo Amazonas. Locais que também serviram de rotas para navegação de expedições das viagens de estudiosos, pesquisadores que vinham para conhecer o “Novo Mundo”. Neste sentido, Neide Gondim na sua obra intitulada “*A invenção da Amazônia*”, ressalta que esta região florescia pelo imaginário acerca das narrativas dos europeus, cronistas-viajantes.

Daí a importância de inserir nessa discussão os estudos levantados pelos viajantes naturalistas ao traçarem suas rotas rumo ao Brasil e, posteriormente, à Província do Amazonas. Quanto a isso, é possível constatar através de fontes bibliográficas, registros que informam a respeito de estudos feitos sob a ótica dos viajantes quando de suas passagens por lugares próximos às localidades de Freguesia do Andirá (atualmente Barreirinha<sup>9</sup>): Parintins, Maués, Monte Alegre, Santarém e Óbidos<sup>10</sup>.

---

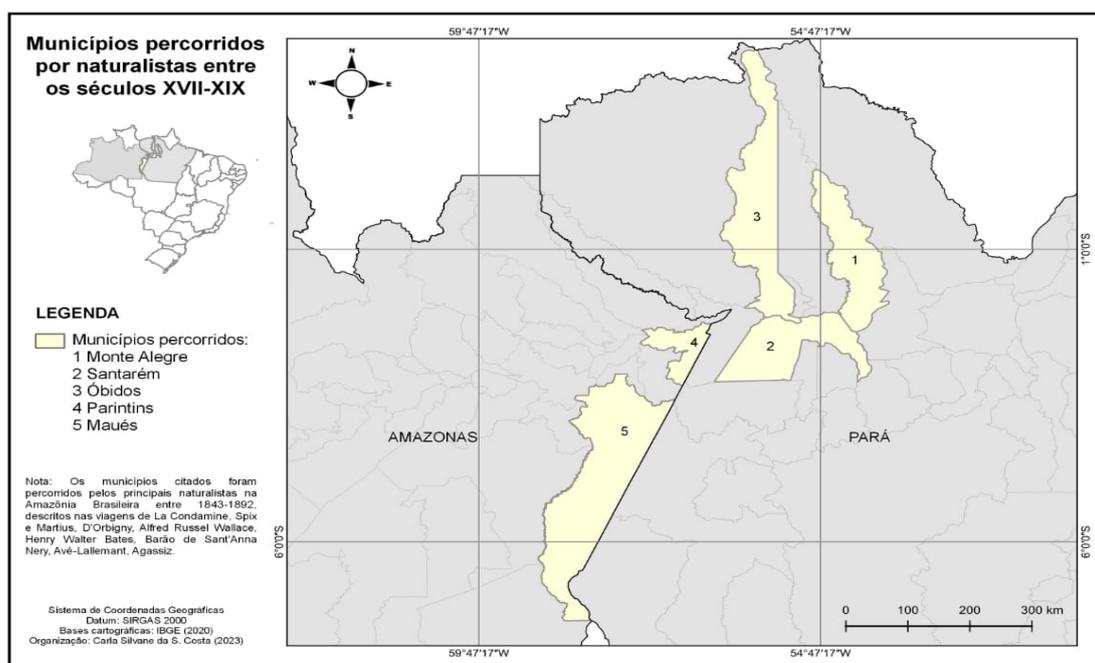
<sup>8</sup> SOUZA, M. História da Amazônia [recurso eletrônico]: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI / Márcio Souza. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019, recurso digital. Edição do Kindle.

<sup>9</sup> “No século XVIII o Diário Oficial do Amazonas informou que o povoado ao ser elevado a curato de freguesia (1852-1853) tinha 60 casas armadas e prontas, uma igreja decente e outra pra acabar, cemitério e quartel (Cerqua, 2009). Porém, no ano de 1872 é fundada a cidade de Barreirinha e transferida a igreja Nossa Senhora do Bom Socorro que estava em Santa Cruz do Andirazes para a nova sede. A lei 539, de 09 de junho de 1881, elevou Barreirinha a categoria de Vila Nova de Barreirinha, desmembrando-a do Município de Parintins.” Ver: Pinto (2017, p. 17).

<sup>10</sup> Os três últimos municípios fazem parte do Estado do Pará.

Por meio do mapa abaixo registrado, pode-se observar os municípios percorridos pelos viajantes naturalistas na Amazônia brasileira, no período de 1843 a 1866, incluindo-se aí as localidades do Baixo Amazonas que se avizinham aos municípios de Barreirinha, de acordo com a imagem cartográfica (Fig. 01), os municípios foram percorridos pelos principais naturalistas como La Condamine, Spix e Martius, Alcide D’Orbigny, Alfred Russel Wallace, Henry Walter Bates, Barão de Sant’Anna Nery e Avé-Lallemant, Agassiz e Tavares Bastos.

**Figura 01:** Mapa de localização dos municípios percorridos pelos viajantes naturalistas



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 10/2023

Ao falar de Amazônia, tendo por base as descrições dos viajantes naturalistas<sup>11</sup> ou apropriar-se de certos conceitos sobre esta região, seria proceder a “viagens” em busca da verdade absoluta, tal uma obra em construção. Por essa via, presume-se não chegar a conceito

<sup>11</sup> Neste capítulo recorreu-se às narrativas de viajantes-naturalistas nos séculos (XIII-XIX), que percorreram as regiões do Baixo Amazonas. Essa região limita-se: ao Norte com o município de Parintins, a Leste com o Estado do Pará. Aliás, pode-se observar os municípios percorridos pelos viajantes-naturalistas no período de 1843 a 1866, incluindo-se aí as localidades do Baixo Amazonas que se avizinham às regiões de Freguesia do Andirá atualmente (município de Barreirinha), quais sejam: Monte Alegre, Óbidos, Santarém, Parintins e Maués. Nesse período, destacam-se os seguintes viajantes: Charles-Marie de La Condamine (1743-1745); Spix e Martius (1817-1820); Alcide D’Orbigny (1831); Alfred Russel Wallace (1825-1848-1892); Henry Walter Bates (1848-1852); Barão de Sant’Anna Nery (1840); Avé-Lallemant (1857-1859); Agassiz (1865-1866) e Tavares Bastos (1866). Essas “literaturas de viagens” constituíram-se em aportes teóricos, possibilitando tanto a percepção quanto a interpretação destes cientistas em face da representação por eles adquirida acerca das sociedades amazônicas e, especificamente, do cotidiano vivido pelos habitantes das regiões do Baixo Amazonas.

razoavelmente preciso visto que em toda verdade contém o caráter da relatividade. Há, pois, certa descontinuidade entre as descrições dos viajantes naturalistas e a pesquisa antropológica, visto que, os viajantes não fornecem dados suficientes para uma análise segundo os padrões requeridos atualmente por uma etnografia<sup>12</sup>. Todavia, para o autor citado: O emprego de informações de “outra ordem (documentos históricos, relatos de viagem etc.) tem sempre uma finalidade subsidiária, sendo usualmente remetidos às partes introdutórias das monografias ou a tentativas gerais de contextualização” (Oliveira filho, 1987 p. 85-86).

Neste sentido, reporto-me também às concepções de Márcio Souza (2019, p.351), grande intelectual da literatura amazônica, com imenso conhecimento acerca da região, considerando-a, todavia, como um “subcontinente” se comparada à história de chegada dos viajantes à América do Sul, um imenso pedaço, por eles pouco conhecido geograficamente não deixa de ser “o subcontinente amazônico um amálgama de diferenças microrregionais<sup>13</sup>, cada uma com sua própria cultura particular, com sua história”

Observa-se, através desse percurso, que a Amazônia sempre esteve sob a mira de olhares que a fizessem ser investigada, desvelada e, das mais variadas formas, interpretada. Tomada ao longo dos séculos pela curiosidade e pela dimensão e, potencialmente, por toda variedade de recursos naturais que agrega e, para além disso, a região assume vários matizes perante o grau de superatividade dos povos que nela habitam.

A partir dessa perspectiva, o *imaginário amazônico* passou a ser palpável, sentido e percebido, cujo pensamento investigativo é o condutor da produção de densas percepções e interpretações acerca das culturas que perpassam o universo interpretativo da Amazônia brasileira.

Trata-se de um percurso a ser, neste capítulo, interpretado com e a partir dos procedimentos de construção e desenvolvimento da região do Baixo Amazonas. Entende-se que essas reflexões certamente permitirão detectar e compreender, na atualidade, quais as lutas dos

---

<sup>12</sup> Diferente da utilização de dados ou de outras fontes acessadas, Oliveira Filho diz que na pesquisa antropológica: “As observações sistemáticas e integradas, que vão dar origem às análises e construções teóricas, dizem respeito ao presente imediato, vivido e esmiuçado pelo pesquisador em sua situação de campo. (Oliveira Filho, 1987, p. 86).

<sup>13</sup> A Caracterização Territorial do Estado do Amazonas apresenta as principais cartografias em mapas: Divisão Político-Administrativa, Sub-regiões, Mesorregiões, Microrregiões. Os limites territoriais do Amazonas político-administrativa compreendem 62 municípios, agregados em nove sub-regiões (conhecido por calha dos rios) e quatro mesorregiões (Centro é formado por 30 municípios agrupados em seis microrregiões, sendo Manaus, Itacoatiara, Parintins, Coari, Manacapuru, Autazes, Nova Olinda do Norte, Maués, Tefé, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo e Iranduba. Norte, Sudoeste e Sul); as mesorregiões são subdivisões que congregam diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais que, por sua vez, são subdivididas em microrregiões. O Amazonas possui 13 microrregiões, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988 (art. 25, §3º) e sua finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual.

quilombos pelas conquistas do território e de outros direitos étnicos com destaque àqueles ligados a políticas educacionais.

A representação científica dos viajantes naturalistas sobre a região do Baixo Amazonas registrada nas primeiras viagens realizadas a partir do século XVI por Francisco Orellana e Pedro Teixeira no emblemático *Vale do Amazonas* referenciado por Tavares Bastos<sup>14</sup>, também citado por Almeida (2011, p 61), despertou o interesse por outros pesquisadores/cientistas que em nome da ciência buscaram conhecer e, ao mesmo tempo, explorar os estudos voltados à fauna, flora e à etnologia dos grupos humanos.

Segundo Smith (1990, p. 15-16), os naturalistas do século XIX, tinham como propósito a realização de pesquisa e a coleta de materiais de interesse científico, destinados a museus e academias científicas europeias. Deste modo, médicos, astrônomos, botânicos, geógrafos, zoólogos e antropólogos foram os primeiros pesquisadores que teceram olhares sobre a Amazônia e percorreram extensas regiões do rio Amazonas, pela curiosidade de conhecer e estudar o “Novo Mundo” em nome da ciência, do conhecimento e exploração das riquezas locais.

De acordo com Oliveira Filho (1987), todas essas viagens eram financiadas pelos governos ou pessoas ricas que tinham interesses científicos e, principalmente, comerciais. Isso pode ser observado desde as primeiras viagens inclusive a de Colombo e Pedro Alvares Cabral, conforme assevera a obra “*Os Conquistadores do Amazonas*”, que no ano de 1490, houve um importante casamento entre Portugal e Espanha, fato ocorrido dois anos da viagem de Colombo ao Novo mundo. Desse modo, os relatos ajudaram a configurar a imagem descritiva do Baixo Amazonas.

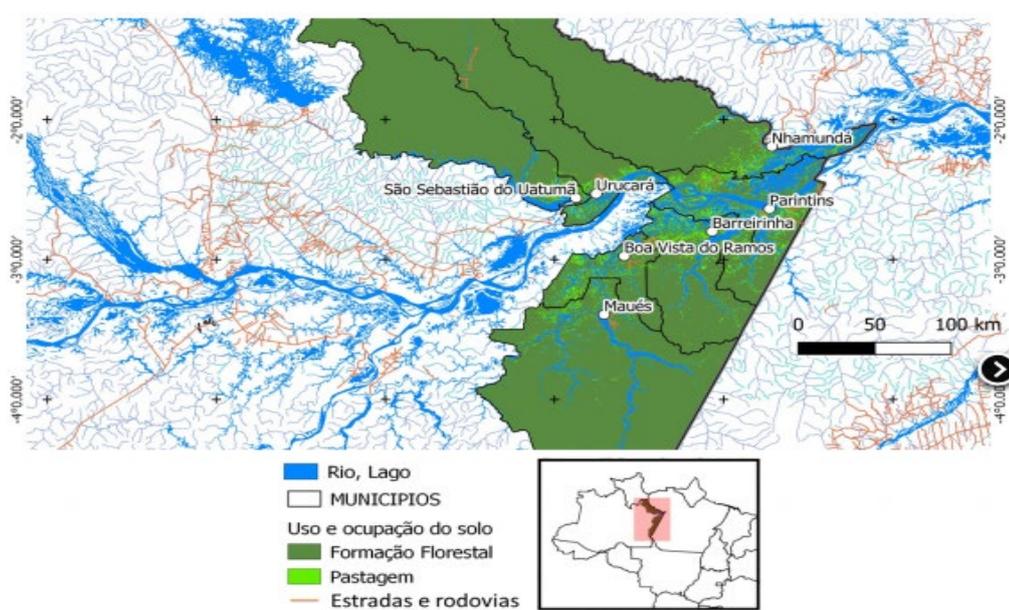
Foi a partir da observação desses estudiosos, com específico e desafiante entendimento, que este estudo se propõe, preliminarmente, contextualizar o trabalho dos viajantes naturalistas, numa perspectiva de compreender o processo de construção da região do Baixo Amazonas.

---

<sup>14</sup> “Perto de Óbidos entra no Amazonas o rio Trombetas; nas suas florestas existem muitas centenas de escravos fugidos. Os *mocambos* do Trombetas são diversos; dizem que todos contém, com criminosos e desertores foragidos, mais de 2.000 almas. Os negros, industrializados talvez pelos outros companheiros de desterro, vivem ali debaixo de um governo ‘despolítico electivo’; com ‘efeito’, ‘elles nomeam o seu governador, e diz que os delegados e subdelegados são também electivos. Imitam nas designações de suas autoridades os nomes que conhecem nas nossas povoações. Os mocambos attrahem os escravos; nomearam-se uma senhora que vio em pouco fugirem para ali 100 dos que possui; outros proprietários há que contam 20 e 30 perdidos desse modo. Os negros cultivam a mandioca e o tabaco (o que eles vendem passa pelo melhor); colhem a castanha, a salsaparrilha etc. A’s vesez descem em canôas e vêm ao próprio porto de Óbidos, á noite, com commeciar às escondidas; com os regatões que sobem o Trombetas, elles o fazem habitualmente. Diz-se que os seus productos por outros, e principalmente pelos instrumentos de ferro e armas. Os mocambos têm sido perseguidos periodicamente, mas nunca destruidos, eu acredito que elles hão de prosperar e aumentar”. Ver: TAVARES BASTOS, A. C. O Valle do Amazonas, estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatística, comércio, questões fiscais do Valle do Amazonas. Rio de Janeiro: B.L. Garnie, livreiro editor, 1866.

Trata-se de informações relevantes visto que tais dados fornecidos podem incidir na compreensão acerca de aspectos da *História Social dos Quilombos de Barreirinha*, tema a respeito do qual se faz referência no subitem de fechamento do capítulo em questão. Situados às margens do rio Andirá, os 05 (cinco) quilombos: Santa Tereza do Matupiri, Ituquara, Boa Fé, São Pedro e Trindades e seus respectivos núcleos que fazem parte dos territórios afro-amazônicos, município de Barreirinha, no Baixo Amazonas, conforme identificado no mapa a seguir (Figura 2).

**Figura 02:** Municípios que compreendem a sub-região do Baixo Amazonas<sup>15</sup>



Fonte: Bartoli, 2020.

Nessa perspectiva, entende-se o porquê da *história social dos quilombos de Barreirinha* e a configuração dos processos históricos, a saber: a) de descobertas científicas pelos viajantes naturalistas acerca dos recursos naturais da Amazônia brasileira; b) da formação econômica do Baixo Amazonas, com desdobramentos no município de Barreirinha; c) do processo de construção político-social dos quilombos do Andirá que tem como marco de referência histórica a chegada do escravizado Benedito Rodrigues da Costa, em locais rio Andirá, presume-se, pela memória coletiva, fins do século XIX e início do século XX.

<sup>15</sup> Bartoli (2020), denomina como Baixo Amazonas, a sub-região de planejamento composta pelos municípios de Urucará, Boa Vista do Ramos, Barreirinha, Maués, São Sebastião do Uatumã, Nhamundá e Parintins.

## 1.2 Intervalo de tempo perpassado nas análises dos viajantes naturalistas

Sobre o *novo mundo*, entre os séculos XVI e XVII, estudos informam que os primeiros registros de viagens foram feitos por Carvajal integrante da expedição de Francisco Orellana. Um dos mais reputados registros a respeito do qual pode-se afirmar que a lenda das Amazonas, conforme considera Gomes (2018) é tida por muitos como “excessivamente fantasiosa”, embora sejam esses registros considerados como os primeiros relatos sobre a história das Amazônia, a partir dessa imagem forjada esses personagens.

Após a expedição de Francisco Orellana que acontecera num dado período de cem anos, neste tempo era pequeno o fluxo de viagem e novas tentativas pareciam escassas para conhecer o ambiente amazônico. Gomes acrescenta que embora os viajantes estivessem engajados na coleta de materiais de fauna e flora, fizeram importantes observações sobre as transformações econômicas relacionada às atividades extrativistas. Esse processo provocou alguns dos denominados ciclos econômicos, desencadeando o surgimento de novas rotas, aspecto este que possibilitava o alcance de riquezas como, por exemplo, as drogas do sertão.<sup>16</sup>

Vale ressaltar que nesse período, o Tratado de Tordesilhas era contestado quando se dava o processo de demarcação de território entre portugueses e espanhóis que após sofrer “invasões de espanhóis, franceses, alemães holandeses e ingleses na região, a Coroa portuguesa buscou novas maneiras de expandir sua influência em outros territórios, impossibilitado a entrada de novos estrangeiros no rio Amazonas” (Gomes, 2018, p. 134).

Devido aos constantes conflitos ocorridos pela posse da demarcação de território, Portugal tinha como objetivo expandir e estabelecer colônias e missões religiosas em espaços amazônicos, com fins de fortalecer a expansão territorial. Durante a viagem de Pedro Teixeira na Amazônia, no século XVII, o jesuíta Cristóbal Acuña que o acompanhou na viagem, teceu precisas observações a respeito das experiências, como: a luta pela sobrevivência, a importância econômica da região (extrativismo vegetal e animal), a grande potencialidade da agricultura, com destaque à madeira, cacau, tabaco e à cana-de-açúcar, assim como o algodão, o urucum, dentre tantas riquezas naturais cujos produtos eram suficientes para o enriquecimento de muitos reinados (Gomes, 2018).

As descobertas sobre gêneros da fauna e flora, fez crescer ainda mais o interesse dos viajantes naturalistas pela cobiça de conhecer e explorar o *novo mundo*. Sobre esse aspecto,

---

<sup>16</sup> Ver: Gomes (2018, p. 135).

Acuña, lembrado por Gomes (2018), descreve um relato explicitando o valor dado a tais especiarias encontradas no universo amazônico para o enriquecimento da Coroa Portuguesa.

Não só esses gêneros poderiam neste novo mundo descoberto assegurar o suficiente para enriquecer todo o orbe, como muitos outros que, mesmo em menor quantidade, não deixariam de ajudar o enriquecimento da Coroa Real. Tais são o algodão, que se colhe abundantemente; o urucum, do qual se extrai um excelente corante; o açafraão, muito apreciado pelos estrangeiros; a canafistula; a salsaparrilha; os óleos, que competem com os melhores bálsamos para a cura de feridas; as gomas e resinas perfumadas; a pita, da qual se obtém uma fibra de excelente qualidade e que crescem grande abundância; e muitos outros produtos que a cada dia a necessidade e a cobiça hão de descobrir [...] (Acuña, 1994 [1641] apud Gomes, 2018, p. 134) [Grifos nossos].

Este pode ser considerado um dos exemplos, assim como outros fatores que intensificaram as viagens por novos aventureiros ao vale amazônico. A vinda da Coroa Portuguesa ao Brasil no ano de (1808), baliza o momento de aprofundamento por conhecimentos referente ao ambiente natural. Em vista disso, viajantes naturalistas europeus, foram motivados.

Segundo Gomes (2018, p. 136), ao inventariar a riqueza natural da região, inaugurando um novo período de produção de conhecimento, as expedições lideradas por estes estudiosos não só ganharam um forte caráter científico como também expuseram a região sob a mira de desenvolvimento de ciclos econômicos.

Diante desse contexto, diversos viajantes naturalistas viajavam por longos períodos e, percorrendo áreas longínquas, tiveram por objetivo catalogar a diversidade natural da região. Isso trouxe grande contribuição, pois:

[...] a riqueza natural da região contribuiu significativamente para o acúmulo de conhecimento e abriram novas linhas de pesquisas sobre o ambiente natural estudado até hoje. Embora os objetivos desses viajantes naturalistas fossem científicos, motivações econômicas estimularam a coleção de amostras de plantas e de animais (Gomes, 2018, p. 135).

A propósito do que fora pesquisado por estes cientistas, este estudo se propõe identificar fatos a serem contextualizados a partir dos olhares desses estudiosos em relação aos aspectos da formação econômica, política e social da região do Baixo Amazonas. A exemplo disso este capítulo passa a dialogar com a linha de pesquisa identificada e busca dar continuidade a respeito das interpretações dos viajantes-naturalistas, cientistas, cronistas, que nos séculos XVIII-XIX passaram pelo vale amazônico.

### **1.3 Da percepção dos viajantes naturalistas sobre a região do Baixo Amazonas (séculos XVIII-XIX)**

Neste campo descritivo, os naturalistas, ao se depararem com costumes locais passaram a observá-los e, embora de forma bastante aguçada, tais observações serviram, posteriormente, como marco para a produção científica na Amazônia. A propósito disso, Oliveira Filho (1987), faz uma breve reflexão quanto a estes coletores da ciência, dizendo que não se trata de avaliar o potencial de cada um dos autores em certas categorias como: seleção, hierarquização, consagração e representação, mas que versa sobre as singularidades de cada viajante naturalista como contribuição científica, que se traduz como uma produção intelectual sobre a região do Baixo Amazonas. Diante do exposto, torna-se importante saber, qual foi a percepção científica obtida pelos viajantes sobre a região do Baixo Amazonas.

Dessa forma, as “literaturas de viagens”, foram um suporte teórico que nos possibilitou ter o acesso às tais narrativas dos primeiros viajantes que percorreram a Amazônia, especificamente a região do Baixo Amazonas. Estas informações estão à mostra conforme quadro a seguir. Tais categorias obedecem a uma sequência crescente de datação, ordenadas em colunas a saber: naturalistas, nacionalidade, tema privilegiado, região por onde passou e período correspondente às viagens feitas pela região do Baixo Amazonas.

**Quadro 1 – Cronista Viajantes Naturalistas que passaram pela Região do Baixo Amazonas – século XVII-XIX**

<b>Cronistas/viajantes Naturalistas</b>	<b>Nacionalidade ou Império</b>	<b>Qual tema estava sendo privilegiado</b>	<b>Região por onde passou</b>	<b>Período que passou na região</b>	<b>Observações</b>
Charles Marie de La Condamine	França	Missão geodésia- deveria medir um grau de um arco de meridiano, linha equatorial; fauna, flora e dos povos indígenas	Óbidos como era antigamente (Pauxis)	1743-1745	Registro hidrográfico em Óbidos, (Estreito de Pauxis). Não houve registro de datas apenas ano.
Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius	Alemanha	Estudos da fauna e flora Brasileira/ Amazônica, Etnologia/Linguística	Monte Alegre, Santarém, Óbidos, Parintins, Maués	1817-1820 *01/10/1820	Percepção cultural, desenvolvimento econômico; o cotidiano, os costumes, a linguística, como também a geografia e etnografia dos moradores e o desenvolvimento econômico.
Alcides D'Orbigny	França	Objetivo, estudar o continente americano em geral e especialmente o, que retratou em "O Homem Americano"	Óbidos, Parintins	1831	Confecção de produtos feitos com uso de argila; e o cotidiano da cultura local, Não houve registro de datas, apenas ano.
Alfred Russel Wallace	Inglaterra	Suas observações não se limitam à geografia dos trópicos; à flora e à fauna da região amazônica, alcançam também os costumes e a vida social de índios e portugueses que habitavam a Amazônia. Estudos sobre flora, fauna, sobre os grupos humanos	Santarém, Óbidos, Parintins	1825/1848/1892 *10/1848	Fauna, flora e a geografia
Henry Walter Bates	Inglaterra	Botânica, Zoologia; Fauna, Flora Amazônica	Monte Alegre, Óbidos e Parintins	1848-1852 *10/1848	Buscou observar amostras uma vasta coleção de produtos naturais, vivências que se transformaram e vivências socioculturais dos grupos étnicos do Baixo Amazonas.
Barão de Sant'anna Nery	Brasil	A divulgação cultural; Fauna; Flora grupos humanos	Monte Alegre, Parintins, Maués	1848	Observou vários elementos importantes na cidade de Maués e Parintins, desenvolvimento social, econômico e cultural desse local e os grupos étnicos.

Robert Christian Barthold Avé-Lallemant	Alemanha	observações e seus estudos sobre os usos e costumes da cidade e da população/ Observar o cotidiano, a cultura do povo da Amazônia	Santarém, Óbidos Parintins	1857-1859 Parintins *24/06/1859	O cotidiano dos moradores e da localidade
Casal Agassiz	EUA	Estudos sobre a fauna e flora Brasileira/Amazônica	Monte Alegre, Santarém, Óbidos, Parintins, Maués	1865-1866 Parintins*27/08/ 1865	O estilo de vida simples que os agentes sociais, o desenvolvimento socioeconômico.
Tavares Bastos <sup>17</sup>	Brasil	A livre navegação do comércio no Amazonas	Santarém, Óbidos	1866	Além de observar as livres navegações do comércio nos portos do Baixo Amazonas, também identifica a presença de mocambos no rio Trombetas.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora. Costa, 07/2022

<sup>17</sup> De posse das interpretações de Tavares Bastos, no Pará, região que configura o Baixo Amazonas, onde, além de observar o processo de desenvolvimento das livres navegações do comércio, processo que possibilitou abertura dos portos do Amazonas, para a navegação internacional durante período imperial. Também identificou a presença de mocambos do rio Trombetas, defrontando com as realidades de grupos sociais. “Perto de Óbidos entra no Amazonas o rio Trombetas; nas suas florestas existem muitas centenas de escravo fugidos. *Os mocambos*, do Trombetas são diversos [...]. Os mocambos têm sido perseguidos periodicamente, mas nunca destruídos”. Ver Tavares Bastos *O Valle do Amazonas, estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatística, comércio, questões fiscais do Valle do Amazonas* (1886, p. 151-152).

No período de 1743-1745, Charles Marie de La Condamine, membro da Academia de Ciências de Paris, foi um dos muitos viajantes naturalistas que percorreram pela Amazônia. Dono de um vasto conhecimento no meio científico, La Condamine participou da missão geodésia, conforme La Condamine (2000, p. 22): “em 1743 com permissão do governo português, efetuou, de meados daquele ano a meados de 1744, a descida pelo nosso rio-mar, desde Jaén de Bracamoros até Belém do Pará, o que lhe permitiu levantar o curso do Amazonas, desde as nascentes até à foz”.

As evidências dessa viagem resultaram na obra “A viagem na América Meridional” descendo o rio das Amazonas, onde se relata toda percepção e interpretação do naturalista. O mito das Amazonas, as fortes mulheres guerreiras<sup>18</sup>, também chamadas de ameríndias, desempenhavam certas funções em suas condições sociais, no sentido exerciam autonomia nas atividades cotidianas, ou seja, já assumiam representatividade no meio social em que conviviam, na visão construída por La Condamine (Safier, 2009).

Safier (2009, p. 101), ressalta que, para ilustrar a Amazônia, La Condamine “recorreu a um processo não só de compilação, edição e narração, mas também de acumulação empírica de observações pessoais”. Diante da diversidade do processo de consolidação empírica, inseriu como elementos de pesquisa a fauna, a flora e outros aspectos socioculturais da região. Dessa forma, crescia mais interesse na busca por novas concepções despontava-se ainda mais *a importância da história natural e costumes locais*, aspecto que estimulou as percepções em torno de outras características que apresentavam a região. Relato a respeito do qual fica evidente que:

[...] os viajantes também viam importância na história e nos costumes locais, fato que aguçou as suas observações acerca das características socioculturais e econômicas na região. Seus relatos oferecem extraordinárias e vívidas descrições de costumes e de uso e exploração de recursos extrativistas do local. Cada viajante transmite uma compreensão da região através de sua própria percepção do meio natural e sociocultural.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> “Se é que já pôde haver amazonas no mundo, foi na América, onde a vida errante das mulheres que seguem seus maridos para a guerra, e que não são mais felizes em sua vida doméstica, deve ter feito nascer nelas a ideia e lhes fornecido ocasiões frequentes de se livrar do jugo de seus tiranos, procurando estabelecer um ambiente onde pudessem viver com independência e, ao menos, não serem eduzidas à condição de escravas ou burros de carga”. (La Condamine, 1745, p.110-111). Conferir: La Condamine, Charles-Marie de, 1701-1774. Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas / Ch.-M. de La Condamine. – Brasília: Senado Federal, 2000, p. 204 – (Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros).

<sup>19</sup> GOMES, C. V. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 13, n. 1, p. 129-146, jan.-abr. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/>>. Acesso em 24/08/ 2022.

Sendo assim, percebe-se claramente a compreensão que o viajante naturalista, estabelece em torno do ambiente natural na busca por compreender cada elemento. La Condamine durante sua viagem através da América do Sul e mesmo depois de seu retorno, foi mostrando através dos seus registros a região Amazônica, sobretudo o Baixo Amazonas, colocando-a como um laboratório de estudos para as ferramentas da ciência ocidental.

No Estreito de Pauxis (atualmente estreito de Óbidos/PA), La Condamine deixa sua percepção científica ao buscar entender o que causara o estreitamento das margens do rio.

[...] um pouco abaixo, tomamos terra do mesmo lado, junto ao forte português Pauxis, onde o leito do rio é estreitado em 905 toesas (1.736,845m) de largura [...], fomos recebidos em Pauxis como fôramos sempre desde que percorríamos terras de Portugal (La Condamine, 2000, p. 96-101).

Para La Condamine, a ação da maré através do “fluxo o refluxo” do mar, chegam até Óbidos “o que se faz notar de doze em doze horas”. Esse registro hidrográfico marca brevemente a passagem desse naturalista por este lugar, por outro lado, ele próprio justifica que para obter análises mais precisas sobre fenômeno estuado, seria necessário de mais tempo para executar observações mais precisas: “tudo isso daria ensejo a observações curiosas, sem dúvida, e talvez novas. Mas, para limitar o conjetural, seria preciso uma série de observações exatas, o que exigiria uma longa estada em cada lugar”<sup>20</sup>.

As análises classificatórias da biodiversidade no Vale do Amazonas, sempre foram um escopo e desígnio para realização nos diversos campos do conhecimento. Para além dos grandes progressos da ciência, em certos locais do mundo, a exemplo da Europa, os viajantes naturalistas, Spix para zoologia e Martius para a Botânica, período de 1817-1820, foram designados a empreender a *Viagem pelo Brasil*, imbuídos a desejos de novas observações conjuntamente a coleta de vasto material zoológico e botânico “aos viajantes, como dever principal; ao mesmo tempo, porém, deviam cuidar dos outros ramos científicos, tanto quanto o tempo e as circunstâncias”, (Spix e Martius, 2017, p. 20).

O círculo da ciência humana percorria geograficamente as regiões que compreendem o Baixo Amazonas *Monte Alegre, Santarém, Óbidos, Parintins, Barreirinha e Maués*, são algumas das paragens que demarcam registros das viagens de Spix e Martius pela Amazônia. Estes naturalistas propuseram realizar observações em suas definições científicas entre elas: o cotidiano, os costumes, a linguística, como também a geografia e etnografia dos habitantes

---

<sup>20</sup> La Condamine, 2000, p.97.

dessas regiões, a exemplo de alguns registros os quais apresentam características em desenvolvimento da região:

*Santarém*, chamada Tapajós na língua geral, é a vila mais importante de todo o rio Amazonas, e a sua situação garante-lhe rápido florescimento e opulência, com o progressivo povoamento destas regiões [...]. Diversas filas de casas de um só pavimento formam a rua principal e outras laterais, e apresentam aspecto de asseio e comodidade [...], aqui, como nas demais vilas do interior do Pará, *as paredes das casas são de pau a pique, barreadas e caiadas de branco. O teto é coberto com telhas côncavas ou com folhas de palmeira.* Poucas são as casas que têm fundamentos e alicerces de alvenaria ou tijolos. Os quintais, nos fundos das casas, são separados uns dos outros por muros baixos de barro, e contêm em geral um telheiro, *sob o qual se cozinha, e senzalas para a criadagem da casa, quase sempre índios, sendo raros os pretos ou mulatos. Entre os moradores, existe um número relativamente grande de brancos, que se domiciliaram aqui e se casaram com mulheres de cor* (Spix e Martius ,2017, p. 140) [Grifos Nossos].

No contexto acima podemos tecer uma breve reflexão aos aspectos peculiares por eles observados – as casas, as vilas, os quintais, cada detalhe chama atenção a forma pela qual eram construídas as moradias neste local. A existência de senzalas feitas para a criadagem, é fato que demarca a presença exígua de escravos, reafirmando-se, com isso, a existência de negros africanos na região Baixo do Amazonas. Outro ponto que merece destaque nessa retrospectiva dos fatos relatados pelos naturalistas viajantes está atrelado ao desenvolvimento econômico de Santarém. Naquele período era considerado um empório de especiarias, o comércio local:

Deve-se considerar Santarém o empório do comércio entre a parte ocidental da província do Pará e a capital. Das vilas vizinhas, *Óbidos, Faro, Alenquer, Vila Nova da Rainha* (a oeste), *Alter do Chão*, Vila Franca, Boim, Pinhel e Aveiro (ao sul), à margem do Tapajós, trazem *cacau, salsaparrilha, cravo-do-maranhão, algum café, algodão e borracha.* Os fazendeiros, que têm as suas plantações próximas, e só raramente, sobretudo na ocasião dos maiores dias santos, vêm à cidade, *outrora cuidavam quase exclusivamente de cultivar o cacau,* que de resto aqui também não raro cresce espontaneamente; em tempos recentes, começaram a dar mais atenção *ao café, ao algodão e ao anil.* (Spix e Martius 2017, p. 141) [Grifos Nossos].

Acerca dos acontecimentos ocorridos no dia 01 de outubro de 1820, Spix e Martius, registram passagem em Vila Nova da Rainha ou Tupinambarana, atualmente cidade de Parintins, estando a Freguesia do Andirá sob a jurisdição desse município. Na presente narrativa, constatou-se a percepção para a descrição de moradias locais, o comércio, a guarnição pública, uma certa crítica ou mera observação advém de tempos remotos e a embriaguez que desde outrora, ainda acontece em algumas comunidades indígenas no Amazonas<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Ver: Spix e Martius (2017). Tinham como propósito explorar a fauna e flora Brasileira/Amazônica, Etnologia/Linguística

Ao citar Spix e Martius (2017), Saunier (2003, p. 43-44), constatam-se registros de viagem em Villa Nova da Rainha (atual cidade de Parintins):

No dia 1 de outubro de 1820, alcançamos Parintins, algumas palhoças ao sopé de uma colina de uns 200 metros de altura, coberta de mata virgem, densa, que, de certo modo, pode ser considerado como ponto natural limítrofe entre as Províncias do Pará e rio Negro – Em seis horas de viagem alcançamos Vila Nova da Rainha – ou tupinambarana – que se acha situada sobre a margem meridional 20 pés acima do nível das águas, a meia légua abaixo da foz em Abacaxis ou rio Maué, no Amazonas. *O lugarejo com compõe-se de diversas filas de cabanas baixas quase todas sem janelas, cobertas com folhas de palmeiras.* Apesar de seu nome, com uma população de cerca de 600 almas, goza apenas de foros de lugar. *Têm a vila como mais ocidental povoação da Província do rio Negro, uma guarnição de uns 20 e tantos soldados, encarregados de conter os índios em respeito e fiscalizar as canoas de comércio em trânsito por ali, e de cujo carregamento eles têm que prestar contas.* À frente do quartel, avistamos assestados dois canhões que, em geral, são utilizados para dar salvas nos dias de festas de igreja. A estadia em *Tupinambarana proporcionou-nos muitos espetáculos da vida dos índios.* Todavia, também devíamos *observar pesarosos o principal vício dos índios, a embriaguez* pela qual o mais belo germe de civilização é destruído, favorecendo além disso o despovoamento [grifos nossos].

Segundo Saunier (2003), viajou no período de 1831 Alcide Dessalines D’Orbigny, um naturalista especializado em vários ramos da ciência em geologia, antropologia e paleontologia. Este naturalista veio ao Brasil a serviço do Museu de História Natural de Paris, em sua passagem pelo vale do Amazonas realizou alguns registros posteriormente publicado na obra intitulada “Viagem pitoresca através do Brasil” em 1836. Oliveira Filho (1987) destaca que “a formação intelectual dos viajantes é bastante heterogênea”, considerando que cada cientista carrega consigo um leque de conhecimentos científico.

D’Orbigny apresenta um breve registro de sua permanência em Vila Nova da Rainha em 1831, a narrativa fornece análises sobre um lugar carregado de um misto de cultura dos diversos aspectos socioculturais. A exemplo disso, pode-se encontrar a confecção de produtos feitos com argila, matéria prima encontrada na região do Baixo Amazonas.

*É uma povoação composta de várias fileiras de casas, quase todas sem janelas e cobertas de folhas de palmeiras.* Vila Nova da Rainha é o último povoado da Comarca do Rio Negro, e *existe ali uma espécie de alfandega provincial.* Algumas *pequenas embarcações de cabotagem estavam ancoradas no rio,* quando por ali passamos. A uma légua abaixo de Vila Nova, e na mesma margem do rio, *veem-se construções denominadas Comandâncias, habitações ordinárias dos chefes de fronteira.* Perto dali. *Tive a ocasião de ver algumas fábricas.* A primeira era de *objetos de argila* e tinha capacidade para fornecer, de uma vez, quatrocentas jarras destinadas a *guardar manteiga de tartaruga.* (Saunier, 2003, p. 44,45) [Grifos Nossos].

Alcide D’Orbigny, teve a mesma impressão de Spix e Martius, com narrativas semelhantes quanto às casas, também procurando observar com bastante propriedade o

cotidiano dos agentes sociais cultura local. Quando se reporta à “oficina de ferreiro e preparação de iguarias de mandioca”.

Ao examinar os trabalhos de Alcide D’Orbigny (1979), Saunier (2003, p. 45), percebeu um certo olhar a respeito do desenvolvimento sociocultural de grupos étnicos nessa região do Baixo Amazonas:

Quando por ali passei, cerca de vinte índias trabalhavam, sob direção da dona da fazenda, mestiça ativa e rica, que estava, ela própria, assentada em uma das extremidades do barracão, com três ou quatro peneiras, através das quais passava a massa da mandioca, para fazer doces. Outras índias amassavam os doces e os levavam ao forno. Tais doces, feitos com parte mais branca da mandioca, são considerados, como artigo de luxo, e saboreados com café. O resto da mandioca serve para a destilação de uma espécie de água ardente [...].

Nota-se que os viajantes naturalistas buscam ser detalhistas, mesmo quando relacionados ao cotidiano dos moradores das localidades por onde passavam, e, ao descreverem de maneira precisa o modo de ser das pessoas e o que elas faziam, seus olhares se mantinham atentos em todas as ações. Não foi por acaso essa observância, visto que os naturalistas tinham interesses específicos nos aprendizados regionais.

Em 1848, Alfred Russel, viajante naturalista que buscou também explorar os conhecimentos regionais declara, “propus-me fazer a viagem a minha própria custa, para o fim exclusivo de reunir coleções de história natural” (Wallace, 2004, p. 31). Colaborador de Charles Darwin<sup>22</sup>, em uma resolvida expedição dos cientistas, partiram de Liverpool, num pequeno navio, a 27 de abril de 1848, alcançando a foz do Amazonas, cerca de um mês mais tarde, isto é, a 26 de maio registrou passagens pela Amazônia juntamente com Henry Walter Bates<sup>23</sup>.

Soldado (2017), destaca que em meados de 1948 em solo parintinense, alguns estudiosos como o naturalista Wallace, trabalhava com a fauna e flora e pesquisava também sobre a geografia, especificamente na identificação de plantas como palmeiras, encontradas no Alto e Baixo Amazonas.

---

<sup>22</sup> Quem mais exaltou os trabalhos de Darwin foi Wallace, o que também contribuiu para pôr em destaque os seus próprios. Isso lhe valeu o seguinte juízo, com que o primeiro tão expressivamente reconheceu os méritos e a modéstia do segundo: – “Vós sois o único homem, que até hoje tenho conhecido, o qual persistentemente faz injustiça a si mesmo, e nunca pede justiça.”

<sup>23</sup> Porém, os dois amigos separaram-se sem o menor desentendimento pessoal, e apenas porque Wallace queria, sobretudo, colher fatos de toda espécie que interessassem ao estudo da origem e evolução dos seres vivos, ao passo que Bates cogitava exclusivamente da entomologia. As relações entre ambos continuaram cordiais, como se infere do que se lê à pág. 266 dos “Travels” de Wallace.

Ver: pag. 14: WALLACE, Alfred Russel, 1823-1913. Viagens pelo Amazonas e Rio Negro / Alfred Russel Wallace; notas de Basílio de Magalhães. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. 630 p. -- (Edições do Senado Federal; v. 17) Ver: p. 14

Saunier (2003, p. 45), ressalta que Wallace levou quatro dias para chegar até Villa Nova da Rainha, sendo recepcionado pelo vigário local, Pe. Torquato, que por ele manifestou tamanha afeição. Nesse percurso, Wallace coletou amostras de alguns insetos, afirmando que apesar de ele estar em época não apropriada, acreditou que Villa Nova, entre os meses de julho e outubro, fosse um local importante para análises da esfera da entomologia<sup>24</sup>.

Sendo a Amazônia espaço de pesquisa; espaço empírico para os estudos em história natural e filosofia, o inglês, Henry Walter Bates (1848-1892), tornou-se atraído pelas peculiaridades da região do Baixo Amazonas. Entre as localidades percorridas, Bates não só observou fauna, flora ou “desenvolvimento de pesquisas posteriores no campo da botânica, da zoologia, da história, da sociologia e da antropologia sobre essa região<sup>25</sup>”, como também descreve em detalhes fatos ocorridos no cotidiano das sociedades amazônicas, a exemplo de Villa Nova (Parintins), quando no dia 27 de outubro de 1848:

[...], alcançámos elevado promontório, coberto de mata, *chamado Parintins*, e que forma atualmente o limite entre as províncias do Pará e Amazonas. Ficámos no sopé da serra dos Parintins a noite toda [...]. O negro despediu-se e voltou por estreito furo, *o Paraná-mirim dos Ramos, a caminho de casa, a umas 130 milhas de distância. Prosseguimos então nossa viagem, e à tarde chegámos a Vila Nova, aldeia perdida, de umas setenta casas, muitas das quais não eram dignas dêsse nome, reduzindo-se a simples cabanas de barro, cobertas de fôlhas de palmeiras [...].* A lagoa fervilhava de aves aquáticas; garças côr de neve. [...]. Alguns anos mais tarde, em 1854-5, passei oito meses em Vila Nova. *O distrito do qual é cabeça, é muito extenso, pois conta cêrca de quarenta milhas de extensão linear pelas margens do rio; mas todo ele não conta mais de quatro mil habitantes, sendo mais da metade constituída por índios puro-sangue, que levam vida se- mi-civilizada nas margens dos numerosos lagos e furos. O comércio do lugar é principalmente de borracha, bálamo de copaíba (apanhados as margens do Madeira e numerosos rios que deságuam no furo Canomá) e peixe salgado, preparado na época das secas, mais perto de asa.* Estes artigos são mandados ao Pará, em troca de mercadorias europeias. As poucas famílias de índios e mestiços, que vivem na cidade, são muitos furos inferiores, em qualidades pessoais e condição social, aos que vivem entre o Pará e Cametá. Moram em taperas de taipa; as mulheres cultivam pequenas roças de mandioca; os homens passam quase todo tempo vendendo o que sobra e embriagando-se com cachaça," comprada com êsse dinheiro, com a mais exemplar regularidade (Bates, 1994, p. 305-311) [grifos nossos].

Ferreira (2004) explica que Henry Bates percorreu o interior do Amazonas, com passagem pelas cidades de Parintins e Óbidos. Esse naturalista buscou amostras, uma vasta coleção de produtos naturais que se transformaram nas resenhas de observações, informações e vivências socioculturais dos grupos étnicos do Baixo Amazonas.

Nery (2018, p. 101), em 1948, assinala que na Amazônia “sua fauna é infinita; sua flora, inesgotável; suas riquezas minerais, misteriosas. As pesquisas dos sábios serão insuficientes

<sup>24</sup> Na época que o naturalista chegou à localidade ele comprou alguns produtos regionais bem como manteiga e biscoitos. Essa atitude se deu pelo fato de que Manaus (Vila da Barra), esse período um momento de escassez.

<sup>25</sup> SAUNIER, 2033p. 47.

para desvendá-las [...] é o encanto dos naturalistas”. Consoante as falas deste historiador, que buscou estudar a biodiversidade, viajando por diversas localidades, descreveu a atual cidade de Santarém localizada:

Acerca de 60 milhas de Monte Alegre, encontramos, na margem direita do Tapajós, Santarém, antiga aldeia dos índios tapajós. A cidade data do começo do século XVII. Ela nos aparece, elegante e bonita, com sua bela praia prateada, que lhe empresta, de longe, o aspecto de uma estação balneária. Conta de 5.000 a 6.000 habitantes, se bem que estes números não sejam confirmados. Seu clima é bom e as terras férteis. As florestas que a cercam fornecem com abundância a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), óleo de copaíba, baunilha e outros produtos florestais preciosos: Seu comércio é bastante amplo. Consiste principalmente de peixe, de gado e de cacau. É a cidade mais importante do Estado do Pará, depois da capital, Belém. Santarém dá ares de cidade grande; sua civilização é bastante avançada; nela se leem jornais políticos. Nery (2018, p. 68).

Nas análises do naturalista, essa região, dentre outros vilarejos, não apenas sinaliza para a descrição a respeito da história natural, mas também relata sobre desenvolvimento social, econômico e cultural desse local. Em suas descrições percebemos quais grupos étnicos habitavam a região, a expressiva quantidade deles na localidade, as riquezas da fauna e flora, bem como faz referência ao pequeno comércio de produtos regionais.

Em outras localidades do Baixo Amazonas, Nery (2018, p.70-71) observou vários elementos importantes na cidade de Parintins e Maués na época da dominação portuguesa:

*Nessa aldeia, (vila, como se diz em português), chamava-se pomposamente Vila Nova da Rainha. Após a independência do Brasil, tomou o nome ainda mais solene de Vila Bela da Imperatriz; e finalmente o nome pelo qual a designamos atualmente, Parintins é uma grande aldeia, cheia de graça, situada na margem direita do Amazonas e na esquerda do Maués, que deriva do grande rio Madeira. Nos fins do século XVIII, em 1796, o capitão José Pedro Cordovil fundou neste lugar um acampamento de índios das tribos dos maués e dos sapopés. Por sua posição geográfica, Parintins está destinada a tornar-se centro comercial de grande importância. Com efeito, suas comunicações são muito favoráveis, seja com outras aldeias e vilas das margens do Amazonas, seja com o Madeira e com a Vila de Maués (antiga Lusea), situada na ilha de Tupinambarana. Os habitantes de Parintins se dedicam ao comércio do cacau, do tabaco, de qualidade excepcional, do guaraná, do urucu, do óleo de copas, do pirarucu seco, sem falar da borracha. Durante o exercício de 1895-96, a Mesa de Rendas de Parintins registrou uma exportação de: 504.228 quilos de cacau, de valor oficial de 424 contos; 169.782 quilos de pirarucu seco, de valor oficial de 146 contos; 4.086 quilos de guaraná, no valor de 40 contos, e outros produtos, sendo o todo de valor oficial de mais de 635 contos ou milhões de réis (Nery, 2018, p.70-71).*

O desenvolvimento econômico se consagra como um mecanismo que notabilizou Parintins como centro comercial do Baixo Amazonas. Na ótica desse viajante naturalista, isso parte de uma política idealizadora do governo brasileiro em permitir o acesso às marinhas estrangeiras cujo objetivo perpassava o interesse em explorar o valor comercial e, assim, obter

benefícios geradores de mecanismos de comunicação aperfeiçoada de maneira eficiente, célere e eficaz.

A finalidade dessas ações se pautou na consideração e apreciação de aspectos voltados circunstancialmente a fatores socioeconômicos da região Amazônica e suas sub-regiões. Dessa forma, no dia 15 de novembro de 1889:

[...], a República substituiu no Brasil o Império que existia há sessenta e sete anos, sem conseguir se enraizar definitivamente neste canto da América. A nova forma de governo, transformando as antigas províncias do Império em estados autônomos, deu-lhes, ao mesmo tempo, os meios de se administrarem segundo sua vontade, e principalmente, de dispor, eles próprios, de suas rendas, em vez de consumir a maior parte de seus recursos em alimentar o poder central sediado no Rio de Janeiro. Em seguida, graças à federação, o Estado do Amazonas pôde organizar sua vida a seu modo, desenvolvendo suas trocas com o estrangeiro de modo extraordinário, conquistando assim, no conjunto dos vinte Estados da União brasileira, um lugar de primeira ordem. Finalmente, a própria evolução industrial contribuiu grandemente ao progresso da Terra da Borracha, aumentando consideravelmente o consumo do produto, cujas aplicações se multiplicam a cada dia. Há quinze anos, a Província do Amazonas era uma criança que tentava andar, apesar dos entraves administrativos; uma única linha de navios a ligava à Europa, uma vez por mês, e ousados exploradores partiam para essa terra longínqua, como se fossem à sua descoberta. Hoje, o Estado do Amazonas é um jovem emancipado, que gera seus negócios interiores sem tutela (Nery, 2018, p. 20).

Extensivos ao desenvolvimento regional, ligam-se outros aspectos relativos a estudos sobre os saberes e vivências locais. Neste sentido, Costa (2001 apud Nascimento, 2012. p. 5), afirma que “A Amazônia no século XIX era rota obrigatória para todos aqueles que queriam participar, pontualmente, dos debates e das últimas descobertas científicas do seu tempo”.

Como parte desta análise, Meireles Filho (2009, p. 3), enfatiza as narrativas do médico alemão Robert Avé-Lallemant, com passagem pela Amazônia no mês de junho de 1859 ao percorrer algumas províncias do Pará e Amazonas, tendo este permanecido por nove dias nas localidades de Gurupá, Prainha, Santarém e Óbidos, Villa Bela da Imperatriz (atual Parintins) e Serpa (atual município de Itacoatiara), locais nos quais, pela falta de médico, o faz exercer tal profissão.

Avé-Lallemant (1980 apud Saunier 2003), deixa registrado a passagem do médico naturalista em Parintins. Tal como outros naturalistas viajantes, Avé-Lallemant busca detalhes do cotidiano dos moradores e da localidade, talvez surpreso pela vida rústica que levavam os habitantes locais, pois, apesar dos mesmos terem casas, estas eram totalmente devassadas. Os costumes, a linguagem utilizada na antiga Villa Nova da Rainha era retrato da cultura que ele detectou no “Novo Mundo”.

[...] a 24 de junho... à margem direita do rio, eleva-se uma cadeia de montes, com o nome de Serra de Parintins. Aí fica a] fronteira entre Províncias do Pará e Amazonas [...], Villa Bela da Imperatriz outrora Villa Nova da Rainha. Atravessamos e logo ancoramos junto à praia da pequena cidade, para tomarmos lenha [...], um campo verde, que encosta na floresta por detrás da cidade [...]. Um renque de casas forma uma espécie de frente, mas nenhuma delas têm algo que chame atenção, [...]. A igreja é difícil de encontrar a princípio, uma casa de barro coberta de palhas de palmeiras, enfeitada em cima com uma cruz e acima desta um falcão, o símbolo do rio. Tudo é tapuia, na sua perfeita quietude e inabalável paz. [...], podiam-se ver; até ao mais profundo recanto das casas, todos os habitantes. Tudo está aberto; nenhuma porta, nenhuma janela impede a entrada e o olhar para o interior das casas. Algumas palmeiras tucumãs perto da casa, algumas galinhas e porcos e grandes postas de pirarucu secando ao sol, além das crianças nuas, são os atributos duma casa tapuia em Villa Bela (Avé-Lallemant 1980 apud Saunier, 2003, p. 49-50).

A obra “Viagem ao Brasil entre os anos de 1865-1866” marco da passagem do casal Jean Louis Rudolf Agassiz e sua esposa Elizabeth Agassiz, revela suas agradáveis impressões quando tais estudos se referem a todos os seres vivos existentes na Amazônia. Mostrando-se um grande conhecedor da ciência, como por exemplo a geologia, que Agassiz parece demonstrar bastante desconforto ao ver seres humanos ainda sendo usados como escravizados. Para além da região do Baixo Amazonas, as pesquisas promovidas pelo casal Agassiz constroem um verdadeiro elo de questões observadas e analisadas a estenderem-se para outras regiões do país.

No dia 25 de agosto, do ano de 1865, Agassiz e sua esposa aportaram em Monte Alegre, um dos municípios que compreendem o estado do Pará. Durante sua permanência nessa localidade, observou alguns aspectos gerais que caracterizam o solo, a cidade, os naturalistas ainda ressaltam que Monte Alegre é um dos antigos estabelecimentos na Amazônia, como aponta o relato abaixo:

[...] o terreno é mais acidentado e irregular do que o tem sido até agora; mas, apesar disso, o local não me parece merecer a denominação que lhe foi dada. O aspecto desse distrito se me afigura antes um tanto triste; o solo é toda areia, a floresta baixa, interrompida de quando em quando por campinas baixas e pantanosas cobertas de ervas grosseiras. A areia assenta sobre o mesmo depósito avermelhado, cheio de seixos rolados de quartzo, que vimos encontrando constantemente em nosso caminho. Monte Alegre é um dos mais antigos estabelecimentos da Amazônia; mas devido a todas essas circunstâncias desfavoráveis, a sua população diminui em vez de aumentar (Agassiz, 2000, p. 176-177) [Grifos nossos].

Após uma breve parada em Monte Alegre, o casal Agassiz continuavam a viagem passando por Santarém, onde pararam para deixar alguns integrantes da expedição e ao mesmo tempo, embarcar outro colaborador da pesquisa. Nessa passagem, percebem a diferença de cores que há entre as águas do rio do Amazonas e o rio Tapajós, que banha Santarém, entre “Santarém e Óbidos, aonde chegaremos esta tarde, as margens do rio parecem mais povoadas

que nas regiões que atravessamos primeiro [...] observar também a diversidade da fauna e flora com destaque para as aglomerações de Mungubás e Imbaúbas” (Agassiz, Agassiz, 2000, p.180).

Seguindo viagem, Agassiz, em suas observações discorre com detalhes sobre o modo de vida que levavam as populações (indígenas, ribeirinhos) desse local. Ressalta, ainda, que alguns produtos naturais eram comercializados como (troca), com outras regiões como forma de mercadoria:

[...] às vezes uma ou duas redes estão suspensas às árvores cujos ramos deixam distinguir o teto de palha e as paredes da pequenina choça ou cabana [...] aspecto tão sedutor como o dessas pequeninas habitações de índios das margens do Amazonas. A floresta primitiva que rodeia essas moradias é quase sempre cheia de clareiras [...]. Estas estão no meio de pequenas plantações de cacau e mandioca – planta cuja raiz fornece ao índio a sua farinha – e às vezes também de seringueiras (árvore da borracha). Esta última, porém, só muito raramente é que é cultivada; cresce em estado nativo na floresta. O cacau e a borracha são expedidos para o Pará em troca das mercadorias necessárias a essa pobre gente. (Agassiz, 2000, p. 180).

O estilo de vida simples que os agentes sociais levavam, narrado pelo casal Agassiz, acontece no percurso entre Santarém e Óbidos. No dia 27 de agosto, quando chegaram em Vila Bela<sup>26</sup>, situada à margem do rio, na foz dos Tupinambaranas, o casal Agassiz foi recebido por um dos seus antigos correspondentes, Dr. Marcos, pessoa responsável por enviar para o Museu de Cambridge amostras da fauna Amazônica. Posteriormente, a equipe seguiu viagem de canoa rumo ao lago de José Açú – interior de Vila Bela, tinham como objetivo conseguir mais espécies de peixes para coleção, porém, por haver alguns imprevistos, a viagem não teve êxito conforme planejada.

[...], *chegamos ao extremo da estreita passagem, desembocando num grande lago.* Verifica-se então que a grande rede que devia constar do aparelhamento de uma das canoas fora esquecida; chama-se em voz alta na direção de duas ou três cabanas de índios na esperança de arranjar esse engenho de pesca indispensável, mas em vão; forçoso foi mandar buscá-lo em Vila Bela. Devido a isso, amarraram-se as embarcações ao pé dum barranco, encimado por uma choça indígena, e para estar nos dirigimos a fim de nela esperarmos a volta dos mensageiros. Devo aqui confessar que, vista de muito perto, a Arcádia dissipa muito das ilusões, mas, todavia, é justo acrescentar que o espécimen em questão não era dos melhores. *As habitações de Tajapuru eram bem mais atraentes, e os habitantes pareciam mais cuidadosos e menos grosseiros do que os nossos hospedeiros de agora.* Seja como for, o quadro neste momento não deixa de ter seu encanto (Agassiz, op. cit., p. 183).

Similarmente a outros viajantes naturalistas enfatiza as formas de habitações por onde se hospedou, ele acentua também a maneira de como foram tratados, comparando a outras hospitalidades por onde passou. Os objetos rústicos que decoravam as cabanas, “[...] uma mesa

<sup>26</sup> Atualmente município da cidade de Parintins.

rústica improvisada com uma tábua presa a dois paus bifurcados é colocada a um canto”.<sup>27</sup> Este processo, fora um dos panoramas da cultura indígena, foi o que atraiu o olhar do naturalista. Em que pese o sentimento do acolhimento, considera frisar seu encantamento momentâneo ao encontro incessante de produção dos relatos sobre o ambiente natural e cultural, da região do Baixo Amazonas.

Paes Loureiro (2019),<sup>28</sup> ressalta que, a narrativa configura o cotidiano das “sociedades amazônicas regional”, de certo modo, as peculiaridades apresentadas por Agassiz constroem uma ressonância cultural dessas sociedades. A exemplo disso, pode-se constatar “A choça de Esperança”, local onde o casal Agassiz, hospedou-se e, a partir do qual pôde descrever diversas observações do cotidiano familiar, tais como: as características da moradia, com seus detalhes, a cultura da torrefação da farinha, a pesca, fato ocorrente no Lago do Zé-Açú, como também na região da Amazônia.

*Desta vez demos com um dos melhores modelos de casa indígena. Num dos lados da habitação se estende a galeria aberta, que alegam neste momento as cores vivas das nossas redes. Nos fundos há um grande quarto dando para esta galeria por uma larga porta de palha, ou antes, de folhas de palmeira, não fixada em gonzos, mas flutuante e suspensa como uma esteira, em frente da qual se acha uma janela sem vidraça, que se fecha à vontade por meio duma outra esteira de folhas de palmeira. Esse quarto, por agora, está exclusivamente reservado para mim. [...], há uma outra dependência em forma de varanda, aberta aos quatro ventos, a cozinha, suponho, pois aí está o grande forno feito de barro – onde se torra a farinha, as cestas cheias de raízes de mandioca, prestes a serem descascadas e raladas, e, ainda, a mesa tosca em que jantaremos. Tudo tem um ar de decência e de asseio. O chão de terra batida está varrido, o terreno que circunda a casa está limpo, sem cisco, a pequena plantação de cacau e mandioca, onde se vê também alguns cafeeiros, está cuidadosamente tratada. A habitação está situada sobre uma pequena elevação que se inclina suavemente na direção do lago; bem embaixo, abrigadas pelas grandes árvores, da margem, estão amarradas as “montarias” dos índios e as nossas canoas. Fizeram-nos afável e doce acolhida. As mulheres se agrupam em volta de mim e passam em revista as minhas vestimentas, porém sem grosseria nem rudeza. A rede que prende os meus cabelos muito lhes preocupa; depois pegam em meus anéis, meu correntão de relógio, e, evidentemente, discutem entre si a “branca” (Agassiz, 2000, p.184) [Grifos Nossos].*

Sobre as várias formas de ler o espaço cultural, ali inseridos meio que obrigatoriamente pela égide das observações científicas, Elizabeth Agassiz, à medida que o tempo lhe era favorável, no intuito de entender por meio de uma semiótica, revelara os hábitos regionais e sua afeição pelos anfitriões: “à medida que o tempo vai passando vamo-nos tornando mais familiares com rústicos amigos, e começamos a compreender as relações que mantêm entre

<sup>27</sup>Agassiz, 2000, p.183.

<sup>28</sup>Cultura amazônica: uma diversidade diversa: Disponível:< <https://www.amazonialatitude.com>> Acesso em: 20/09/2022.

si”<sup>29</sup>. Tais impressões sinalizam inquietudes em razão das peculiaridades dos moradores que traduzem as relações sociais corriqueiras da região do Baixo Amazonas.

Ao longo da exploração dos recursos naturais amazônicos, comprometidos para fins de pesquisas científicas, o casal Agassiz obteve certa precisão a respeito das inúmeras diversidades na Amazônia, tendo como foco catalogar espécies da fauna Amazônica. Um dos exemplos a destacar, diz respeito aos experimentos de Agassiz quanto à ictiologia, que, ao usufruir do espaço e das riquezas naturais junto com a colaboração de alguns indígenas da região dos lagos do José-Açú e Máximo, possibilitou “uma excelente oportunidade de estudar as diferenças que esses peixes contribuíram para aumentar as coleções; tanto a escolha das localidades como o modo de pesquisa” (Agassiz, 2000, p. 191).

Para Souza, (2017, p. 1), os viajantes naturalistas buscavam, de certa forma, desenvolver “ações de colonização com intuito de usufruir do espaço e suas riquezas naturais e valer-se da mão-de-obra, saberes e fazeres dos povos que habitavam/habitam a região promovendo, em alguns casos, o desmantelamento de diversas culturas/modos de vida”. Dessa forma, novos elementos vão surgindo, para além da busca pelas riquezas naturais, com a expansão do processo comercial com os variados produtos da região.

#### **1.4 Elementos utilizados como ideias para desenvolvimento do Baixo Amazonas**

No século XVIII o rio Amazonas e seus tributários recebiam inúmeras navegações que trafegavam para devidos fins comerciais, dando início ao desenvolvimento regional. A Amazônia mercantilista<sup>30</sup> se desenvolvia com os produtos naturais tais como: anil, café, tabaco, algodão, cacau, milho, feijão, cana-de-açúcar e maniba (espécie de mandioca brava) que serviam também para a exportação.

---

<sup>29</sup> Agassiz, (2000, p. 185-186).

<sup>30</sup> “No começo da segunda metade do século XVIII, início da administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, a Amazônia – cerca de dois terços da área total do Brasil [...]. A Amazônia ganhava novo aspecto. Irrigada com o sangue vivificante do mercantilismo pombalino, então representado pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão [...]. Período de 1756 a 1777 de aspectos positivos das sucessivas valorizações do empreendimento colonial. Engrossando as frotas do cacau, encontram-- se nas carregações de Belém para Lisboa, outros gêneros tropicais de grande aceitação nos mercados europeus: café, açúcar, algodão, cravo, salsa, óleo de copaíba, atanados, couros em cabelo, tabaco, urucú, aguardente de cana, baunilha, sebo, tartarugas, goma copal, anil, arroz e madeiras diversas. O cultivo dos principais produtos exportáveis — cacau, café, arroz, salsa, cravo e tabaco — foi intensificado no Guamá, Macapá, Mazagão, Cameté, Santarém, Óbidos, Barcelos, Tomar, Serpa em outras vilas e em lugares das capitânicas do Pará e de São José do Rio Negro. Cresceu, outrossim, a atividade pecuária nos campos de Rio Branco, no Baixo Amazonas e na ilha de Marajó.”. Ver: Dias, 1962, p. 363-365.

O comércio, foi considerado um forte fator que contribuiu para o início de desenvolvimento no Baixo Amazonas. Nesse período, quase todos povoados da região praticavam, como atividade econômica, o uso dos recursos naturais. Registro tomado de alguns fragmentos da obra inspirada por Arthur Cézár Ferreira Reis - História do Amazonas, que põe em evidência “fatos históricos e sociais, resultando a assimilação, ou melhor compreensão da totalidade histórica e sociocultural do Estado do Amazonas”.

Arthur Cézár Reis, ao citar o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, na obra “História do Amazonas”, o está relacionando ao comércio dos produtos naturais, no qual este modelo “cultura da terra”, mexe com as estruturas econômicas em pleno vigor de desenvolvimento, que se estendeu em determinados povoados espalhados sobre o vale do Amazonas.

Um fato que se põe a refletir, refere-se aos comentários de Alexandre Rodrigues Ferreira, quando o naturalista ressalta como “embaraços” (a falta de braços, a preocupação de colher os produtos naturais), fatores que precisavam do uso da mão de obra dos nativos (indígenas), taxados de *indolentes*, pela não realização das atividades da colheita dos produtos conhecidos por drogas do sertão (Reis, 1989, p. 129).

Ribeiro (2012, p. 59.) destaca as impressões, decorrentes da historiografia, que vislumbram a Amazônia e que nascem dos estudos de grandes pesquisadores, em tese, difundidos por pesquisas científicas. A análise, em parte, é um processo que disserta sobre a concepção de “cientistas europeus, brasileiros, viajantes, escritores, intelectuais locais, que em narrativas disputam a primazia pelo poder legítimo de ordenar, classificar e explicar as relações sociais, a fauna, a flora e a paisagem física da Amazônia”

Diante dos aspectos acima mencionados, a região da Amazônia de alguma forma recebeu olhares diferentes, mas com um mesmo sentido, o de conhecê-la e interpretá-la, no bojo dos estigmas. Inúmeras pesquisas são desenvolvidas atualmente que categorizam e atuam no campo das ciências sociais, história, antropologia, sociologia e geografia.

Silva (2010, p. 1), ao estudar os viajantes naturalistas, observa o olhar eurocentrista em relação a Amazônia, enxergando a natureza sem ver o homem fato que é observado principalmente no sul do país e no Sudeste, especificamente no planalto de Goiás.

A visão sacra oferecida tão cruel quanto a laica, expõe o olhar dos importantes dos séculos que nos antederam e seus apontam-nos o caminho de valorar o que temos de mais importante na Amazônia, o Amazônida. O julgar do acultramento jesuítico e sua eficácia em produzir tapuias banindo do novo mundo a ignorância e o paganismo. A Amazônia brasileira ainda espanhola por celebração do Papa Alexandre VI no final do século XV; e invadida por portugueses no raiar do século XVI.

Silva (2010), ao citar Costa (2000), revela pontos cruciais, como o acultramento jesuítico. A eficácia desse acultramento exigia que o indígena (tapuia) fosse inserido no meio social onde era preciso o aprendizado de outra cultura, mudando seus costumes de maneira imperiosa e necessária na visão dos europeus e espanhóis de forma que eles deixassem de ser “ignorantes e pagãos”. Portanto, o jesuíta, obtinha o papel de concretizar esse acultramento por meio de uma educação sacramental.

Ribeiro (2012) ao interpretar por meio de sua obra “Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins”, esclarece o surgimento de inúmeros olhares que disputavam a primazia pelo poder legítimo de ordenar e classificar, a fauna, a flora, a paisagem física da Amazônia, e relações sociais, estabelecidas, relacionadas à “*raça e meio*” que se postulam como esquemas interpretativos presentes nas disputas científicas e literárias.

Dias (1962), ao falar dos “Subsídios para o estudo do fomento ultramarino português no século XVIII”, destaca que a mão-de-obra escrava era utilizada pelo comércio mercantilista.

A partir de 1756, o Estado do Grão-Pará e Maranhão aparece-nos com uma nova roupagem. O estabelecimento da Companhia pombalina trouxera-lhe favoráveis condições de expansão mercantil. Belém, capital do Estado desde 1751, início do governo de Mendonça, ligou-se a Lisboa sem perda de continuidade do meio de comunicação — o Atlântico. A gigantesca, empresa colonial exigia um comércio intercontinental ativo e meios fáceis de tráfico. Mão-de-obra africana, meio circulante e segurança de mercado consumidor europeu permitiram-lhe realizar essas condições (Dias, 1962, p. 163).

A utilização do trabalho escravo na Amazônia, aconteceu por meio da comercialização ocorrida nos navios que transportavam e vendiam negros como mercadorias, assim que as embarcações aportavam em seus destinos. No entanto, mais adiante esse tipo de negociação de mão-de-obra foi interrompido pela Abolição da Escravidão, por não servir mais aos objetivos de lucro dos grandes comerciantes de escravos.

### **1.5 Emancipação: a abolição da escravatura no Amazonas**

Reis (1989), ao relatar sobre a emancipação e abolição de escravizados, o autor informa sobre um aditivo aprovado em sessão da Assembleia Legislativa Provincial na data de 13 de maio de 1866. Trata-se do orçamento anual de 10 contos de réis destinado à emancipação do elemento servil, preferindo-se os menores de idade. Todavia, apesar da luta desencadeada no Senado, naquele período do Brasil Imperial, a criação do fundo para a emancipação dos negros

só veio ocorrer em setembro de 1870. Segundo o autor, esta foi a “primeira medida séria para a liberdade dos escravos a que o país assistiu (Reis, 1989, p. 234).

Segundo Pozza Netto (2011), Theodoro Souto, 1884, Presidente da Província do Amazonas, teria determinado um levantamento da quantidade de escravos com possibilidades de serem legalmente alforriados com verbas públicas, pois ele desejava tornar a libertação dos escravos um ato público simbólico para culminar com uma data memorável da província do Amazonas, no mês de setembro. Entretanto vários fatores fizeram que este ato não ocorresse da forma desejada, o que não impediu que a data do acontecimento tivesse lugar memorável na história, considerando que a abolição foi antecipada em quatro anos da abolição em todo império’, seguindo os acontecimentos da província do Ceará, passando a ser a segunda província imperial a abolir a escravidão formalmente.

Melo (2021, p. 64), em “O fim do silêncio: a presença negra na Amazônia”, ressalta que este assunto não é tão discutido por intelectuais, portanto repercute para apagar a memória, histórica e trajetória de muitos que lutaram por espaços de sobrevivência. Assim, tiveram que realizar sacrifícios para serem libertos, mas que precisou da Fazenda Provincial para decretar um fundo de emancipação dos escravos do Amazonas. Este fundo de emancipação, serviria para arrecadação de verbas destinadas à compra de alforrias para o engrandecimento da população africana e afrodescendentes livres no Amazonas.

No período de 11 de março a 12 de julho e 1884, Theodoro Souto, *aboliconista exaltado*, aos 43 anos de idade, é nomeado por carta imperial para assumir o posto de Presidente da Província do Amazonas e, ao longo do mandato, dá um duro golpe na escravatura ao enviar mensagem à Assembleia Legislativa, em 25 de março buscando tornar o Amazonas livre da escravidão. Em 24 de abril do decorrido ano, após discussões, tal projeto tornou-se Lei, imediatamente sancionada por Theodoro Souto, com o adendo de que até 5 de setembro do corrente ano não haveria mais cativos<sup>31</sup>. Assim, no dia 24 de maio, do ano em curso, Theodoro Souto anunciou a libertação dos escravizados em Manaus e, depois, no dia 10 de julho, declara como livre o Estado do Amazonas, reafirmando o dia 5 de setembro como libertação total do jugo da escravatura na Província do Amazonas. Note-se que tais datas correspondem a quase quatro antes da princesa Isabel sancionar a Lei Áurea.

---

<sup>31</sup>Certamente, o dia 05 de setembro faz alusão a elevação do Amazonas à categoria de Província, antes, Capitania de São José do Rio Negro. Trata-se da mudança instituída em 1850, através da Lei 582, sancionada por D. Pedro II. Ano este a se tornar expressivo marco quanto às conquistas da autonomia política e econômica, tornando o Amazonas independente do Grão Pará, atualmente Estado do Pará.

Entretanto, os mais altos escalões do império, aceitaram, mas não ficaram satisfeitos com a decisão de Theodoretto, exonerado do cargo ao apresentar *nota de pedido de demissão*. Face a esse acontecimento, Theodoretto antecipou o ato relativo à libertação total da escravatura na Província, para o dia 10 de julho de 1884, anteriormente previsto para ocorrer em 5 de setembro de 1884. Dois dias após o ocorrido, ou seja, em 12 de julho de 1884, deixa o cargo de Presidente da Província.

Nesse contexto, o presidente Theodoretto Souto em homenagem à população amazonense proclamou que não existiam mais leis que mantivessem e ordenassem a escravidão na província do Amazonas em homenagem à civilização e à Pátria:

[...] em nome do Povo Amazonense, que pela vontade soberana desse Povo e em virtude de suas leis, não existirão mais escravos no território da Província [...], de hoje para sempre fica abolida a escravidão e proclamada a igualdade dos direitos de todos seus habitantes”<sup>32</sup>.

Desse modo, nas análises de Reis, Theodoretto Souto, então administrador da Província do Amazonas, foi emancipador da escravidão negra no Amazonas, generalizando manifestos a favor da liberdade e a fundação de centros antiescravagista no Brasil inteiro. Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, grandes representantes abolicionistas, consideraram tal gesto admirável, adotando como exemplo emancipatório a ser seguido em todo Brasil.

De acordo com Reis (1989), na fase colonial, o Amazonas não recebia grandes contingentes de escravos negros, pois o uso de mão de obra indígena era menos dispendioso, considerando o tipo de mão de obra que necessitava. Em favor do indígena havia legislação, embora por diversas vezes burlada. Nesse caso, os negros não tinham intercessores o que gerava confrontos com seus senhores pela forma das brutalidades a que eram submetidos. No período que ocorreu a escravidão de indígenas e negros no Amazonas, há uma passagem, que apresenta um recorte temporal sobre a Libertação dos Escravos, destacando-se, aqui, um dos confrontos ocorridos negros e indígenas:

Os negros sobre jugo de ações exploratórias, procuram *fugir para os centros dos rios* para escapar das capturas. *Quando não morriam pela indiada, formavam pequenos mocambos*. Na história amazonense não se conhece um desses agrupamentos que tivesse tornado conhecido. Porém, se pode mencionar *um episódio trágico as margens do Mamuru, no distrito de Vila Bela da Imperatriz*. O mocambo, ali existente, foi atacado por indígenas que *enforcaram seis negros* (Reis, 1989, p. 23). [Grifos Nossos].

---

<sup>32</sup> Ver: Souto. In: Reis (1989, p. 241).

Conforme esse parecer, a política escravagista, desencadeava conflitos territoriais no aspecto individual e coletivo, percorrendo inúmeras direções pelo vale amazônico. Assim, um determinismo étnico-racial propagava, como bem cita o historiador Flávio Gomes (1997, p. 51), “a floresta tornou-se negra e as vilas e cidades da província também”.

Por isso, a identidade regional é marcada por trágicos conflitos cuja história desses povos da floresta tem desdobramento na vida dos que habitavam às margens do rio Andirá. No cenário Amazônico, essas marcas simbolizam as lutas que os agentes sociais, individual ou letivamente envolvidos, passam a travar desde o período colonial, na atualidade representados nas categorias, “étnicas” e “regionais” na abordagem de Bourdieu<sup>33</sup>, a exemplo do desenvolvimento de mocambos e quilombos que existem no Amazonas, a se destacar no Baixo Amazonas, mais notadamente, no rio Andirá.

## **1.6 Primeiro Plano Quinquenal da Amazônia com Arthur Cezar Ferreira Reis**

Para compreender o que levou à criação do que corresponde o referido tópico em questão<sup>34</sup>, faz-se necessário compreender os acontecimentos ocorridos na Amazônia em

---

<sup>33</sup> BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 13ª ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

<sup>34</sup> Arthur César Ferreira Reis (ACFR), nascido em 8 de janeiro de 1906 em Manaus, faleceu no Rio de Janeiro, em 7 de fevereiro de 1993. Filho do jornalista e teatrólogo Vicente Torres da Silva Reis e de Emília Ferreira Reis. Casado com Graziela Reis com que teve cinco filhos. Em 1930, torna-se chefe de gabinete da Junta Revolucionária no estado. Cinco anos mais tarde seria indicado para ser diretor da Instrução Pública. Em 1931, publicaria o antológico livro História do Amazonas. Retorna a Manaus em 1928, tornando-se redator chefe do Jornal do Comércio de propriedade de seu pai, colaborou em revistas especializadas, como a do IHGB (desde 1941), do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Cultura, Província de S. Pedro, Revista Brasileira (da ABL), Revista de História (da USP), Observador Econômico Ocidente (de Lisboa), Carta Mensal (da Confederação Nacional do Comércio). Foi professor de História, no Colégio D. Bosco, na Escola Normal do Amazonas e na Escola da América e na Faculdade de Direito do Amazonas em Manaus. Após a Revolução de 1930, foi chefe de Gabinete da Junta Governativa Revolucionária do AM. Participou da Comissão encarregada de fixar os limites dos municípios do Estado do AM, sendo seu relator-geral (1934). Em 1946, no governo de Eurico Dutra (1946-1951), foi chefe da Divisão de Expansão Econômica do Departamento Nacional de Indústria e Comércio do Ministério do Trabalho. No ano seguinte chefiou a delegação brasileira à Conferência do Comércio e Emprego, realizada em Havana, Cuba, sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1948 foi diretor-geral do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo no governo de Ademar de Barros e desse ano a 1949 integrou a Comissão de Mão-de-obra da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos. Secretariou a comissão técnica por determinação do presidente Getúlio Vargas (1951-1954), estudou em 1951 os programas de trabalho a serem executados na Amazônia visando sua valorização. Em 1953 foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e Vargas nomeou Artur César Ferreira Reis, que assumiu o SPVEA em 1953, quando deixou a chefia da Divisão de Expansão Econômica do Departamento Nacional de Indústria e Comércio do Ministério do Trabalho. Ferreira Reis permaneceu à frente da SPVEA até 1955 e, em junho do ano seguinte, tornou-se diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), cargo que permaneceu até junho de 1958. Em 1964, logo após o golpe político-militar de 31 de março, que depôs o presidente João Goulart, e em decorrência do afastamento do governador Plínio Ramos Coelho (1963-1964), Artur César Ferreira Reis teve seu nome indicado pelo presidente Humberto Castelo Branco (1964-1967) para governador do estado do Amazonas, no período ditatorial, tendo seu nome sido referendado pela Assembleia Legislativa em 27 de junho de 1964. Foi membro do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), do IGHA (Instituto

períodos da historicidade referente aos processos desenvolvimentistas que previa integrar a região ao projeto de nação. Ao que se sabe, no final do século XIX, o processo de desenvolvimento iniciou com o crescimento alusivo às culturas do algodão, do arroz e do cacau. Neste momento, a região vivenciou fases que decorrem do “império ao ciclo da borracha”. Prates e Bacha (2011), explicam que no final do século XIX e início do século XX, a borracha foi o produto que tomou destaque como fonte de desenvolvimento principalmente na demanda automobilística na Europa e Estados Unidos.

Esse período atraiu grande fluxo de migrantes nordestinos para região norte. Durante segunda década do século XX, o ciclo da borracha entrou em crise, cuja oscilações se deu em função da concorrência com países asiáticos, tornando-se importante para a economia da Região Amazônica no período da Segunda Guerra Mundial. Diante disso, surgiram as primeiras intervenções governamentais, quais sejam: a criação da Superintendência de Defesa da Borracha e a elaboração do Plano de Defesa da Borracha. Essa estratégia visava o crescimento econômico bem como a elevação das condições de vida da população local, porém, com a fragilidade financeira do Estado foi impossível atingir o objetivo do plano.

Em 1943 foram criados diversos serviços com objetivo de atender a população, por exemplo, o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia-SEMTA, objetivava minimizar o impacto da seca no Nordeste, gerando um novo fluxo de trabalhadores nordestinos para a extração do látex na Amazônia. Também nesse mesmo período criaram-se outros mecanismos de assistência regional, quais sejam: o Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAPP); a Superintendência para o Abastecimento do Vale da Amazônia (SAVA); e o Banco de Crédito da Borracha, todos com o objetivo de dar suporte à ampliação da produção da borracha.<sup>35</sup>

Segundo os estudos de Prates e Bracha (2011, p. 607-608), com o fim do Estado Novo no Brasil, uma reforma da estrutura legal do país foi necessária, o que ocorreu com a Carta Constitucional de 1946, no artigo 199, ressalta-se:

---

Geográfico e Histórico do Amazonas) e da AAL (Academia Amazonense de Letras). Escreveu quase uma centena de obras, além de proferir diversas palestras e prefaciou centenas de livros.

<sup>35</sup>Consultar: Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia - “Para a implementação de um controle mais rigoroso, havia a necessidade de modernizar o aparato institucional do Estado voltado à Região Amazônica, que deveria contar com instituições capazes de responder prontamente às orientações políticas. Nesse sentido, o Banco de Crédito da Borracha foi transformado no Banco da Amazônia S.A. (Basa) e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) foi transformada na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Além dessas transformações, houve a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), que se constituía como um enclave tecnológico no meio da floresta, propiciado por grandes incentivos fiscais”. Prates; Bacha (2011, p. 609).

[...] em linhas gerais, que a União aplicaria, durante 20 anos consecutivos ou mais tempo, quantia superior a 3% de sua receita para a valorização econômica da Amazônia, sem mencionar diretrizes, setores ou regiões nos quais tais recursos deveriam ser aplicados. Além disso, a Carta Constitucional, no seu artigo 156, permitia que os posseiros localizados em terras devolutas pudessem comprá-las, desde que a área total não ultrapassasse 25 hectares. *O artigo 199 da Constituição Federal de 1946 ganhou forma e significado por meio da Lei 1806/1953, com a criação, em 1953, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que tinha como meta a promoção do desenvolvimento agropecuário e a integração da Amazônia com as demais regiões do país.* Esta lei também criou a denominação Amazônia Legal para ser uma unidade de planejamento do território nacional. [Grifos nossos].

Em 1953, a Lei 1806, do artigo 199 da Constituição Federal, de 1946, cria-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), uma Comissão Parlamentar de Valorização da Amazônia que teve como superintendente Arthur Cezar Ferreira Reis, para criar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Iniciando um ciclo considerado histórico para Amazônia, pois esta Lei tinha como objetivo promover desenvolvimento da região, integrando a Amazônia ao restante do país, a qual assegurava-lhe o “caráter de obra técnica e regional e tinha como fim precípua melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e expansão da riqueza do país” (Reis, 2001, p. 68-169). Entretanto em função das dificuldades naturais e pessoais este plano tendeu a ser modificado, sendo a SPVEA substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM, pela Lei 5.173 de 27 de outubro de 1966, que revogou a Lei 1806/53).

O Plano de Desenvolvimento da Amazônia formado por dois momentos que se configuram para integração da região com o propósito do governo, de integrá-la ao Brasil. No primeiro Plano (Plano de Valorização), era preciso valorizá-la por meio de estratégias governamentais, organizadas por agências, bem como, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia-SPEVEA, o Banco da Borracha-BCB, o Serviço Especial de Saúde Pública-SESP, o Serviço de Proteção aos Índios-SPI, o Instituto Agrônomo do Norte e as Colonias Agrícolas e de Pesca, entre outras. No segundo promove os Serviços Básicos e fortalecimento das estruturas sociais.

Essas agências, exerciam o compromisso de gerar condições de desenvolvimento e mudar o quadro socioeconômico da região a exemplo da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, no sentido de promover a integração da Amazônia no contexto nacional. As demais políticas como o INCRA, estavam na condição de demarcação de áreas de ocupação

e povoamento e visavam a implementação de infraestrutura nas construções de estradas, portos, aeroportos e sistemas de comunicação entre outros<sup>36</sup>.

Ranciaro (2004), explica que em relação ao primeiro PDA I (1972-1974), as políticas, estão configuradas nos planos de desenvolvimento regional subsidiário, compreendendo, primeiramente o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971), apresentando também o PDA II (1975-1979), e direcionava-se as outras maneiras de oportunizar assistência aos serviços básicos como educação, saúde, habitação e entre outros elementos básicos disponíveis para a população da região do Estado do Amazonas.

Souza (2010), em sua pesquisa “Superintendência da Borracha: um estudo institucional”, afirma que o liberalismo econômico, estimulado pela Constituição de 1946, visa ao aumento do consumo interno de borracha, por isso, o avanço do processo de industrialização, e instalação de indústria e pneus se concretizam como as primeiras no ramo da borracha, e foram os principais fatores que fizeram com que o governo brasileiro despertasse para o planejamento e implementação de plantios de seringueiras no país.

Souza (2010, p. 2) enfatiza que em 1947 o governo buscou discutir as dificuldades e o futuro da borracha, criou a Comissão Executiva de Defesa da Borracha, o Banco de Crédito da Borracha sendo transformado em Banco de Crédito da Amazônia.

[...] ficando ambas as instituições incumbidas de manter o monopólio da borracha, de modo a evitar um colapso na produção. O Brasil na década de 1950 começava a importar, devido a instalação de empresas estrangeiras produtoras de pneus que eram os maiores consumidores de borracha. Em 1953 foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), à qual, no tocante ao extrativismo incumbia garantir preços mínimos, bem como promover a diversidade e aumento da produção.

Nessa conjuntura, o Banco de Crédito da Amazônia foi transformado em Banco de Desenvolvimento Regional, passando a chamar-se Banco da Amazônia S. A. A Sudhevea tinha perdido prestígio com o fim do programa Probor III, em 1985. Outros órgãos: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Floresta - IBDF, Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) e Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), ainda decaíram bastante no transcorrer da década de 1980 (Souza, 2010, p. 2-5).

---

<sup>36</sup>Ranciaro, Magela Mafra de Andrade. Andirá: Memórias do cotidiano e representações sociais. Manaus: EDUA, 2004. (Série Amazônia: a terra e o homem).

Dias (2009),<sup>37</sup> informa que, em 1966, após a extinção da SPEVEA cria-se a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), através da Lei 5.173, correspondendo aos moldes da Política Nacional, inserida na experiência de desenvolvimento da SUDENE, participe do I Plano Quinquenal e representando uma visão de modelo econômico de substituição de importações da Amazônia.

Dias (2009), ao se referir à Universidade da Amazônia - UNAMA (1993), afirma que ao logo desses anos a SUDAM passa por transformações, e, em 1979 a 1980, a agência passa a funcionar por designações do II Plano. Esse plano, deliberou, assim, como a instituição iria funcionar na região na esfera nacional. Seu desenvolvimento seria para concretizar programas e projetos direcionados respectivamente:

[...] ao atendimento imediato do modelo de crescimento, projetos de estudos e pesquisas dos setores de agricultura, abastecimento, colonização, extrativismo, energia, habitação, turismo, madeira e recursos naturais institucionais para assegurar medidas institucionais para a implantação de cada programa específico (p.116)

De acordo com Sudério (2020), em 1980 a 1985 a SUDEVEA, passou a ser SUDAM e ter seu funcionamento e denominação no Estado do Amazonas, pois, antes tinha sua sede em Belém. Essa mudança, precisou ser feita devido a alguns ajustes nos planos anteriores, portanto é criado o III PND que dá destaque à capital do Amazonas.

Podemos ver isso nas afirmações de Brasil (1982), referenciado nos estudos de Sudério:

Política Regional e Urbana a ser implementada na região. Com relação ao setor urbano, o grande crescimento de algumas cidades – como Manaus, por exemplo – e seu papel fundamental na ocupação da área tornam prioritários o disciplinamento de sua expansão ao fortalecimento da respectiva infraestrutura (BRASIL, 1982 apud Sudério, 2020, p. 390).

Esse processo se configura como um dos projetos realizados pela SUDAM na cidade de Manaus estando relacionado e direcionado, na época, para a infraestrutura urbana do município. Esta é apenas uma das propostas, apresentadas por esse plano, já que possui outras finalidades destinadas a saúde, habitação, educação, entres outros.

---

<sup>37</sup> Dias, Aline Fernanda Wisniewski A Sudam e a cooperação técnica internacional: uma análise da eficiência do projeto SUDAM/PNUD Cooperação para geração, disseminação e utilização de informação para o planejamento regional – BRA/96/025 / Aline Fernanda Wisniewski Dias; orientador, Luis Eduardo Aragón Vaca. – 2009.

Através do PDA, proposto pelo presidente Getúlio Vargas em 1940<sup>38</sup>, buscou-se oferecer condições para a região no que diz respeito aos subsídios que possibilitariam a integração e desenvolvimento das necessidades de “participar e decidir” sobre o que é importante para a população, levando-a a ser conhecida no país e fora dele.

Alguns intelectuais e políticos como ACFR, cujo estudo sobre a região tinha o interesse em reabilitar a Amazônia, retirando-a do esquecimento e integrando-a por meio de uma “consciência nacional”. Trata-se de iniciativas que vão dando sentido à compreensão a respeito da construção histórica da Região do Baixo Amazonas, bem como às medidas operacionais efetivadas por via de gestões governamentais e a respeito das quais o conceito de *região* e as atribuições dela, vão se relacionando e se aprofundando nas questões nacionais, conforme se verifica no item a seguir.

### **1.7 Conceito de região sob a ótica política de Artur Cézár Ferreira Reis**

Arthur Cézár Ferreira Reis foi um político e historiador brasileiro que definiu um conceito de região, refletindo e se posicionando a respeito da integração da região Amazônica à Nação. Isso pode ser verificado através nas discussões presentes na sua obra “História do Amazonas”. Trata-se de uma obra considerada como a porta de entrada para a historiografia regional que se configura a partir do século XIX, e a partir da qual é possível compreender como se dá a formação das regiões amazônicas, sobretudo, da região do Baixo Amazonas.

Cunha (2000, p. 12)<sup>39</sup>, em seu livro “Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos” destaca que ACFR nos deixou seus pensamentos literários sobre a região quando ele afirma: “se incluirmos Contrastes e Confrontos [...] apesar da intensificação das pesquisas, ajudadas pelo moderno instrumento tecnológico, a Amazônia continua sendo, talvez, a mais estudada e a menos conhecida das regiões”.

No processo de integração e para ser reconhecida no cenário nacional, Amaral (2017, p. 330) em resenha, acrescenta outras observações sobre Reis:

[...] a defesa do binômio ‘conhecimento e ação’ está presente tanto na vasta bibliografia de Arthur Reis quanto em suas atitudes à frente de órgãos públicos, como

---

<sup>38</sup> Ver: SIMÕES, M.T.C et al. O assistente social da Amazônia frente à política social regional. (Ministério do Trabalho), CRAS 1ª Região, Belém/Pará: 1979, p. 9-13-16 e 46.

<sup>39</sup> Cunha, Euclides da, 1866-1909. Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos / Euclides da Cunha; seleção e coordenação de Hildon Rocha. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. 393 p. -- (Coleção Brasil 500 anos)

a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia” (Amaral, 2017, p. 330).

Outro a contribuir sobre as discussões de Arthur Cezar, é Ribeiro (2012) quem desenvolveu e assimilou as dificuldades e as barreiras sobre a região nas quais as elites locais estavam envolvidas. Estão proporcionalmente presentes nas tomadas de decisões, nos arranjos políticos e intelectuais de Araújo Lima<sup>40</sup>, Djalma Batista<sup>41</sup>, entre outros estudiosos que buscavam empreendimento desafiadores com intuito de definir conceitos e reabilitar a Amazônia:

[...] perante seus detratores, que viam o clima e meio físico como um obstáculo a constituição de uma civilização nos trópicos; o objetivo de retirar a Amazônia do

---

<sup>40</sup>José Francisco de Araújo Lima, nasceu em Vila de Muaná, na ilha de Marajó (PA), no dia 9 de maio de 1884, filho de José Francisco de Araújo Lima e de Maria Amélia de Mendonça Lima. Seu pai foi juiz de direito na capital amazonense e sua mãe foi proprietária e regente do Colégio Santa Catarina. Coursou o primário e o secundário em Manaus, seguindo depois para o Rio de Janeiro, onde se matriculou na Faculdade de Medicina. Em 1902 formou-se em farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia. De volta a Manaus dedicou-se à clínica e, mediante concurso em 1905, ao ensino secundário no Ginásio Amazonense Pedro II. De 1909 a 1910 foi inspetor do ensino primário no Amazonas. Seguiu para a Europa em 1911 e matriculou-se no curso de medicina tropical da Universidade de Paris, diplomando-se no ano seguinte. Nesse mesmo ano fez o curso de microbiologia do Instituto Pasteur de Paris. Ainda em 1912 regressou ao Brasil e doutorou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Também nesse ano representou oficialmente o governo do Amazonas na II Conferência Brasileira de Educação. De volta à capital amazonense, em janeiro de 1917 foi nomeado diretor da Instrução Pública do Amazonas, cargo que exerceu até novembro de 1919. No governo de César do Rego Monteiro (1921-1924) foi nomeado prefeito de Manaus. Assumiu o cargo em setembro de 1924, em substituição a Francisco das Chagas Aguiar, e exerceu-o até novembro seguinte, quando foi substituído por Gentil Augusto Bittencourt, já no governo de Raimundo Rodrigues Barbosa. Voltou à prefeitura da capital amazonense em janeiro de 1926, nomeado pelo governador Efigênio Sales (1925-1929), em substituição a Hugo Ribeiro Carneiro. Permaneceu no cargo até novembro de 1929, quando foi substituído por Sérgio Rodrigues Pessoa. Em março de 1930 foi eleito deputado federal pelo Amazonas. Assumiu em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, mas em outubro teve o mandato interrompido em decorrência da vitória do movimento revolucionário que levou Getúlio Vargas ao poder e dissolveu todos os órgãos legislativos do país. Foi membro da Academia Amazonense de Letras. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 11 de junho de 1945. Era casado com Branca Machado e Silva, filha do barão de Machado e Silva, com quem teve três filhos. Publicou: Falsa demência (1912); Só a educação transforma os povos (1933) e Amazônia: a terra e o homem (1933). Conferir: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Lima> Acesso em: 30/10/2023.

<sup>41</sup>Djalma Batista foi um médico, escritor e cientista brasileiro que desbravou a Amazônia e encabeçou pesquisas que contribuíram com o desenvolvimento da região por meio dos inventários sobre as peculiaridades locais e o modo de viver das populações. Djalma da Cunha Batista nasceu em 20 de fevereiro de 1916, em Tarauacá, no Acre. Filho de Gualter Marques e Francisca Acioli da Cunha Batista, mudou para Manaus onde cursou o secundário no tradicional Colégio Dom Bosco. Estudou medicina na Universidade Federal da Bahia e se formou em 1935. Mas, foi em Manaus que desenvolveu sua carreira como médico e pesquisador. Também foi professor universitário da disciplina de Patologia na Faculdade de Medicina. Atuou como médico assistente da Santa Casa de Misericórdia, analista da Casa Doutor Fajardo, fisiólogo do Dispensário Cardoso Fontes, membro da liga Amazonense contra a Tuberculose, Médico da Escola Técnica de Manaus e Diretor do Santuário Adriano Jorge. Djalma Batista também foi membro da Academia Amazonense de Letras, do Conselho Estadual de Cultura do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (Inpa). No Inpa, se consolidou como pesquisador em saúde na Amazônia. Morreu no dia 20 de agosto de 1979. Hoje Djalma Batista dá nome a uma das avenidas de Manaus. Como pesquisador, Djalma Batista foi autor de inventários científicos, artigos e livros. Entre suas obras de destaque contempladas estão: Letras da Amazônia (1938); Paludismo (1946), Codajás, Comunidades Amazônica: estudo médico-social de uma População Hinterlândia (1960); Da habilidade da Amazônia (1963); O Complexo da Amazônia (1976); Amazônia, Cultura e Sociedade (2006). Disponível em: <https://edilenemafr.com/me/djalma-batista-e-o-desbravamento-em-saude-na-amazonia/> Acesso em: 30/10/2023.

limbo do esquecimento a qual fora relegada após o rush da borracha; e a necessidade de criar uma consciência nacional em torno da integração da região a Nação, são temas e problemas que estão presentes no conjunto das frações médias e da burguesia extrativa em declínio, lugar de origem de grande parte dos intelectuais locais (Ribeiro, 2012, p.66).

A estrutura analítica aponta os recortes sobre o que levou o Amazonas a romper categorias emancipatórias durante o período da ditadura militar, permitindo o entendimento das brutalidades que perpassam a historicidade dos desmandos vividos sob a ótica da configuração nacional e regional amazônica. Nesta esteira, Reis busca trazer sua visão intelectual para o âmbito governamental, quebrando paradigmas na tentativa de que era possível um professor se manter no poder e defender seu posicionamento sobre os parâmetros da consciência nacional.

Fora assim e continua a ser o processo de legitimação de territórios, a exemplo da formação histórica da região do Baixo Amazonas que parece ser o percurso análogo a que se imaginou e definiu os espaços amazônicos, evidenciando-se a construção do aspecto histórico-social que atualmente se conhece como sendo territórios afro-amazônicos, com destaque específico, os “Quilombos do rio Andirá”.

### **1.8 A história social dos quilombos do rio Andirá: breve exposição dos viajantes e naturalistas sobre as paragens do Andirá**

Tomando por base as fontes dos viajantes naturalistas e outras discussões que endossam o estudo acerca do processo de formação histórico-social dos Quilombos do Andirá, tais registros nos levam ao encontro de outros elementos que confluem para a compreensão da *Gênese dos Quilombos do Andirá*. A partir das análises interpretativas, previamente identificadas nos subitens acima, a pesquisa identificou como conectivo promissor, o período que marca a passagem do primeiro naturalista, La Condamine nos anos de 1743-1745, ao último viajante, Agassiz (estrangeiro) e Tavares Bastos (brasileiro), ambos marcam registro, respectivamente, em 1865 a 1866 (vide Figura 1).

Considerando esse período que marca a passagem do último viajante na região, presume-se que foi nesse percurso de tempo, que se deu o marco inicial dos primeiros registros que informam sobre a passagem do ex-escravo Benedito Rodrigues da Costa rumo à região de Vila Amazônia, período em que o Amazonas vivia sob a ordem sistêmica do Regime Imperial (1822-1889).

Ao detalhar tal acontecimento, com Ranciaro, (2021, p.124), explica que “aproximadamente em 1878, um grupo de negros (quatro escravos), fugira de um navio

negreiro vindo da África para serem vendidos no Pará”, grupo este que, possivelmente, pelas necessidades pessoais, buscou locais que lhes permitissem condições de abrigo e trabalho.

Os três irmãos, Maria, Francisco e João, capitaneados por Benedito Rodrigues da Costa, inicialmente se refugiaram na Vila Amazônia, local pertencente à área de jurisdição do município de Parintins. Desse local, tempos depois, os quatro irmãos ao serem dispensados do trabalho do cultivo de juta, com destaque também à produção de algodão, do cultivo de hortaliça e frutas, os negros subiram rio adentro e por fim chegaram a um lago conhecido como Matupiri, no rio Andirá (Ranciaro, 2021, p. 123-127).

Melo (2021, p. 35), acrescenta que, “Fugir não era tarefa fácil. Exigia estratégias de sobrevivência, condições de fuga e solidariedade para fugir”. Segundo um levantamento de estudos, as fugas significaram um lapso, ou seja, foi decisivo à ruptura de uma parcela dos escravos com as relações escravistas e para a construção de um mundo de liberdade (Acevedo Marin; Castro, 1998, p. 58).

O conhecimento de tais fatos de acordo com Ranciaro (*Ibid*), deve-se às pesquisas realizadas pelos agentes sociais (quilombolas do Andirá) e que informam sobre o ex-escravo Benedito e seus irmãos quando de suas passagens pela região de Vila Amazônia:

*Em Vila Amazônia, na propriedade do senhor Ataíde, os negros trabalharam por vários anos, plantando algodão para fazer rede e renda. Nessa produção as mulheres em geral, negras ou não, usavam um instrumento chamado fuso que servia também para tecer. Além dessas atividades, produziam utensílios de barro e trabalhavam em serrarias, cortando e carregando toras de madeira que transformavam em tábuas, esteios, cascos de motor e canoas. “Era um trabalho pesado e cruel, muito embora essas pessoas sejam descritas pelos mais antigos como homens e mulheres fortes cujo físico era visto como apropriado para desenvolver esses trabalhos”, consoante relato registrado no Histórico da Pesquisa. Com o tempo, os negros e outros moradores que ali trabalhavam foram dispensados por seo Ataíde. Os negros, liderados pelo ex-escravo, Benedito Rodrigues da Costa, subiram rio adentro e por fim chegaram a um lago conhecido como Matupiri, no rio Andirá. À margem construíram um pequeno tapiri, espécie de choupana feita de madeira; chão batido e coberta com palha. Ali passavam a noite, pois amanhecer, escondiam-se nas matas e cabeceiras retornando à noite para esse abrigo<sup>42</sup> [grifos nossos].*

Ranciaro (2021), apoiada no “Relatório de Pesquisa I: Comunidade dos remanescentes de quilombos na luta por reconhecimento e igualdade social”, descreve as dificuldades encontradas face ao processo de fuga, ressaltando-se, entretanto, as formas de trabalho e construção inicial dos quilombos que se deu no lago do Matupiri, no rio Andirá.

Todavia, para estes agentes sociais que viviam sob a égide do sacrífico, esta experiência era apenas mais uma etapa a ser vencida para estruturação de uma nova vida, distantes das

---

<sup>42</sup> Conferir: RANCIARO (2021, p. 127).

chibatas. Como forma de consolidar as informações do Relatório acima citado, apoiamo-nos em fontes descritas por Ranciaro (2016; 2021), que, ancorada nas narrativas orais, como, por exemplo nos relatos de dona Ludia (108 anos-2008), e de Benedito Pereira de Castro (91 anos-2013), respectivamente neta e neto de Benedito Rodrigues da Costa, comentam sobre o ex-escravo:

Os outros que contaram, já morreram tudo, contaram que apanhavam muito esses pretos; choravam, ficavam com a costa lapada de sangue; tudo isso eu soube desses negros (...). Não sei aí pra fora, mas eu sei que pra cá apanhavam, apanhavam muito... Depois a Isabel que libertou; a princesa Isabel, ela foi quem libertou os pretos. Era portuguesa; ela foi que libertou tudinho os pretos. Ah, se não fosse ela abaixo de Deus, sei lá como não era... Ela libertou tudo (Ludia, 108 anos – Santa Tereza do Matupiri, 2008).

Papai contava que meu avô, veio de Angola, da África, como escravo dos portugueses. Então, esse meu avô, por parte de pai, era Benedito Rodrigues da Costa que veio nos navios africanos pra servir os portugueses. Ele tinha três irmãos; uma irmã, a tia Maria e mais dois irmãos: o tio Francisco e tio João, tendo, estes três, partido para lugares ignorados, ninguém sabe pra onde. Nessa época, iam pro Pará e outros lugares; não sabemos pra onde eles foram (...). Essa fase já era a época da Abolição, estava acabando a força da escravidão, isso já tinha terminado. Então, o primeiro quilombola que chegou aqui no Matupiri foi meu avô, Benedito Rodrigues da Costa, ele está enterrado no Cemitério Mangá, que fica nesse lugar antigo, chamado de São Gerônimo. Hoje, são ao todo 44 netos de Benedito Rodrigues da Costa, e estes já somam um número muito grande de bisnetos, e até tataranetos. Fica só a saudade da minha infância que eu vivi na comunidade de Santa Tereza do Matupiri (Sr. Benedito Pereira de Castro, 91 anos – Comunidade de Santa Tereza do Matupiri, 15/02/2013)<sup>43</sup>.

Diante dessa observação, percebe-se que a historiografia é marcada por tantos acontecimentos e narrativas. A herança histórica está ancorada nos registros de memórias dos filhos, netos e bisnetos do escravizado, cujos agentes sociais relatam a chegada do primeiro negro no Matupiri. De acordo com os relatos que se tornaram o fio condutor para compreender originariamente esta história, estudiosos como Rocha (2019), e Ranciaro, 2016), buscaram explicar a genealogia que trata da união do ex-escravo Benedito Rodrigues da Costa, com a indígena Gerônima Sateré.

[...] Benedito Rodrigues da Costa um negro angolano escravizado com passagens pelo Pará. Em trânsito pelo Andirá promete quando liberto fosse, *retornaria àquele rio para casar-se com a indígena Gerônima Sateré-Mawé, que conheceu em uma festa no barracão de sua Mãe, a índia Júlia Sateré, num lugar denominado “Terra Preta”*. Se a promessa ocorreu de fato, nunca saberemos. Mas para além dessa indagação fixa, o fato é que as genealogias dos Castro e Rodrigues produzidas por Siqueira (2016), a partir da memória social partilhada nas comunidades quilombolas, indica ser este *casal interétnico* que deu prosseguimento à sua reprodução física, econômica e sociocultural desde os fins do século XIX até aos que hoje se auto identificam quilombolas do Andirá. *Além da indígena Gerônima Sateré, com que teve cinco filhos, Benedito também teve uma filha com a negra Maria Albina Castro tornada*

<sup>43</sup> Conferir: RANCIARO (2021, p. 89-90.)

politicamente no âmbito do movimento de lutas, a matriarca dos “pretos do matupiri” (Rocha, 2019, p. 123-124) [Grifos nossos].

Conforme podemos observar, Benedito estende sua linhagem de descendência a partir do nascimento de seus seis filhos e, estes, ao migrarem para adjacências, fundaram novas localidades além de Matupiri. Colocando pedras fundamentais em sítios que se tornariam, no futuro, os novos quilombos, assim descreve Ranciaro (2021, p. 96): Inês e João Batista (Trindade); Luiza Rodrigues e Romão Freitas (São Pedro); Rosendo Rodrigues e Ambrósio dos Santos (Boa Fé); Corina Castro e Teotônio de Paula (Ituquara).

Conforme Rocha (2019, p.123), a “memória oral do rio Andirá” evidencia uma dessas idealizações voltadas a liberdade e identidades presentes,

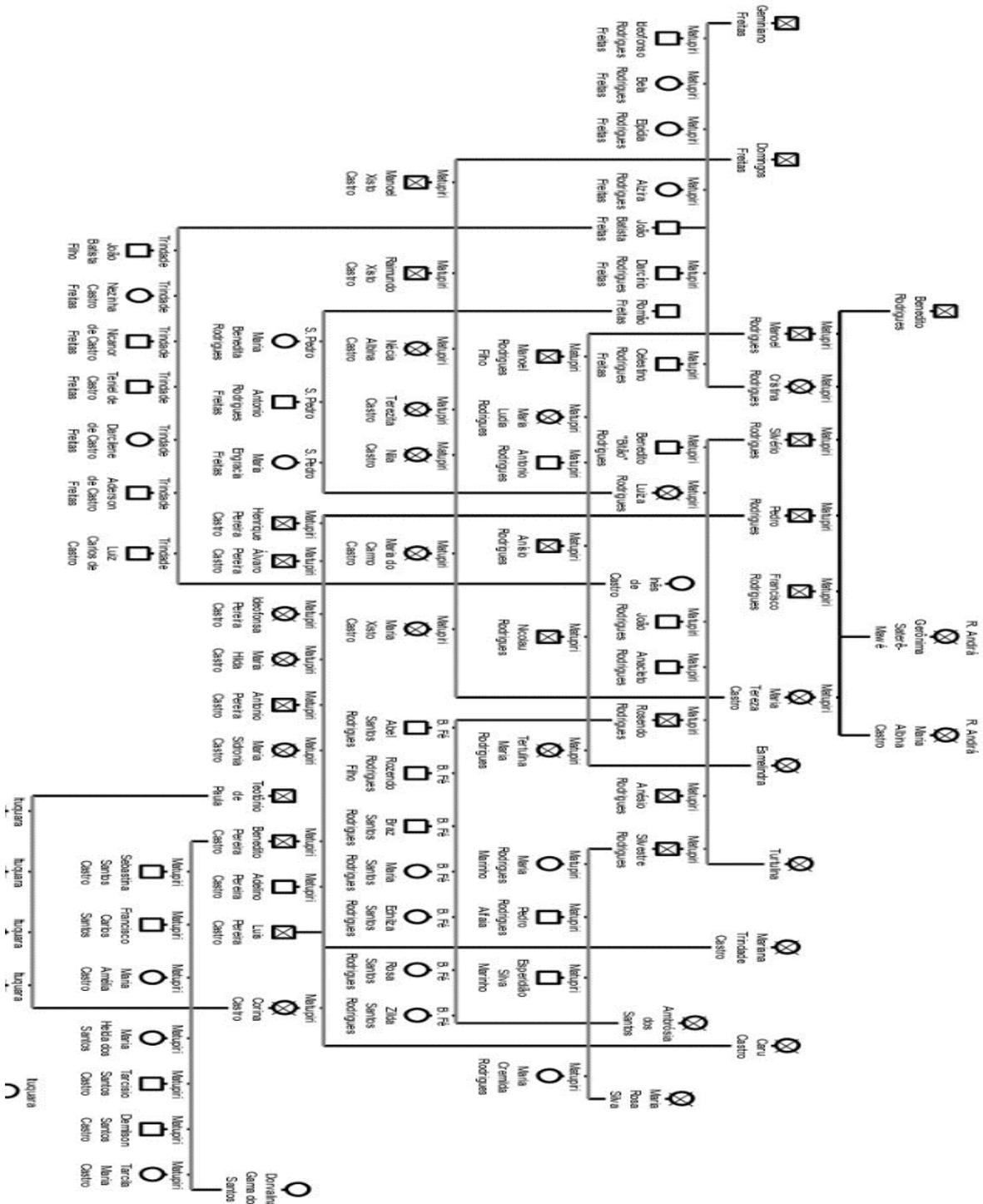
[...] naquelas comunidades e cuidadosamente institucionalizadas no MSQA, seria Benedito Rodrigues da Costa um negro angolano escravizado com passagens pelo Pará. Em trânsito pelo Andirá promete quando liberto fosse, retornaria àquele rio para casar-se com a indígena Gerônima Sateré-Mawé, que conheceu em uma festa no barracão de sua Mãe, a índia Júlia Sateré, num lugar denominado “Terra Preta”<sup>84</sup>. Se a promessa ocorreu de fato, nunca saberemos.

As informações acima, revelam por meio da oralidade como aconteceu a difusão das gerações interétnico. Essa transmissão se deu por meio da vinda de Benedito Rodrigues para a Amazonas, que chegando ao Andirá e conheceu a indígena Gerônima Sateré-Mawé. A partir do encontro de duas linhagens, Benedito teria prometido que se caso fosse liberto, casaria com a indígena.

Rocha (2019, p.123), afirma também que, “por meio da memória social partilhada nas comunidades quilombolas, indica ser este casal interétnico que deu prosseguimento à sua reprodução física, econômica e sociocultural desde os fins do século XIX”. Dessa forma, para cumprir a promessa de casamento com uma indígena, os laços de união foram fortalecidos. Assim, a memória e a história foram reproduzidas pelos agentes sociais daquelas comunidades. Por esse motivo os quilombolas contam a história de que os filhos gerados do Benedito e Gerônima foi fundamental para o surgimento dos quilombos.

Conforme a historicidade reproduzida, segue a imagem abaixo sobre genealogia das famílias Rodrigues e Castro.

Figura 03: Mapa genealógico das famílias Rodrigues e Castro



Fonte: Siqueira, 2016



## CAPÍTULO II

### LUTAS HISTÓRICAS DO MOVIMENTO NEGRO POR DIREITOS ÉTNICOS: A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL DOS QUILOMBOS DO ANDIRÁ

*Uma coisa é certa: se não fosse à luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização – com todas as tensões, os desafios e os limites –, muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria sido aprendido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído.*

(Gomes, 2019, p. 10)<sup>44</sup>

#### 2.1 As lutas do movimento negro no Brasil

Do ponto de vista histórico, pretende-se através desse capítulo formular discussões sobre as lutas e conquistas do Movimento Negro por direitos étnicos. O registro histórico desse movimento representa o alcance das lutas e conquistas que ele propõe, além da expressão de imensa representatividade, diante das causas emergentes dos negros no Brasil e no mundo. Historicamente, este movimento tem sido marcado por diversas lutas e conquistas importantes na busca pela justiça racial, pela valorização da cultura e identidade negra, e pela eliminação do racismo estrutural.

No Brasil, o movimento negro tem uma tomada histórica de lutas intensas e contínuas por direitos étnicos visto que desde os tempos da escravidão até os dias atuais, ativistas negros e não negros, a exemplo de Luiz Gama, André Rebouças e Joaquim Nabuco, foram responsáveis por denunciar as desigualdades raciais e promover a inclusão e o respeito à comunidade negra, uma vez que tinham por propósito combater as diversas formas de preconceito até então cristalizadas na sociedade. A exemplo do que se tem como destaque histórico, está a luta pela abolição da escravidão no Brasil, sendo, que no final do século XIX, a escravidão era uma prática cruel e desumana que afetava a vida de milhões de pessoas negras.

A campanha pela abolição culminou com a assinatura da Lei Áurea, em 1888, que, de fato, aboliu oficialmente a escravidão no Brasil. É importante ressaltar que as lutas do movimento negro não se limitam apenas aos momentos históricos mencionados. Elas são

---

<sup>44</sup> Conferir: GOMES, N.L.O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação / Nilma Lino Gomes. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. ISBN 978-85-326-6148-7 – Edição digital-Kindle.

contínuas e adaptam-se às realidades e desafios de cada contexto. Movimentos de resistência, como as revoltas de escravizados, as fugas a bordo de navios negreiros, foram atos de busca por liberdade e dignidade. O movimento negro é diverso e composto por diferentes vozes e estratégias, tendo como meta em comum o objetivo de combater as diversas formas de racismo, a discriminação e a desigualdade racial, buscando construir uma sociedade justa e igualitária.

A continuidade da luta contra as mais diversas formas de hostilidades sofridas pelo povo negro, pode ser trazida para um diálogo de conhecimento sobre tais fatos, de alguma forma extensivos à realidade da luta dos quilombos do Andirá desde sua formação cuja luta tem por aspiração a concretização e legalização oficial de seu território. Para além dos fatos históricos, o balizador dessa análise tem como referência a percepção dos gestores públicos vinculados às entidades educacionais do município de Barreirinha, com destaque para o Setor de Educação Escolar Quilombola (SEMED/SEDUC), face ao processo de construção do direito educacional dessa identidade étnica, para implantação e implementação das diretrizes educacionais, de conformidade com as leis que regem o direcionamento da educação desses agentes sociais.

Tomando por base essa assertiva investigativa, utilizar-se-ão os seguintes autores, Domingues (2007), Movimento Negro Brasileiro; Gomes (2019), O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação; Almeida (2011; 2008), respectivamente: "Quilombos e as novas etnias" e "Terras tradicionalmente ocupadas". Dar-se-á ênfase, também, aos marcos regulatórios, a saber: Brasil (Constituição Federal 1988); Marcos Regulatórios (Art.68 do ADTC/88; Lei Nº 10.639/2003 e Lei 11. 645/2008; Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012).

A partir desses diálogos com os aportes teóricos, podemos refletir como está se desenvolvendo a aplicabilidade da Lei 10.639/2003 no processo educacional dos quilombos do Município de Barreirinha. O percurso marcado pelas lutas históricas que antecederam as manifestações dos movimentos sociais levou a algumas conquistas, sendo necessário, todavia, dar continuidade à luta para a devida efetivação de certos propósitos como é o caso da Educação Étnico-racial nos quilombos do rio Andirá.

Dessa forma, há de admitir a força política dos movimentos sociais face ao relevante papel assumido no âmbito das conquistas e fortalecimento dos direitos, cujas demandas centram-se nas discussões que atendem as políticas de reparação. Portanto, faz-se necessário os encadeamentos, por parte de todo movimento social, assim como é propósito fortalecer as políticas de conscientização quanto ao pertencimento ao território efetivado por via da luta pela igualdade e respeito às diferenças étnicas, tal qual a luta do Movimento Negro no Brasil. Assim,

tais lutas têm como propósito ideias intervencionistas e emancipatórias sobre ações afirmativas, que anteriormente apresentava um quadro de negação social dos direitos étnico-raciais.

## **2.2 O movimento negro no Brasil em prol da educação**

Na busca de soluções frente a problemas diversos deixados pelas marcas da escravidão, no pós-abolição, o povo negro continua inserido na luta por direitos nas áreas da educação, saúde, da segurança alimentar, articuladas a questões culturais, religiosas e agrárias. A exemplo do passado, são fatores que, articulados na contemporaneidade, formam entre si uma cadeia de aspectos fortes e literalmente emergenciais. Trata-se de questões étnico-raciais e socioculturais na atualidade impregnadas pelo preconceito, pela discriminação, pelo desejo de silenciar vozes que ecoam por todas as partes do país em prol da liberdade.

Dentre essas e outras situações e enfrentamentos acionados pelos movimentos organizativos de afrodescendentes, fez-se necessário a criação de movimentos em favor da luta contra a discriminação e preconceito racial. Dessa forma nasce o Movimento Negro, organizado durante a República (1889-2000), que desenvolve estratégias de luta através da qual vão se definindo as correlações de força frente ao Estado brasileiro como assevera Domingues (2007, p. 101): “em todo período republicano, esse movimento veio empreendendo, dinamicamente, diversas estratégias de luta a favor da população negra”. Por meio dessas pugnas, nascem as legislações com vistas a atender direitos étnicos, neste estudo voltados com especial destaque à política de territorialidade, extensiva às demandas educacionais reivindicadas pelo movimento representativo dos quilombos do rio Andirá.

Petrônio Domingues (2007), apresenta em sua obra “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”, a importância e o protagonismo que teve e tem o movimento negro para a sociedade brasileira e especificamente para a população negra no Brasil. Para se obter entendimento do teor da obra, o autor divide as lutas do movimento negro republicano em quatro fases, como se verifica a seguir.

Primeira Fase: diz respeito ao período que vai da Primeira República ao Estado Novo (1889-1937). Nessa fase, o movimento negro organizado tinha como principal objetivo a luta pela abolição da escravatura e pela inclusão social do negro na sociedade brasileira. As principais organizações negras com reivindicações políticas mais deliberadas foram o Clube de Cultura Social e o Centro Cívico Palmares.

Segunda Fase: vai desde a Segunda República Nova à ditadura militar (1945-1964). Registra-se nessa fase alguns episódios que o movimento negro organizado sofreu em face da

repressão do Estado, que proibiu a atuação de organizações negras e reprimiu manifestações culturais afro-brasileiras. A Frente Negra Brasileira foi uma das principais organizações negras que surgiram nesse período.

Terceira Fase: Pós-Guerra (1978-2000). Nesse período, o movimento negro organizado ganhou maior visibilidade, trazendo à luz a pauta do racismo estrutural e difundido. A luta pela educação foi uma das principais estratégias desse movimento, que buscava a introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país.

Quarta Fase: Redemocratização (2000 -?). Nessa fase, o movimento negro organizado ressurgiu na cena política do país, ampliando seu raio de ação. Foram criados centenas de grupos afro-brasileiros por todo o território nacional, lutando contra o racismo e em busca de igualdade. Algumas das principais conquistas do movimento negro nessa fase incluem a criação de cotas em universidades públicas para a população negra e a luta pela inclusão dos negros no sistema educacional brasileiro e por políticas públicas destinadas, sobretudo quanto à presença do negro no mercado de trabalho.

Cada etapa citada por Domingues (2007) diz respeito a períodos que marcam ações mobilizatórias, ou seja, são registros de lutas que ao longo do tempo motivaram o fortalecimento de um teor ideológico racial: o Movimento Negro Brasileiro. Diante de tal importância e protagonismo é importante compreendermos a forma pela qual Domingues entende o referido movimento:

Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o Movimento Negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade étnico-racial, são utilizadas não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o Movimento Negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (Domingues, op. cit., p.101).

A representatividade que exerce e manifesta o Movimento Negro, demonstra o potencial elevadíssimo em torno da inserção e visibilidade do negro na sociedade. As hostilidades existentes contra esse grupo étnico atravessam séculos de lutas, as ações propugnaram mediações e reivindicações políticas e protagonismo no elemento “raça”. Estas atribuições levaram outros autores como, Joel Rufino Santos e Nilma Gomes, discutirem outras ideias em

relação ao M.N. Santos (1994)<sup>45</sup>, apresenta um conceito de M.N, qualificando-o numa abrangente percepção, no sentido de que o movimento é formado por um conjunto de ações mobilizatórias que estão interligadas a encontros do racismo relacionados a protesto antirracistas, movimentos políticos, religiosos, artísticos, literários, folclóricos e aquilombamentos.

A partir de 1889, um ano após a abolição, foi instituída por libertos, ex-escravizados e descendentes, movimentos de mobilização racial, tendo por objetivo reverter a situação de desamparo desencadeada pelo câncer da discriminação racial. Domingues (2007), explica as várias fases do M. N, dando ênfase à segunda ocorrida nos anos de 1945 a 1964, e através da qual se delineia um percurso caracterizado num período político de grande repressão.

Com uma nova forma de pensar o Brasil República, Domingues explica que o Movimento Negro vai construindo-se junto aos intelectuais negros, como uma maneira de mudar o quadro marginalizado que se apresentava no país para os libertos e seus descendentes, numa significativa mobilização racial. Por conta das quais num primeiro momento, ainda no início da República, criaram-se grupos, grêmios, clubes e associações que fortaleceram o movimento. Em tal contexto, com vigor e confiança, a mulher negra passa a exercer papéis de destaque na luta em favor do seu povo. “Eram mais assíduas na luta em favor do negro, de forma que na Frente [Negra] a maior parte eram mulheres. Era um contingente muito grande, eram elas que faziam todo movimento”<sup>46</sup>

Também é nesse contexto da primeira metade do século XX, que “simultaneamente, apareceu o que se denominava *imprensa negra*: jornais publicados por negros e elaborados para tratar de suas questões”<sup>47</sup>, contribuindo de forma significativa para o movimento por direitos e lutas. Isto implicaria a melhor forma de veicular as demandas do movimento, sendo por isso, uma das ferramentas de grande utilidade ao movimento em face da luta pelas conquistas sobre a questão negra racial. Um dos principais jornais da época o “*Clarim da Alvorada*”, contribuiu para origem dessa revolução jornalística, haja vista que “a comunidade negra tinha necessidade de uma imprensa alternativa que transmitisse informações que não se obtinham em outra parte”<sup>48</sup>. Com tais ferramentas, vozes escritas foram lançadas por meio de jornais, buscando reconhecimento racial, igualdade e dignidade para a maioria dos negros.

---

<sup>45</sup> Joel Rufino dos Santos, “Movimentos negros e crise brasileira” *Atrás do muro da noite, dinâmica das culturas afro-brasileiras*, Joel Rufino dos Santos e Wilson do Nascimento Barbosa, Brasília, Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994, p.157

<sup>46</sup> Domingues, op. cit., p. 106.

<sup>47</sup> Domingues, op. cit., p.104.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p.104.

Nessa época qualquer ato que demonstrasse espírito de luta seria literalmente reprimido. Porém, com o declínio da era varguista o movimento reflorescia por inúmeras razões, como testemunhando através de entidades negras, a exemplo de associações como a União dos Homens de Cor-UHC, conforme se denominou na época.

Nesse viés, a Imprensa Negra, denominada *A Voz da Raça*, afiliada da FNB (Frente Negra Brasileira) considerada a entidade mais importante das organizações negras, chegou a servir como referência de luta na questão racial no Brasil e no exterior, pois, visava o reconhecimento político do negro nas esferas participativas da sociedade, fato que se daria, sobretudo, através da educação. Quanto a isso, Domingues afirma: “A educação era vista muitas vezes como a principal arma na cruzada contra o preconceito de cor”<sup>49</sup>.

Assim, mais grupos iam se formando e outras forças de expressão foram se constituindo, a exemplo do Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944. Ele foi a maneira que o movimento encontrou para adquirir seus direitos<sup>50</sup> e, dentre seus objetivos, estava o de formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros. Assim, progressivamente, o TEN, adquiriu um caráter em expressar a conquista pelos seus ideais, “defendendo direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país” (Domingues, 2007, p. 109).

O TEN, foi uma das representatividades negras que obteve uma grande expressão, principalmente quanto à valorização social do negro no Brasil. Neste sentido, Nascimento (2004, p. 210), explica que “o TEN se propunha a trabalhar através da educação, da cultura e da arte, conseguindo com isto agregar um significativo número de membros em apoio às causas negras”.

Nesse contexto, Gomes (2019), em sua obra intitulada “O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação” apresenta discussões que se baseiam em sua trajetória como professora, pesquisadora, exercendo ações politicamente desenvolvidas no âmbito da Secretaria-Executiva do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, que durante sua gestão no governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) construiu fortalecidas concepções a respeito do referido movimento, definindo-o como “Educador”. Isto porque nas perspectivas educadora, emancipatória e libertadora, a autora define o movimento como:

[...] *produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil. Saberes transformados em reivindicações, das quais várias*

---

<sup>49</sup> Domingues, op. cit., p. 7.

<sup>50</sup> Para saber mais, ver Silva (2016), p.24

se tornaram políticas de Estado nas primeiras décadas do século XXI (Gomes, 2019, p.13) [grifos nossos].

Nesse conjunto de saberes, Nilma Gomes reforça a forte atuação do MN por trazer para o palco das discussões todas as questões relacionadas ao racismo, gênero, juventude, ações afirmativas, saúde da população negra, educação das relações étnico-raciais contra a intolerância religiosa, a violência e aos inúmeros ataques a questões quilombolas.

### **2.3 Das Conquistas Constitucionais Étnico-Racial: igualdade racial, direito a cultura, identidade, ações afirmativas e combate ao racismo**

Das ações desenvolvidas, o Movimento Negro, através de sua luta, desempenhou papel fundamental para introdução de direitos na Constituição Brasileira de 1988; uma participação que trouxe avanços importantíssimos na conquista de direitos para população negra. De acordo com os temas propostos no subitem acima, passaremos em revista tais discussões com intuito de identificar as conquistas constitucionais amparadas nos marcos regulatórios que fundamentam e balizam os direitos étnico-raciais, conforme se vê a seguir.

*a) Igualdade Racial*, apesar de não haver um artigo especificamente contido que trate no texto constitucional, trata-se de um princípio fundamental em toda Constituição que garante e assegura a igualdade de todos perante a lei, independente de raça, cor, sexo, religião ou origem, doravante registros nos **Artigo 3º, 4º e 5º**, enfaticamente rebatendo todo e qualquer preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer que sejam outras formas de discriminação social.

*b) Combate ao Racismo* encontra-se na Constituição Brasileira de 1988 diversos artigos que tratam do combate ao racismo. Alguns dos principais marcos regulatórios dizem respeito aos Artigos 1º, inciso III; Artigo 3º, inciso IV; Artigo 4º, inciso VIII; Artigo 5º, inciso XLI; Artigo 7º, inciso XXX; Artigo 227, § 5º. Esses artigos são exemplos de dispositivos constitucionais que visam combater o racismo e promover a igualdade racial no Brasil.

*c) Ações Afirmativas* é um termo usado para definir políticas públicas que tem como princípio corrigir desigualdades históricas. O artigo da Constituição Brasileira de 1988 que trata das ações afirmativas é o Artigo 5º, inciso XLII. Esse dispositivo estabelece que "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei" e é a base legal para a implementação de políticas de ação afirmativa no Brasil, visando combater a discriminação racial e promover a igualdade de oportunidades. Embora o termo

"ações afirmativas" não seja mencionado diretamente no texto constitucional, a interpretação do inciso XLII é que o Estado deve adotar medidas para corrigir as desigualdades históricas e promover a inclusão social de grupos racialmente discriminados, conforme apregoa a Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012<sup>51</sup>. Esse ato jurídico-normativo é conhecido como a Lei de Cotas ou Lei de Inclusão Social, e estabelece a reserva de vagas em instituições de ensino superior públicas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, em especial para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, e para pessoas com deficiência.

*d) Direito à Cultura e Identidade*, na Constituição Brasileira de 1988 há registro de conquista referente ao direito à cultura e identidade, cuja garantia está prescrita no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), conforme passaremos a descrevê-lo: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Esse artigo reconhece o direito das comunidades quilombolas, que são descendentes de comunidades de escravos fugitivos, à propriedade definitiva das terras que ocupam. Ele assegura o reconhecimento da identidade cultural dessas comunidades e o direito à preservação de sua cultura e modos de vida.

De forma geral a Constituição também trata sobre a proteção e promoção da cultura brasileira em diversos artigos, como: 215 e 216. Esses artigos, com outros dispositivos constitucionais, fornecem a base para a proteção e promoção dos direitos culturais e identitários no Brasil. Diante de tantos processos que visibilizam a (r) existência da cultura e da identidade negra no país, as comunidades remanescentes quilombolas no Brasil lutam na busca do direito que lhes é conferido conforme os artigos citados.

Tais assuntos nos remetem a análises acerca do período em que os viajantes naturalistas acessaram os rios e paragens pelas regiões do Baixo Amazonas, e nos chamam à reflexão acerca daqueles lugares a respeito dos quais adicionaram à história da região amazônica relatos sobre suas pesquisas ali realizadas. É que, nesse período, este estudo resguarda informações apontadas em certas literaturas que informam sobre a presença de negros ou do ex-escravizado, Benedito Rodrigues da Costa, cuja passagem se tem por registro a região próxima ao município de Parintins.

Através de um diagrama que aponta a genealogia da família Rodrigues e Castro, atribuindo ao ex-escravo a chancela de fundador do território quilombola do Andirá e de sua

---

<sup>51</sup> BRASIL, Lei Nº 12.711 de 29 de Agosto de 2012. Dispõe sobre ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

linhagem de descendência que, segundo Ranciaro (2016, p. 62): “isto confere aos quilombolas o direito de pertencimento e permanência à terra tradicionalmente ocupada”.

Este marco que define o processo de construção dos quilombos é imprescindível tomá-lo como registro histórico para que se tenha a compreensão da luta pelo reconhecimento étnico, ou seja, identitário, territorial e educacional das comunidades quilombolas do rio Andirá. Por se tratar de luta identitária e, dado aos interesses antagônicos, convém levar à baila os inúmeros conflitos que perpassam as comunidades negras da Amazônia, em detrimento das conquistas de direitos.

Quanto a isso, em Barreirinha, os quilombolas marcam seu protagonismo acerca de demandas mais especificamente pela regulamentação de reparação histórica, como determina a legislação brasileira na área da educação, a exemplo da Lei 10.639/003 e da Resolução Nº 8 de 20 de Novembro de 2012 – que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, ou seja, aquilo que Gomes (2019) chama de “uma pedagogia das urgências e emergências” – nas comunidades quilombolas de Barreirinha-AM.

#### **2.4 Quilombos do rio Andirá: a visibilidade do alvorecer das emergências étnicas do Baixo Amazonas**

A historiografia da presença negra na Amazônia, mais particularmente no Amazonas, é marcada pelas circunstâncias da invisibilidade. Tais pesquisas nos dão conta dessa assertiva quando, dialogada com campos de saberes das ciências como, por exemplo, antropologia, a sociologia, o direito, a história e a educação. Saberes estes firmados num intuito de potencializar conhecimentos desafiadores no âmbito da temática *quilombola*, mais especificamente aqui discutida na região do Estado do Amazonas. Assim, as vozes quilombolas que rompem o silêncio, são aquelas que emergem dos quilombos do Tambor (Novo Airão), do Lago Serpa (Itacoatiara), do Barranco de São Bendito da Praça 14 de Janeiro (Manaus) e do rio Andirá no município de Barreirinha (Rocha 2019).

As emergências quilombolas no Amazonas exigem ações urgentes e, necessitando essencialmente fortalecer a luta pelos direitos territoriais, isso inclui a demarcação e titulação de terras, garantindo o reconhecimento legal e a proteção de seus territórios tradicionalmente ocupados. Além disso, é necessário investir em infraestrutura, saúde, educação e outros serviços básicos para com essas comunidades quilombolas, provendo a inclusão e a melhoria da qualidade de vida. Entre estes está o direito territorial, cujo amparo legal pode ser verificado no texto constitucional de 1988, consoante demanda o Art. 68 do Ato das Disposições Transitórias,

que assevera: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil – CF/1988).

Consoante o que propõe o Art. 68 do ADCT/88, de assegurar uma política de reparação histórica aos remanescentes de quilombos (Almeida, 2011), que sofreram com a escravidão e a marginalização ao longo da história do Brasil. Essa conquista visa garantir o respeito às diferenças, aos costumes e modos de vida dessas comunidades, além de promover a igualdade em meio à diversidade cultural do país. Para efetivar esses direitos territoriais, o artigo 68, prevê a titulação das terras ocupadas pelos quilombos, ou seja, a regularização fundiária em nome das comunidades quilombolas.

Localizadas, no município de Barreirinha, na região do Baixo Amazonas, as comunidades declaradas como remanescentes quilombolas do rio Andirá denominadas de: Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, Ituquara, Trindade, São Pedro foram reconhecidos junto a Fundação Cultural Palmares-FCP no ano de 2013, estando os respectivos núcleos da Pagoa e São Paulo do Açú ainda em processo de reconhecimento identitário. Estas regiões no percurso de sua formação identitária, passaram e ainda passam por processos de lutas e reconhecimento em razão dos direitos voltados às questões territoriais, socioambientais e educacionais.

Amparados na construção da memória, os agentes sociais dos quilombos do Andirá, passaram a se mobilizar através da luta pelos direitos étnicos, por uma política reparativa, para terem reconhecidas e valorizadas as suas identidades.

O Movimento Social Quilombola do Andirá (MSQA) em 2009 criou a Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha FOQMB de maneira formal para comunicação e manifestações específicas do grupo, Siqueira expõe o início de mobilização realizada pelo MSQA.

*O processo de mobilização das comunidades e lideranças quilombolas do rio Andirá começou entre os anos de 2005 e 2006. Consta que em princípio o movimento de reconhecimento da identidade quilombola contou com a colaboração de algumas pessoas que já tinham conhecimento das principais dificuldades enfrentadas pelos moradores nessas comunidades. As lideranças e membros das associações de moradores há muito vinham estabelecendo contato com entidades e agentes públicos externos para tentar encaminhar demandas que em princípio não eram sequer acolhidas no âmbito da gestão municipal. Consta que num determinado momento, um morador de uma das comunidades foi convidado a participar de evento realizado em Manaus. Nessa ocasião ele teria sido instigado por um agente político a falar da situação das comunidades para um deputado do Amazonas (Siqueira, 2016, p. 19) [grifos nossos].*

Os quilombos eram comunidades formadas por africanos escravizados e seus descendentes que fugiam da escravidão e resistiam à opressão. Atualmente, os quilombos são reconhecidos como espaços de resistência e detentores do direito à propriedade de suas terras, bem como a manutenção de sua própria cultura. Os quilombos atuais são parte fundamental da História do Brasil e representam um de seus maiores símbolos de resistência: a luta por reconhecimento étnico em território tradicionalmente ocupado.

Essas comunidades tradicionais, muitas vezes localizadas em áreas remotas, como florestas densas, montanhas e regiões de difícil acesso, eram autossustentáveis e desenvolviam formas próprias de organização social, econômica e cultural. Entretanto, o termo nos remete a um período em que os ex-escravizados fugiam das condições brutais e desumanas da escravidão. A respeito da política de territorialidade consoante revisão histórica acerca da terminologia *quilombo*, cujo significado engendra um sentido político-organizativo de um grupo étnico, Almeida (2011, p. 48) explica que esse termo:

[...] pode ser entendido hoje consoantes diferentes planos, ou seja, tanto pode ser um tema e um problema da ordem do dia do campo de poder, quanto um conceito, objeto de pesquisa científica; tanto pode ser uma categoria jurídica e uma questão de direito, quanto um instrumento através do qual se organiza a expressão político-organizativa dos que se mobilizam, recuperando e atualizando nomeações de épocas pretéritas, como quilombola, calhambola ou mocambeiro.

Além disso, trata-se de uma comunidade detentora de identidade própria, com normas, crenças e valores, coletivamente respeitados por seus membros. Essa identidade coletiva pode se manifestar através de tradições, rituais, símbolos ou até mesmo em um senso de pertencimento que une as pessoas em torno de propósitos comuns.

Sena (2020)<sup>52</sup>, explica que Tönnies (1887) em sua obra "Gemeinschaft und Gesellschaft" (Comunidade e Sociedade), ressalta as características da comunidade como uma forma de organização social, baseada em relações sociais primárias e guiadas por sentimento de solidariedade, consaguinidade. Nessa obra, Tönnies explora as diferenças entre essas duas categorias de sociedade e discute as características distintivas da comunidade.

O conceito de "comunidade" a que se refere Tönnies está baseado no sentimento de solidariedade e convivência. Estas características podem estar interligadas ou interpretadas à genealogia de Benedito Rodrigues da Costa (o ex-escravo), que foi o fundador das comunidades remanescentes quilombolas do Andirá, por cuja memória coletiva se traduz o sentimento de

---

<sup>52</sup> Ver: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/sociologia/comunidade-e-sociedade>

pertença identificado no relato de Benedito Pereira de Castro ao considerar que seu avô, foi o primeiro quilombola a chegar em paragens do rio Andirá.

Então, o primeiro quilombola que chegou aqui no Matupiri foi meu avô, Benedito Rodrigues da Costa, ele está enterrado no Cemitério Mangá, que fica nesse lugar antigo, chamado de São Gerônimo. Hoje, são ao todo 44 netos de Benedito Rodrigues da Costa, e estes já somam um número muito grande de bisnetos, e até tataranetos. Fica só a saudade da minha infância que eu vivi na comunidade de Santa Tereza do Matupiri (Sr. Benedito Pereira de Castro, 91 anos – Comunidade de Santa Tereza do Matupiri, 15/02/2013) (Ranciaro, 2016, p. 91).

Para Santos (2014), a interpretação de comunidade está atrelada à concepção de Bauman (2005), donde se reúnem argumentos em que a comunidade se agrega à noção de “pertencimento”. A comunidade, portanto, sobrevive no imaginário coletivo como o lugar de prazer. Um ambiente estimulante ao desenvolvimento das potencialidades individuais sempre conciliáveis com os interesses da coletividade (Santos, 2014, p. 117).

Em entendimento mais recente acerca do conceito de comunidade adotado por Ranciaro (2016), a autora sugere invocar teóricos cujas concepções identificam e permitem verificar como a memória coletiva articula as relações da vida cotidiana, conectadas aos status de luta e resistência política dos quilombolas do Andirá/Barreirinha. Em seu trabalho, Ranciaro apresenta Cohen (1985) para o cenário das discussões a respeito de questões instigantes sobre concepções por ele formuladas, acerca o que vem a ser uma comunidade construída a partir de seus próprios símbolos.

Dessa forma podemos ver a união, o espírito de solidariedade e a luta dos quilombolas do rio Andirá no sentido de *ter* e *ser* uma representatividade político-organizativa; um grupo étnico que se une em torno de interesses comuns. No entanto, dados os interesses antagônicos advindos de instituições ou de outros agentes externos, os conflitos se manifestam no âmbito do território “construídos socialmente e reconhece alterações a partir da correlação de forças e do grau de poder de correlação exercido pelos antagonistas” (Almeida, 2011, p. 95). Todavia, a fronteira étnica, materializada em fronteira política, coexiste também pelo estabelecimento dos laços sociais engendrando formas de sociabilidade entre os quilombolas que compartilham valores, construindo identidades coletivas.

Podemos constatar que o processo de luta dos agentes sociais dos quilombos do Andirá, desenvolve-se a partir da chegada do escravizado Benedito Rodrigues da Costa, à região do Andirá, mais precisamente em Santa Tereza do Matupiri.

[...] ao chegar à região do baixo rio Andirá, Benedito Rodrigues Costa teria se instalado primeiro num lugar chamado São Gerônimo, situado na cabeceira do igarapé Boca do Romão. Depois, mudou-se para um lugar chamado Pernambuco e de lá saiu para morar num lugar chamado Cedro, localizada em frente à ilha do Maranhoto. Consta ainda que após ter explorado e conhecido bem o igarapé Matupiri, Benedito Rodrigues e sua família resolveu fixar moradia nas proximidades do lugar onde hoje se localiza a comunidade Santa Tereza do Matupiri (SIQUEIRA, 2016, p. 38).

Esses fatos podem ser verificados através de um trabalho realizado pela pesquisadora, professora Magela Ranciaro, que através da memória dos descendentes do ex-escravizado, elaborou um quadro contanto a trajetória cronológica da chegada de Benedito e as conquistas étnico-raciais que vão desde a Constituição de 1988 até aprovação da Lei Municipal 284 de 20 de dezembro de 2021, e através da qual fica estabelecido o Setor de Educação Escolar Quilombola no município de Barreirinha que define as diretrizes curriculares conforme Lei 10.639/003 e a Resolução nº 8 de 20 novembro de 2012. Tais acontecimentos estão demonstrados no quadro a seguir.

**Quadro 02 - Cronologia da trajetória do processo de construção étnica dos quilombos do Andirá – Município de Barreirinha/Am**

<b>1878</b>	A memória coletiva registra a chegada dos quilombos aos Andirá, do ex-escravizado BENEDITO RODRIGUES DA COSTA – o fundador do território e de sua linhagem de descendência. Anterior à assinatura da Lei Áurea (1888)
<b>1988</b>	Cem anos após a assinatura da Lei Áurea em 1888, o Brasil assina sua Carta Magna (05.10.1988), na qual está registrado o art. 68 do Ato das Disposições Transitória-ADCT, que prevê o reconhecimento da propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes dos quilombos, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos. Passados 08 meses da assinatura da CF/1988, em 27 de julho de 1988 a OIT, por meio da convenção 169, reúne-se em Genebra com o objetivo de estabelecer normas internacionais sobre povos indígenas e tribais.
<b>1991</b>	As proposições pactuadas na Convenção entram em vigor internacionalmente (dia 05 de setembro de 1991).
<b>2002</b>	Por meio do Decreto 143, de 20 de junho de 2002, o Congresso Nacional aprova o texto da Convenção 169/OIT, tendo o governo brasileiro depositado o instrumento de ratificação junto ao diretor da OIT, em 25 de julho de 2002, passando o Brasil a ser signatário da referida Convenção.
<b>2003</b>	Com base nesses marcos regulatório – CF/88, Convenção 169/OIT, Dec. 143/2002 – em 20 de novembro de 2003 promulga-se o decreto 4887 de 20 de novembro de 2003, assinado pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Por meio deste instrumento jurídico-normativo ficam regulamentado os PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS para a IDENTIFICAÇÃO, RECONHECIMENTO, DELIMITAÇÃO, DEMARCAÇÃO e TITULAÇÃO da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes de quilombos, doravante prevê o art. 68 do ADCT/88. Anteriormente a esses atos, ou seja, em 09 de janeiro de 2003, o então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, promulga a Lei 10.639/2003, que: altera e Lei 9394/LDB, de 20 de dezembro de 1996 e estabelece as diretrizes básicas da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências”. Concomitante à Lei 10.639/2003, é elaborado o Plano Nacional de Educação, no qual é incluído o item IX que trata da educação em áreas remanescentes de quilombos.

<b>2004</b>	Ainda, tendo por base o decreto 143/2002, a Convenção 169/OIT passa a vigorar no Brasil a partir de 25 de julho de 2003, nos termos fixado no art. 38 do Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004, assinado pelo então Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com este decreto, o critério fundamental para identificar os grupos aos quais se aplicam as disposições da presente Convenção é a “consciência de sua identidade indígena ou tribal” (Parte 1 – Política Geral: item 2 do art. 1º)
<b>2005</b>	Registra-se o início das lutas do Movimento Social Quilombola Andirá – (MSQA).
<b>2007</b>	É assinado pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. O Decreto 6040, de 07 de fevereiro de 2007, que “Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”.
<b>2008</b>	Criação da Lei 11.645 DE 10 DE MARÇO DE 2008. Que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
<b>2009</b>	Nos quilombos do Andirá é fundada a Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha-FOQMB, fato que deu notoriedade ao protagonismo das lutas do movimento organizativo daqueles quilombos.
<b>2009-2011</b>	Maria Cremilda Rodrigues dos Santos a primeira Presidente da FOQMB
<b>2011-2014-2014-2016</b>	Maria Amélia dos Santos Castro é eleita Presidente da FOQOMB, para o mandato de 2011-2016. Sendo reeleita, para mais um biênio (2014-2016).
<b>2013</b>	<b>Fevereiro/2013</b> – Por iniciativa da FOQMB, A então Presidente Maria Amélia, encaminha demanda ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA, solicitando a realização de uma OFICINA SOCIAL DE MAPAS e do curso de GPS NO QUILOMBO DE Santa Tereza do Matupiri, sendo ambos realizados no período de 14 a 19 de fevereiro de 2013. Objetivo: Identifica oficialmente o território quilombola; suas potencialidades quanto aos recursos naturais e, entre outras, as áreas de conflito agrário. Os quilombos elaboraram os croquis do território através dos quais se tem a dimensão quanto à configuração do território representado pelo mapeamento social. <b>Setembro/2013</b> – é REALIZADO NO QUILOMBO DE Santa Tereza do Matupiri, o curso que tratou da Convenção 169/OIT, ministrado pela advogada em direito Ambiental, Doutora Sheilla Borges Dourado, no período de 23 a 30 de setembro de 2013. Objetivo: Divulgar informações didáticas sobre o projeto “Processos diferenciados de Territorialização”; difundir práticas pedagógicas vinculadas aos temas: cultura, identidade cultural e território; expor e discutir os eixos temáticos relativos à Convenção 169/OIT, a saber: Eixo 1 – Direito à identidade e à diversidade; Eixo 2 – Direito à participação; Eixo 3 – Direito ao território tradicional.
<b>2013</b>	Oito meses após a realização da Oficina de Mapas, do curso de GPS, e um mês à realização do curso sobre Convenção 169/OIT, em 21 de outubro de 2013, são emitidas pela Fundação Cultural Palmares-FCP as certidões de AUTODEFINIÇÃO das cinco comunidades quilombolas, e publicadas do D.O.U em 25 de outubro de 2013. Os quilombos passam a ser oficialmente reconhecido sob a designa de COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO.
<b>2014</b>	É publicado o FASCÍCULO “Quilombos do rio Andirá – Barreirinha/AM”, produto este resultante da OFICINA SOCIAL DE MAPAS, realizada em 2013.
<b>2015</b>	– Atendimento à demanda dos quilombos, ou seja, posteriormente à emissão das CERTIDÕES DE RECONHECIMENTO ÉTNICO dos 05 (cinco) quilombos, em 25 de março de 2015, Maria do Socorro Marques Feitosa, então Superintendente do INCRA, assina a ORDEM DE SERVIÇO que designou a equipe de técnicos para proceder aos trabalhos de campo e os procedimentos para a implementação do RELATÓRIO TÉCNICO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO-RTID DOS QUILOMBOOS DO ANDIRÁ. <b>12 de agosto/2015</b> – Atendendo-se à pauta dos quilombos, é realizada a Primeira AUDIÊNCIA PÚBLICA em Barreirinha para deliberar sobre inúmeras reivindicações da FOQMB. A audiência foi conduzida pelo Ministério Público Federal, representado na pessoa da advogada, Dra. Isabela Salles. <b>20 de novembro/2015</b> – É realizado no Quilombo de Santa Tereza do Matupiri o I ENCONTRO DE MOBILIZAÇÃO QUILOMBOLA SOBRE CIDADANIA, DIREITOS E TERRITORIALIDADE, em alusão ao Dia da Consciência Negra.
<b>2016</b>	<b>Novembro/2016</b> – com o último campo realizado pela equipe do INCRA e MDA, em 20 de novembro de 2015 para a elaboração do RTID, em novembro de 2016 são apresentados os RELATÓRIOS TÉCNICOS: o ANTROPOLÓGICO assinado pelo Antropólogo JOÃO

	<p>SIQUEIRA; e o AMBIENTAL de autoria do Engenheiro Agrônomo AFONSO ANÍBAL VIEIRA. De acordo com o RTID, o território quilombola do rio Andirá ficou demarcado num perímetro que corresponde a 27.816 hectares, numa área que vai do Núcleo da Paga à Cabeceira das Formigas.<sup>53</sup></p> <p>Esse perímetro diz respeito à redução considerável do território quilombola, previamente identificado pelos quilombolas – através dos Croquis/Oficina de Mapas e endossado pelo INCRA – numa escala ascendente de 29.836ha para 32.368ha, decrescendo posteriormente ao ser fixado no RTID o perímetro equivalente a 27.816ha, conforme consta dos relatórios assinados, respectivamente, pelo antropólogo e o engenheiro agrônomo;</p> <p>De acordo com o Processo sobre a titulação fundiária do território, arquivado no INCRA desde 2016, até o presente momento (maio de 2022), os quilombos continuam aguardando a emissão do TÍTULO DEFINITIVO do território, doravante prevê o Art. 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988.</p> <p>Em <b>2016</b> é publicada a obra de autoria de Maria Amélia dos Santos Castro, intitulada “<b>Trilhas percorridas por uma militante quilombola: vida, luta e resistência</b>”. Rio de Janeiro: Editora Casa 8, 2016. O livro está organizado por Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro, tendo como Editor o antropólogo, professor Alfredo Wagner Berno de Almeida.</p>
2021	<p>É lançada A Obra Que Tem Como Autora Maria Magela Mafra De Andrade Ranciaro, Intitulada “<b>Quilombos do Andirá: das travas à abertura dos cadeados</b>”. Manaus: Editora Valer, 2021. Trata-se da pesquisa realizada nos quilombos do Rio Andirá por ocasião da elaboração da Tese de Doutorado defendida junto ao PPGAS/Ufam, em 2016.</p> <p>É Aprovada a <b>Lei Nº 284, de 20 de dezembro de 2021</b>, conforme está descrito: “Cria o Setor Pedagógico Quilombola no Setor Administrativo da SEMED, define as Propostas Curriculares Pedagógicas para a inclusão de Disciplinas Específicas Quilombolas na Grade Curricular do Ensino Infantil e Fundamental e da Modalidade EJA nesses territórios, altera a nomenclatura de Identificação das Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental localizados em territórios quilombolas, e dá outras providências”.</p>
2021	<p>Ao longo desse período, as pesquisas acadêmicas realizadas ou aquelas em processo de construção tornam evidentes que os quilombos se transformaram num verdadeiro laboratório de ciência. Os registros de produções científicas sobre as comunidades quilombolas do rio Andirá-Barreirinha/AM, materializam-se nos 30 (trinta) objetos investigados, de autoria dos pesquisadores e respectivos temas analíticos defendidos junto a diversos cursos de Graduação (TCC), de Programas de Pós-Graduação: MESTRADO, DOUTORADO; de produção Literária: FASCÍCULO, LIVROS, ARTIGOS e da elaboração de RELATÓRIOS INSTITUCIONAIS relativos ao RTID/2016, realizado pelo INCRA nos quilombos do Andirá.</p>

Fonte (Arquivo de circulação interna): Professora Dra. Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro - Pesquisadora da temática “Quilombos do Andirá” - Município de Barreirinha-AM, 2022.

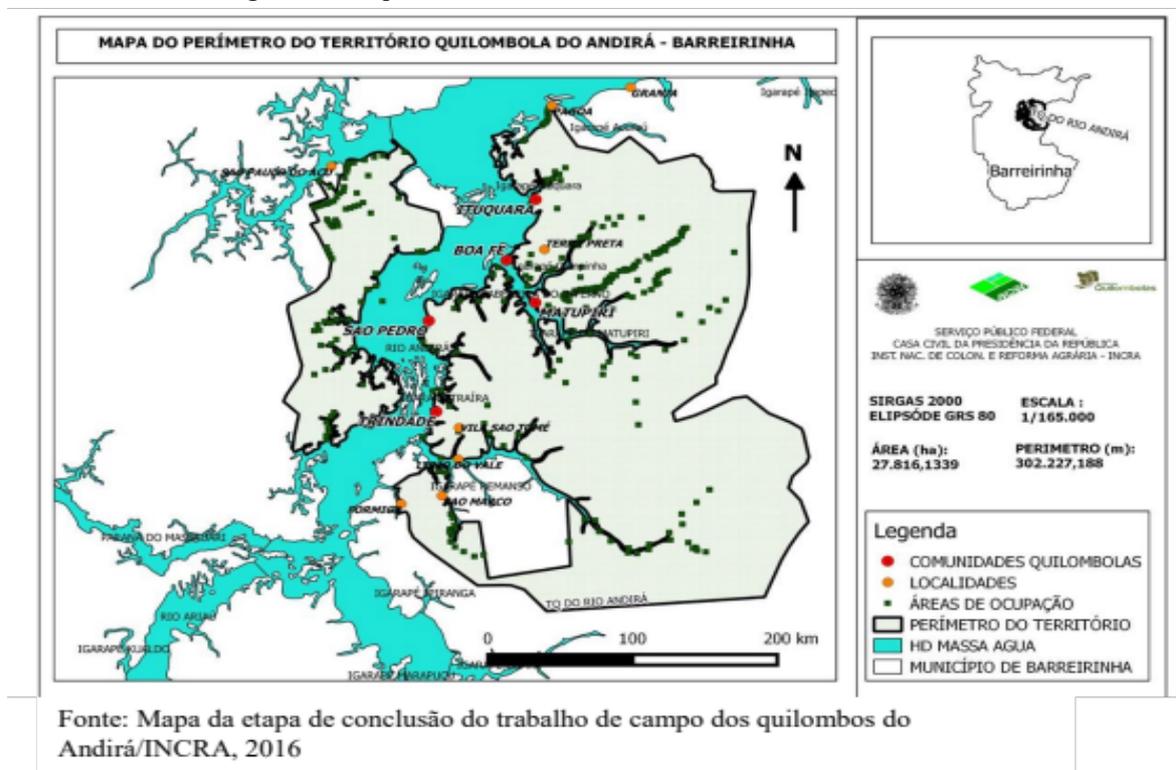
Conforme as informações acima, os registros revelam uma cronologia dos acontecimentos que marcam desde a chegada do ex-escravizado Benedito Rodrigues da Costa de 1878 até a contribuição científica de pesquisadores atuais. Esse processo fora e são marcos imprescindíveis que subsidiaram a construção do território quilombola.

Podemos constatar na fala do atual presidente da Federação Quilombola de Barreirinha: *Com certeza, e eu fico feliz porque que tem várias pessoas que estão nos ajudando e essa importância é muito grande para o desenvolvimento das comunidades quilombolas do rio*

<sup>53</sup> Ver: mapa página 76.

*Andirá*<sup>54</sup>. No diálogo identificamos o reconhecimento educacional que se tem, a partir da entrada dos pesquisadores para a compreensão e visibilidade do lugar.

**Figura 05:** Mapa Perímetro do Território Quilombola do Rio Andirá



Silva (2022, p.65), destaca que “Onde há avanços percebidos, apesar da distância que ainda reside, são espaços em que houve intervenção de políticas públicas e organização do movimento social para a conquista de uma sociedade mais igualitária.”, observamos que na região pesquisada já houve alguns avanços, entretanto, se faz necessário com que as ações sejam efetivadas de maneira a atender as comunidades em sua totalidade.

<sup>54</sup> João Xisto de Castro Neto. Presidente da FQMB. 34 anos. Entrevista, novembro de 2022. Quilombo do Matupiri. Barreirinha-AM.

## 2.5 Educação: a chave dos “cadeados”

*Dos barrancos aos entraves da vida, o orgulho em ser quilombola.*

Castro, 2016

A epígrafe acima representa um forte registro, incorporado ao sentimento de conquista e pertencimento. No teor das histórias e memórias se tem como alcance as “heranças vivas” (sujeitos), em particular aqueles que fluem dos remanescentes dos quilombos no Amazonas, sobretudo, na região do Andirá, Município de Barreirinha. São grupos que enfrentam conflitos étnicos; buscam emergentes direitos concedidos pelo Estado Brasileiro, estando os mesmos às bordas das leis e submetidas aos desmandos da sociedade. Munidas pelo sentimento de pertença, essas comunidades quilombolas ainda encontram fortes barreiras de invisibilidade no universo das relações sociais.

A emergência das comunidades remanescentes de quilombos no Amazonas, consoante às interpretações acadêmicas, ocorrem décadas após a desagregação das empresas extrativistas, quando há condições jurídicas para o reconhecimento de sua identidade étnica [...], (Ranciaro, 2021, p. 24).

Percebe-se que as buscas emergenciais engendradas em meio ao reconhecimento territorial são as que estão em evidência nas lutas para reconhecimento identitário, mas, ainda assim, estes agentes lutam por qualidade de vida na qual a saúde e a educação são direitos “quase” invisíveis nos seus espaços. As conquistas desses direitos buscam valorizar seus costumes e culturas, que nascem de suas histórias, as “comunidades urbanas e rurais que compartilham trajetórias comuns, possuem laços de pertencimento, tradição cultural e de valorização de antepassados calcada numa história identitária comum, entre outros” (Gramsci, 1982; Bourdieu, 2002<sup>a</sup>; Brasil, 2012).

Os inúmeros estudos de teses e pesquisas desenvolvidas em diversas interpretações acadêmicas produzidas em projetos de pesquisas nas IES, (UFAM, UEA, IFAM), junto à Nova Cartografia Social na Amazônia, são compilados científicos e fontes documentais que possibilitam visibilizar a presença negra no Amazonas. São “achados de pesquisas” como as de Ranciaro (2016), que evidenciam a existência de descendentes de negros situados nas comunidades quilombolas de Barreirinha.

O estudo de Ranciaro vem da expressão “socioantropológica política”; um estudo que apresenta a história social dos quilombolas do rio Andirá na luta por autorreconhecimento

identitário, quando de sua interpretação acadêmica denominada Quilombos do Andirá: “Das travas à abertura dos cadeados”. Trata-se de um marco que se põe para evidenciar o processo de configurações das sociedades e culturas na Amazônia. Aduzidos ao “o fim do silêncio”, “rompendo-se os cadeados” (Sampaio, 2011; Ranciaro, 2016), são metáforas que assumem concepções e que implicam em revisões de posturas, não cristalizadas. São mecanismos que contribuem para a construção dos processos socioculturais, históricos e educativo dos remanescentes de quilombos do Baixo Amazonas, que passam a serem visibilizados a partir do “rompimento dos cadeados” com o surgimento e reconhecimento de “terras de preto” (Almeida, 2011).

Calculadas a essas premissas e, para o fortalecimento das identidades estabelecidas nos direitos, acredita-se ser necessária à efetivação de uma Educação integralmente pluriétnica, respeitando-se a formação dessas sociedades e por meio da memória, se legitima uma consciência territorial, política e histórica da diversidade, na qual se priorize o combate da desigualdade social e racial, no tocante das legalidades educacionais consolida o avanço da luta, é fundamental para a valorização da cultura quilombola e para a construção de uma educação que respeite a questão étnico-racial do país. A implementação efetiva das legislações educacionais voltadas aos quilombos contribui para o fortalecimento dessas comunidades, para o combate ao racismo e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

[...], à igualdade básica de pessoa humana como sujeito de direito; - à compreensão de que cada sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história; - ao conhecimento e à valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica brasileira [...] (Brasil, 2004, p. 18).

Dessa forma, podemos trazer enquanto exemplo vivo<sup>55</sup> da realidade quanto à legislação educacional, a senhora Maria Amélia, conhecida como (dona Lourdes), que ao longo

---

<sup>55</sup> O processo educacional foi de suma importância para a líder do Movimento Quilombola. A educação foi uma das bandeiras, que o Movimento Negro lutou para garantir aos afrodescendentes, o direito à educação, à saúde, dentre outras prerrogativas. De tudo um começo, com o objetivo de interromper o mandato de Maria Amélia, um grupo de pessoas que “apontavam no meu rosto, pra minha pessoa, dizendo que eu não tinha como fazer nada pelo meu povo quilombola, que eu era burra” (Castro, 2016, p.44). Por conta de mais humilhações sofridas durante a Assembleia, a mesma saiu chorando, sendo chamada de burra e analfabeta, por um grupo de professores. O amadurecimento foi motivo do reconhecimento e gratidão, “quem tanto me humilhou [...] eu voltei a estudar, eu terminei em 2014 o 9º ano da EJA [Educação de Jovens e Adultos]. Hoje [2016] já estou fazendo o segundo ano do Ensino Médio. Maria Amália terminou o ensino médio, fez contatos com pessoas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas- IFAM – e através dos incentivos destas pessoas, em 2018, fez sua inscrição para o curso de Agroecologia e, em 2019, foi aprovada. Tendo terminado o curso de Agroecologia e realizado um de seus sonhos que era levar a agroecologia para dentro dos quilombos, pois hoje o IFAM já tem instalado o curso de extensão em Agroecologia no Matupiri. Diz ela que “é necessário ensinar as técnicas para meus irmãos, trabalhando sem agrotóxico e sabendo usar para conhecimento de plantas comestíveis que existem

do seu percurso de vida buscou traduzir a legislação em pura realidade. O processo educacional foi de suma importância para a líder do Movimento Quilombola. A política educacional foi sempre uma das bandeiras que o Movimento Negro lutou para garantir aos afrodescendentes o direito à educação, à saúde, dentre outras prerrogativas. “Vida, luta e resistência” de dona Maria Amélia, comprova que nas águas do rio Andirá, existem muitas histórias para contar. De remanescentes que sonham e almejam dias de lutas, mas, acima de tudo de glórias. Maria Amélia fez a diferença.

Maria Amélia, mostrando ser um símbolo de luta no âmbito do movimento social quilombola do Andirá, não parou seus estudos no nível médio. Segundo ela mesma conta, enquanto presidia a associação, contactou pessoas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM – e através dos incentivos destas pessoas, em 2018, fez sua inscrição para o curso de Agroecologia e, em 2019, foi aprovada. Analisando suas entrevistas e rodas de conversas que obtivemos em outubro de 2019 no Andirá, Maria Amélia nos diz que seus desejos vão mais longe, ou seja, o de levar a agroecologia para dentro dos quilombos, e através dos conhecimentos adquiridos, busca trabalhar por uma alimentação muito mais pura e de qualidade, inclusive recorrendo a plantas locais para desenvolvimento da região. O Instituto Federal do Amazonas-IFAM, já está com cursos de extensão em Agroecologia no quilombo Matupiri.

Maria Amélia explica que, “é necessário ensinar as técnicas para meus irmãos, trabalhando sem agrotóxico e sabendo usar para conhecimento de plantas comestíveis que existem onde moramos”. Em sua ida para Manaus, com objetivo de buscar e levar conhecimentos ao quilombo do Andirá, Maria Amélia através do curso Agroecologia e, para o aprimoramento de compartilhar novos conhecimento sobre o meio natural, relata as técnicas para se realizar um bom plantio sem comprometer a natureza.

*Eu vou pra Manaus, vou estudar, vou ficar pra lá, não. Eu vim buscar pra dentro da minha comunidade, o que eu não sabia, porque você sabe que um agricultor quilombola, sabe plantar o cará, a banana, tudo quanto é tipo de planta, mas, no fundo no fundo ele não tem a teoria. A teoria é em primeiro lugar, que ensina aquele pouquinho que falta. Eu digo assim, o que foi que eu aprendi, dentro da minha aula acadêmica? Digo para os professores, professores eu matei muitos predadores, vários. Por quê? São milhões de predadores em cima duma terra, mas se tu trabalhares com fogo tu acaba com a vida deles, aí o que vem trazer? Dificuldade para nossas comunidades, para nós porque, tu vai plantar e não vai ter mais aquela força que a terra tinha de tanto, se tu queimar, entendeu? Então é isso, eu aprendi agora na minha aula acadêmica de agroecologia, a manter o plantio debaixo de qualquer uma mata sem queimar, sem tirar a vida dos predadores porquê [...], as técnicas, vamos dizer, os insetos eles que predominam a trituração da folha, das matas. Aquela serrapilheira,*

---

onde moramos”. Atualmente Maria Amélia (Lourdes), está como vice-presidente e seu sobrinho como presidente da FOQMB. (Maria Amélia Santos Castro, Manaus, 2021).

ela se transforma como uma alimentação das plantas, as plantas se alimentam daquilo, a minhoca; tem o grilo, tem a barata, tem a lesma, tem o caracol, todos esses são peças principais dentro da agricultura, agora no meio delas existe os insetos que jogam coisas que não prestam [...], digo que no meio do trigo tem o joio, no meio dessas minhoca, desses insetos que dão a vida pra planta, tem aqueles que tiram a vida da planta, então o que que dá pra fazer? Ver como pode tirar ele de dentro da tua horta. (Maria Amélia dos Santos Castro, Manaus, 2021) [Grifos nossos].

Hoje, em 2023, Maria Amélia, já se encontra graduada, no curso de Agroecologia e em seus diálogos continua mantendo as ideias e ideais, no sentido de levar conhecimento para seus irmãos quilombolas: “eu digo assim, eu não vim pegar conhecimento só pra mim, mas, eu vim pegar pra ser semeadas dentro de todas as cinco comunidades, até mais comunidades não quilombolas que queiram, que precisem de mim”<sup>56</sup>.

Estando sempre com os olhos voltados para realidade de seu povo, ou seja, a sua identidade, seu coletivo, isso a identifica como parte da “raiz”, que dá sustentação a descendência àquele que tornou possível a formação das comunidades quilombolas no Andirá-Barreirinha. Neste sentido, afirma Maria Amélia: “o meu desejo, a minha vontade, eu quero que Deus, em primeiro lugar, me dê à vida, saúde né? Que eu possa ainda lutar pelos direitos dos quilombolas”<sup>57</sup>. Podemos observar e sentir que são enormes os desafios enfrentados por Maria Amélia, ao longo de sua história de vida. “A difícil travessia” foi complicada, a metáfora já simbolizava os inúmeros obstáculos e toda forma de preconceito, humilhação e exclusão expostos na história de vida de Maria Amélia, mulher que procurou o “caminho das letras” para alcançar a liberdade para seu povo.

## 2.6 Legislações Educacionais Quilombolas - Lei 10.639/2003 e Resolução nº 8 de 20/2012

A aplicação das legislações educacionais deve-se ao cumprimento da Lei 10.639/2003, que nesse ano de 2023 completa 20 anos e que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira no ensino Fundamental e Médio. Durante estes 20 anos houve avanços significativos no sentido da construção de uma consciência racial entre estudantes ao desempenharem o papel fundamental na luta contra o racismo, fato que valorizou e fortaleceu o movimento político-organizativo dos afrodescendentes, estimulando, inclusive, a pesquisa acadêmica nos temas relacionados à história e cultura afrodescendentes. Vale salientar que

---

<sup>56</sup> Maria Amélia dos Santos Castro, 63 anos. Vice-presidente da FOQMB. *Entrevista*, dezembro de 2021. Manaus-AM.

<sup>57</sup> Idem.

muitos são os desafios a serem superados em prol de uma educação inclusiva e antirracista, quiçá no território brasileiro.

É importante ressaltar a Resolução CNE/CEB nº 8/2012, a qual estabelece diretrizes curriculares específicas para a Educação Escolar Quilombola, reconhecendo a singularidade das comunidades quilombolas, uma vez que valoriza as tradições, práticas, crenças e conhecimentos dos quilombos, adaptando o currículo escolar às suas realidades locais, promovendo, assim, a participação comunitária e a formação de professores comprometidos politicamente com as demandas dessas territorialidades.

Ambas as normas têm muita magnitude para a Educação Escolar Quilombola, pois promovem o reconhecimento e a valorização das culturas afro-brasileira além de combater o racismo e a exclusão. No entanto, isto envolve um processo complexo que requer ações coordenadas do governo municipal e das comunidades quilombolas com instituições de educação. Este processo deve ser desenvolvido no contexto específico das questões políticas da localidade.

O quilombo do Andirá Barreirinha, já tem seu reconhecimento legal, previsto em cumprimento ao art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da CF/88 (BRASIL, 1988), e que assevera a garantia de direitos territoriais aos chamados “remanescentes das comunidades de quilombos”, direito, este, conquistado por iniciativa do movimento político-organizativo encaminhado pela FOQMB. Pode-se asseverar que essa luta é:

[...] resultante de intensas mobilizações, acirrados conflitos e lutas sociais que impuseram as denominadas terras de preto, mocambo, lugar de preto e outras designações que consolidaram de certo modo diferentes modalidades de territorialização das comunidades remanescentes de quilombos” (Almeida, 2011, p. 113).

Mesmo sendo legalmente reconhecido, tem sido bastante difícil a tentativa de estabelecer um diálogo e parceria entre as autoridades municipais, as comunidades quilombolas e as instituições de ensino. Fato este que com muita dificuldade tem caminhado, e tem sido feito por meio de reuniões, comissões ou grupos de trabalho, nos quais os representantes de cada setor podem discutir as necessidades educacionais específicas das comunidades quilombolas.

## **2.7 Da aplicabilidade da legislação nos quilombos do Andirá à criação do Setor de Educação Escolar Quilombola**

*A Educação Escolar Quilombola é uma criança que precisa ser cuidada, alimentada e fortalecida*

O poder público do município de Barreirinha-AM, onde estão localizados os Quilombos do Andirá, aos quais cabe a aplicabilidade das legislações, questionado por pesquisadores e quilombolas, inicia em 2021 um processo mais efetivo no sentido de implementar a aplicabilidade da Legislação. Magela Ranciaro, pesquisadora do PNCSA, em um descritivo Cronológico do Processo de Construção Étnica dos Quilombos do Andirá, nos lembra que em 9 de janeiro de 2003 o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, promulga a Lei 10.639/2003 e, por meio da qual, altera-se:

[...] a Lei 9.394/LDB, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática – História e Cultura Afro-Brasileira – e dá outras providências”. Concomitante a Lei 10.639/2003 é elaborado o Plano Nacional de Educação no qual é incluído o item IX que trata da educação em áreas de quilombos.

Assim como o art.11 da LDB, trata das Ações dos governos municipais, estabelecendo normas aos dirigentes municipais quanto aos tramites a serem adotados, quais sejam:

Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados; baixar normas complementares para o seu sistema de ensino; autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos dos seus sistemas de ensino; oferecer educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o Ensino Fundamental permitido a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino<sup>58</sup>.

A ação propositiva dos pesquisadores junto aos comunitários quilombolas, deu voz a estes agentes e teve causa e efeito para pressionar o poder público no sentido de cumprir o que as legislações determinam, fazendo com que a Coordenadora da Educação Escolar Quilombola-SEMED, do Município de Barreirinha-AM, professora Edicleuza Costa Ribeiro, produzisse um relatório para professora e pesquisadora, Magela Ranciaro, cujos assuntos informam sobre as providências tomadas em dezembro de 2021 acerca de um projeto de Lei 13/2021, que, submetido à apreciação da Câmara Municipal, foi aprovado por unanimidade. Em decorrência disso, no dia 20 de dezembro de 2021, o prefeito Glenio José Marques Seixas sanciona a Lei Nº 284/21, a qual cria o Setor Pedagógico Quilombola do Andirá, além de definir proposta curricular e disciplinas específicas Quilombolas nesses territórios, bem como altera a nomenclatura e identificação das escolas quilombolas, como consta nos recursos virtuais (áudio), enviado por “app” WhatsApp.

---

<sup>58</sup> O art. 11, inciso IV da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394 /96).

O presente projeto de lei tem por objetivo promover o reconhecimento da educação escolar quilombola como política pública educacional e modalidade de ensino a ser implantada no sistema municipal de educação de Barreirinha. A escola localizada na comunidade quilombola de Boa Fé terá a denominação Escola Municipal Quilombola Boa Fé; a escola localizada na comunidade quilombola de Ituquara terá a denominação Escola Municipal Quilombola Dínamo\* Sampaio; a escola localizada na comunidade quilombola de Trindade terá a denominação Escola Municipal Quilombola João Batista de Freitas; a escola localizada na comunidade quilombola de São Pedro terá a denominação Escola Municipal Quilombola São Pedro; a escola localizada na comunidade quilombola de Santa Tereza terá a denominação Escola Municipal Quilombola Santa Tereza; a escola localizada na comunidade quilombola de São Pedro do Açú terá a denominação Escola Municipal Quilombola Maria do Socorro Andrade de Moura. (Maria Amélia Castro - áudio, 2021)<sup>59</sup>.

No relato da Coordenadora do Setor de Educação Escolar Quilombola, Edicleuza Ribeiro, esta educação é um desafio possível, visto que “algumas ações já foram realizadas nas seis escolas que deram certo. A partir desse ano, as escolas já estão inserindo a Educação Escolar Quilombola a partir das vivências e realidades locais<sup>60</sup>”.

Ainda, segundo a Coordenadora: “É preciso que todas as esferas assumam a responsabilidade de contribuir com o processo”, para que tudo ocorra como prevê as Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola. Outra condição necessária diz respeito aos diálogos com as Universidades, com vistas à oferta de cursos específicos, tendo por finalidade preparar professores, pedagogos e gestores na área da educação quilombola e pedagogia diferenciada. Quanto a diretriz prevista na Lei 10. 639/2003, que regulamenta a efetivação educacional específica nos quilombos do Andirá, Edicleuza explica como vem sendo trabalhada nos planejamentos pedagógicos:

A lei 10.639/2003 vem sendo orientada em todas as escolas, para que elucidem a história e memória africana e afro-brasileira, a partir da obrigatoriedade. Todavia, a partir da regulamentação da Educação Escolar Quilombola no Município a mesma deverá ser ofertada nas quatro áreas do conhecimento, acrescida das disciplinas específicas, a partir das diretrizes curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola. (Relatório da Coordenação Pedagógica Quilombola de Barreirinha-AM, e em 2 de maio de 2022).

A coordenadora, fala da busca por material pedagógico, que é produzido com a parceria da secretaria, das Universidades, Comunidades e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB/UEA. Por fim, quando a pedido para que emitisse alguma opinião sobre o processo da referida educação, ela declara:

---

<sup>59</sup> CASTRO, M.A. dos S. [Ofício 727/2021, 09 de dezembro de 2021]. WhatsApp: [Maria Amélia].18 dez. 2021. 11:23. 1 mensagem.

<sup>60</sup>Relatório da Coordenação Pedagógica Quilombola de Barreirinha-AM, encaminhado a Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Magela de Andrade Ranciaro, em 02 de maio de 2022.

A educação escolar quilombola é uma criança que precisa ser cuidada, alimentada e fortalecida. Mesmo que tenham acontecido alguns avanços no campo da legalidade, ainda há muito a ser feito. No início, tive pressa queria correr e ver acontecer tudo aquilo que há muitos anos foi negado. Acredito que a curto e longo prazo as coisas irão se efetivar.<sup>61</sup>

Toda e qualquer ação, sempre deverá ser realizada com os “pés no chão”, comungamos com as ideias da coordenadora, o cumprimento das legislações educacionais nos quilombos também requer investimentos em infraestrutura e recursos adequados. Isso pode incluir a construção ou melhoria de escolas nas comunidades quilombolas, o fornecimento de materiais didáticos relevantes e o acesso à tecnologia, quando aplicável formação continuada para professores. Faz-se necessário o constante aperfeiçoamento de professores e professoras, pois, é importante fornecer formação específica para todos e todas que trabalham nas escolas quilombolas, de forma que possam compreender e atender as necessidades educacionais dos alunos.

Cabe à União, aos Estados, aos Municípios e os sistemas de ensino garantir: I) Apoio técnico pedagógico aos estudantes professores e gestores em atuação nas escolas quilombolas; II) Recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários que atendam às especificidades das comunidades quilombolas; III) a construção de propostas de Educação Escolar Quilombola contextualizada.<sup>62</sup>

Isso pode envolver a capacitação em questões de diversidade cultural, história e memória quilombola, métodos de ensino diferenciados e abordagens pedagógicas inclusivas. Mas, são muitos anos que estes agentes sociais estão sendo postergados como em um processo procrastinatório para efetivação de seus direitos.

Para o fortalecimento destes direitos, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, conforme cita o Art. 8º, ao estabelecer as seguintes ações.

- III – garantia de condições de acessibilidade nas escolas;
- IV – Presença preferencial de professores e gestores quilombolas e nas escolas que recebem estudantes oriundos de território quilombola;
- V – Garantia de formação inicial e continuada para os docentes para a Educação Escolar Quilombola;
- VI - Garantia do protagonismo dos estudantes quilombolas nos processos políticos-pedagógicos em todas as etapas e modalidades;
- VII – implementação de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas;

---

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012.

VIII – implementação de um projeto político-pedagógico que considere as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas;

XI – inserção das realidades quilombola em todo material didático e de apoio pedagógico produzido em articulação com a comunidade, sistemas de ensino e instituições de ensino superior;

XIV – realização do processo educativo escolar que respeite as tradições e o patrimônio cultural dos povos quilombolas;

XV – Garantia da participação dos quilombolas por meio de suas representações próprias em todos os órgãos e espaços deliberativos, consultivos e de monitoramento da política pública e demais temas de seu interesse imediato, conforme reza a Convenção 169 da OIT. (Brasil, 2012).

Um fator de extrema relevância é o envolvimento ativo da comunidade quilombola, algo fundamental para o cumprimento efetivo das legislações educacionais. Isso pode ser alcançado por meio de conselhos escolares, associações de pais e mestres, ou outras formas de participação das comunidades quilombolas. É importante garantir que as vozes e perspectivas dos quilombolas, sejam ouvidas e consideradas nas decisões educacionais.

Obviamente que uma vez implementadas as políticas educacionais, é necessário um sistema de monitoramento e avaliação contínuo para garantir que as metas e objetivos sejam alcançados. Isso pode envolver a coleta de dados educacionais, visitas regulares às escolas quilombolas e o estabelecimento de indicadores de desempenho específicos.

Conforme propõe a Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, fica claro a garantia “da participação dos quilombolas por meio de suas representações próprias em todos os órgãos e espaços deliberativos, consultivos e de monitoramento da política pública e demais temas de seu interesse imediato, conforme reza a Convenção 169 da OIT.”

As etapas representam uma visão geral do processo de aplicabilidade do cumprimento municipal das legislações educacionais nos quilombos, no entanto, são trabalhos implementados, mas que, precisam ter ações mais céleres para suas devidas e efetivas implantações. É importante todos esses trabalhos ressaltando que cada contexto é único e pode exigir abordagens adaptadas e personalizadas para atender às necessidades específicas das remanescentes comunidades quilombolas do rio Andirá.

### CAPÍTULO III

## TECENDO CAMINHOS: DIÁLOGOS CONSTRUÍDOS A PARTIR DAS HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE AGENTES SOCIAIS DOS QUILOMBOS DO ANDIRÁ

*A busca de um significado de um tempo tem na memória e na própria História suportes básicos. Reconhecer um substrato de um tempo encontrar valores, culturas, modos de vida, representações, enfim um gama de elementos que, em sua pluralidade, constituem a vida das comunidades humanas.*

Delgado, 2003<sup>63</sup>

### 3.1 Considerações sobre as histórias e memórias de agentes sociais dos quilombos do Andirá

Tecer caminhos através de diálogos acerca das histórias e memórias de agentes sociais dos quilombos do Andirá é uma tarefa significativa para preservar, transmitir, fortalecer a identidade cultural, promover a valorização da ancestralidade e desenvolver práticas educacionais contextualizadas, pertinentes aos processos socioculturais.

De acordo com Bâ (2010, p.8), quando falamos de tradição em relação à história africana:

Referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África.

A análise reconhece a oralidade como elementos primordial para a compreensão das variadas tradições africanas. Pois, através delas, se tem possibilidade de obter informações mais precisas e fidedignas, já que as falas revelam sentimento, identidade, religião, podendo ser alterada, mas que dificilmente se modificam.

A rigor, pode-se dizer que, além da oralidade, para Pollak (1992, p. 204), a memória também é considerada como elemento essencial, “constituente do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”.

---

<sup>63</sup> DELGADO, L. de A. N. História oral e Narrativas: Tempo, memória e identidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

A imagem abaixo representa um exemplo vivo, de como as práticas culturais, fortalecem a história, a memória e a cultura dos quilombos do Andirá. A herança ou “tradição oral” é o elemento exemplificado na oralidade de dona Maria Amália.

**Figura 06:** A História do Quilombo sendo contada por Maria Amélia



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, novembro de 2022.

O dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, é simbolizado pela oralidade e memória como fatores que constroem identidade, por celebrarmos Zumbi dos Palmares. A exemplo do líder negro, no quilombo Santa Tereza do Matupiri, a senhora Maria Amélia conhecida como (Lourdes), vice-presidente da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha-FOQMB, ressalta em discurso a importância do conhecimento em relação à libertação do povo quilombola e seus antepassados na construção da trajetória do povo negro.

Hoje a nossa situação está liberta porque nós conhecemos UFAM, IFAM e UEA. Nós temos que dizer [...], eu estou liberta, eu não sou mais aquela pessoa que vivia acorrentada com uma corrente no meu pé direito. Como quilombola, nós temos nossas duas etnias nesta comunidade. Aqui nós representamos duas etnias, somos indígenas e quilombolas. Nossa bisavó era indígena Gerônima Sateré e nosso bisavô Benedito Rodrigues da Costa, o negro que veio da Angola<sup>64</sup>.

Verifica-se que partir da fala de Maria Amélia, há uma luta articulada por acadêmicos-pesquisadores das IES e quilombolas descendentes da linhagem do primeiro negro escravizado, Benedito Rodrigues da Costa, que por lá chegou. Isso foi um processo que ocorreu em função

<sup>64</sup> Maria Amélia dos Santos Castro, 63 anos. Pesquisa de Campo: novembro de 2022. Quilombo do Matupiri.

do Art. 68 ADCT/88. Essa junção de acadêmicos-pesquisadores, os agentes externos e os agentes da localidade, foram fundamentais na luta pela liberdade e resistência cultural, como forma de construção étnica e transmissão de conhecimento às futuras gerações.

A política educacional nos quilombos do Andirá, está ordenada a partir das práticas educativas nas escolas quilombolas, prevista na Lei 10.369/2003 e articulado ao Plano Nacional de Educação que implementa as diretrizes curriculares das relações étnico-raciais. Esse sistema inclui o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que passa a interpretar e analisar a memória individual e coletiva, onde são produzidos ciências, saberes e experiências sobre as práticas educativas especialmente acionadas no âmbito da educação escolar quilombola.

### **3.2 Ciências e saberes: produções acadêmicas sobre os quilombos do Andirá (1999-2000?)**

Conhecer e compreender a diversidade da cultura cientificamente produzida no interior da Amazônia é uma atividade intelectual que historicamente nasce, quando da chegada dos primeiros europeus, viajantes naturalistas que por aqui estiveram para a realização de suas pesquisas. E, a partir delas, teceram diversas observações e percepções do mundo amazônico como interpretam as informações que se encontram no capítulo I. Visto porque as ciências e os saberes são métodos que temos para desvendar e encontrar caminhos que nos levem às respostas do inusitado. Como pesquisadores, somos atraídos pelo forte desejo de conhecer o “novo”.

No intuito de encontrar caminhos e respostas dos saberes e ciências na Amazônia observa-se a condição discursiva nesse território, como uma construção possível para chegar a sua imagem de região, assim:

Esta região do imaginário é a histórica dos discursos que a foram erigindo, em diferentes momentos históricos, dos quais recebemos apenas uma versão parcial, a do dominador. Como espaço físico e cultural, a Amazônia possuía elementos que atuavam como dispositivos simbólicos no invasor, instigando nele conexões semióticas do imaginário, permitindo que comparassem com o que viam no universo mítico, que respondia as suas carências, expectativas, necessidades físicas e espirituais [...] a Amazônia é ocupada primeiramente pela imaginação fantasiosa do conquistado e, posteriormente pelo imaginário moderno dos naturalistas (Pizarro, 2012, p. 33-38).

Culturalmente, a autora se debruçou com um atento olhar sobre a Amazônia, pautada nas viagens dos diversos atores que vieram para a região não somente para fazer ciência, mas para formar opinião externa de conquistadores e viajantes, cuja pluralidades é possível observar por meio de línguas e “vozes” das mais diferenciadas possíveis, assim como se faz menção às riquezas locais passíveis de serem acessadas pelos nativos.

Almeida (2008, p. 10) assevera que se faz necessário um trabalho científico sistemático para romper com aquelas abordagens que partem do pressuposto do acúmulo interminável de acontecimentos”. Indicando novas trilhas a serem percorridas, Almeida estimula os pesquisadores a construírem novos elementos para o círculo de discussão e, aderindo-se ao repertório interpretativo acerca da região, fugir das “expressões opinativas”, visto que elas mesmas:

[...] reproduzem mecanicamente os argumentos e figuras de retórica daqueles esquemas interpretativos, como se recebessem uma ordem, como se a ação pedagógica para os transmitir fosse uma “missão” incontestável. Os esquemas interpretativos de tão “inquestionáveis” se distanciam de realidades localizadas e de processos reais e se transformam em expressões opinativas. O opinativo é nutrido pela autoevidência, quando o mero fato de pronunciar “Amazônia” por si mesmo já a explica e não há quem duvide que assim seja. As inspirações alimentadas pelas autoevidências não perscrutam, não pesquisam e só fazem repetir. Tão somente procedem à repetição (Almeida, 2008, p. 12).

Nesse contexto, as relações científicas estudadas por meio da teoria e da prática pelos estudiosos na contemporaneidade, fazem uso das representações sobre o meio ambiente, os recursos naturais, a cultura e linguagem, atrelados à dinâmica do conhecimento face aos “saberes tradicionais” produzidos nas localidades trabalhadas. Neste aspecto, há que considerar aqueles estudos desenvolvidos com apoio de ações significativas realizadas pelas IES, (UEA, UFAM, IFAM), fato que tem dado notoriedade e fortalecimento à construção histórica e cultural engendrada nas comunidades de remanescentes quilombolas do município de Barreirinha-AM.

Domingues (2016, p. 15), afirma que a construção investigativa que tem por base as “ciências e saberes é muitíssimo restrita. São pouquíssimos os trabalhos dedicados ao tema, na história das ciências. O estudo das relações ou o encontro entre o campo científico e o campo dos saberes tradicionais é questão atual”. Todavia, admite-se que hoje em dia essa questão tem sido redimensionada, exemplo disso são os trabalhos de professores/pesquisadores nas áreas quilombolas do Andirá, por exemplo, a propósito das pesquisas empíricas desenvolvidas por meio dos cursos de mestrado, doutorado e graduação, além das atividades das oficinas de mapeamento social e dos cursos de GPS oferecidos pelo PNCSA em parceria com os segmentos político-mobilizatórios das comunidades quilombolas. Diante de tais afirmações, os quilombos são, de certa forma, porta de entrada para o acesso ao conhecimento tradicional, que o tomam por objeto de ciência, materializado por via da linguagem, história, memória, território e da luta pela conquista de direitos étnicos e que engendram projetos reivindicatórios.

Assim entendido, os trabalhos científicos ali desenvolvidos, dizem respeito a inúmeros objetos identificados sob o prisma de variadas temáticas sobre a cultura dessas territorialidades específicas, fato que contribui para o fortalecimento político dos quilombos, como acrescenta a vice-presidente da FOQMB, Maria Amélia: “É a liberdade para quebrar as correntes da invisibilidade”. A seguir, o Quadro 3 identifica e informa sobre a produção acadêmica e literária desenvolvida junto aos Quilombos do rio Andirá, tornando-o, na atualidade, verdadeiro laboratório de pesquisa científica, conforme planilha abaixo identificada

## QUILOMBOS DO RIO ANDIRÁ: PRODUÇÃO ACADÊMICA E LITERÁRIA<sup>65</sup>

**Quadro 03 - Quilombos do Rio Andirá: Produção Acadêmica e Literária-Mestrado**

Nº	AUTOR	TÍTULO	NÍVEL	ÁREA ACADÊMICA	PPG's	DATA DEFESA
01	MARIA MAGELA MAFRA DE ANDRADE RANCIARO	“Memórias do cotidiano: a representação social de alienação em povoados rurais amazônicos”.	Mestrado	Serviço Social	PEPGSS (PUC/SP)	01.10.99
02	QUEZIA MARIA REIS DE OLIVEIRA	“Perfil Lexical do Português Falado em Comunidades Quilombolas em Barreirinha (AM): Um Estudo Dialetológico Volume II”.	Mestrado	Letras	PPGE(UFAM)	2013
03	JOANA MARIA BORGES DE FREITAS SILVA	“Território e redes vivas de saúde numa Amazônia Quilombola”	Mestrado	Ciências Biológicas	PPGSCA (UFAM)	2019
04	IZI CATERINI PAIVA ALVES MARTINELLI DOS SANTOS	“O pulso das Águas e o processo à rede de emergência da população ribeirinha na região do Baixo Amazonas”	Mestrado	Enfermagem	PPGCAS A (UFAM)	23.03.20

<sup>65</sup> Registros de produções científicas sobre as comunidades quilombolas do rio Andirá-Barreirinha/AM, materializadas nos objetos de ciência investigados e de autoria dos pesquisadores e respectivos temas analíticos defendidos junto a diversos Programas de Pós-Graduação: MESTRADO, DOUTORADO, TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO e Produção Literária: FASCÍCULO, LIVROS, ARTIGOS e RELATÓRIOS INSTITUCIONAIS.

**Fonte:** Professora Doutora *Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro*

**Colaboração:** Acadêmica Mestranda *Carla Silvane da Silva Costa*

05	LAURA LANDAU	“O hibridismo do artesanato quilombola do rio Andirá, Amazonas: análise da rede sociotécnica à luz dos saberes locais etnoecológicos”	Mestrado	Desenho Industrial	PPGCAS A (UFAM)	16.06.20
06	ANTÔNIA ÉRICA DA COSTA	“Mandioca é vida: estudo etnobotânico na comunidade de Santa Tereza do Matupiri – Rio Andirá (Barreirinha/AM)”.	Mestrado	Educação Agrícola	PPGEA (UFRRJ)	20.10.21
07	CARLA SILVANE DA SILVA COSTA	“Quilombos do Rio Andirá: análise dos processos socioculturais de educação”.	Mestrado	Pedagogia	PPGSCA (UFAM)	11.10.23
08	GEORGE ÍTALO FERREIRA DE OLIVEIRA	“Comunidade quilombola de Santa Tereza do Matupiri: autoimagem, construção sócio-histórica e territorial”.	Mestrado	História	PPGSCA (UFAM))	31.01.17

#### Quadro 04 - Quilombos do Rio Andirá: Produção Acadêmica e Literária-Doutorado

Nº	AUTOR	TÍTULO	NÍVEL	ÁREA ACADÊMICA	PPG's	DATA DEFESA
01	MARIA MAGELA MAFRA DE ANDRADE RANCIARO	“Os cadeados não se abriram de primeira: processos de construção identitária e a configuração do território quilombola do Andirá (Município de Barreirinha-Amazonas)”	Doutorado	Antropologia	PPGASUFAM	29.11.16
02	JOÃO MARINHO DA ROCHA	“Das sementes aos troncos: história e memória do movimento quilombola do Rio Andirá”.	Doutorado	História	PPGSCA(UFAM)	2019
03	GEORGE ÍTALO FERREIRA DE OLIVEIRA	“Quilombo do Matupiri/AM: conflitos, resistência e reconhecimento no Rio Andirá”	Doutorado	História	PPGSCA(UFAM)	14.10.21

04	PATRÍCIO AZEVEDO RIBEIRO	“Movimento indígena e quilombola e a política de assistência social no meio rural amazônico”	Doutorado	Serviço Social	PPGSS (UFPA)	Em andamento
05	MARINEZ FRANÇA DE SOUZA	“O movimento de resistência das mulheres quilombolas do Rio Andirá na luta por uma pedagogia Decolonial”	Doutorado	Pedagogia	PPGE (UFAM)	Em andamento

#### Quadro 05 - Quilombos do Rio Andirá: Produção Acadêmica e Literária-TCC

Nº	AUTOR	TÍTULO	NÍVEL	ÁREA ACADÊMICA	PPG's	DATA DEFESA
01	CARLA SILVANE DA SILVA COSTA	“Corpus que Educam- Processos Socioculturais De Educação: Conexões entre Saberes, Tradições, Memórias e História no Andirá, Barreirinha-Am”	TCC	Pedagogia	UEA	19.12.2019
02	ELEN MOURÃO DA SILVA	“Do Inferno à Paga: trajetória de vida de Manuel Eugênio da Silva, núcleo quilombola da Paga, Rio Andirá”.	TCC	História	UEA	19.12.2019
03	MARIA AMÉLIA DOS SANTOS CASTRO	“História Social da Produção Familiar da Comunidade Quilombola de Santa Tereza do Matupiri”	TCC	Agroecologia	IFAM	Finalizado
04	VANDERLANE VASCONCELOS DA SILVA	Protagonismos Quilombolas no rio Andirá-AM: uma análise a partir da trajetória de vida de Maria Amélia dos Santos Castros	TCC	História	UEA	2019
05	JUCINARA CABRAL DA SILVA	“História e Memória da Agrovila São Paulo do Açú: um olhar a partir da trajetória de vida de Benedito Antônio da Silva Barreirinha/AM.”	TCC	História	UEA	02.11.2017
06	INÊS CONCEIÇÃO PEDRENO	“Descrição linguística das falas de dois moradores de comunidades tradicionais do rio Andirá”.	TCC	Letras	UEA	2022
07	TARCYARA RAQUEL DOS SANTOS CASTRO	Lutas por Direito: Educação Escolar Quilombola	TCC	Pedagogia	UEA	Em andamento

**Quadro 06 - Quilombos do Rio Andirá: Produção Acadêmica e Literária-Artigos Publicados**

Nº	AUTORIA	ÁREA/LINHA DE PESQUISA	PRODUTO	TÍTULO: LIVRO/ARTIGO	EDITORACÃO	DATA/PUBLICAÇÃO
01	MARIA MAGELA MAFRA DE ANDRADE RANCIARO	Serviço Social	Livro	“Andirá: memórias do cotidiano e representações sociais”	Manaus: EDUA	2004
02	PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA-PNCSA (Coordenador Geral: professor Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida)	Mapeamento Social	Fascículo Nº 4	“Quilombolas do Andirá – Barreirinha/AM”. (Equipe de Pesquisa: Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro e Emmanuel de Almeida Farias Júnior).	Manaus: UEA/Rio de Janeiro: Casa 8	2014
03	MARIA AMÉLIA DOS SANTOS CASTRO	Comunidade Tradicional	Livro	“Trilhas percorridas por uma militante quilombola: vida, luta e resistência”. (Org.: Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro; ed.: Alfredo Wagner Berno de Almeida).	Rio de Janeiro: Casa 8	2016
04	MARIA MAGELA MAFRA DE ANDRADE RANCIARO	Antropologia	Livro	Quilombos do Andirá: das travas à abertura dos cadeados	Manaus: Editora Valer	2021
05	MARIA MAGELA MAFRA DE ANDRADE RANCIARO	Antropologia	Artigo	Construindo identidade: a memória coletiva e processos de formação dos quilombos do Andirá	Revista ZONA DE IMPACTO – Ano 19. Volume 2	2017
06	MARIA MAGELA MAFRA DE ANDRADE RANCIARO	Antropologia	Artigo	Processos Metodológicos da pesquisa de campo em comunidades quilombolas do Amazonas	Revista WAMON – Vol.4, Nº 2	2019
07	MARIA MAGELA MAFRA DE ANDRADE RANCIARO	Antropologia	Artigo	“ <i>Minha casa está plantada; ela ainda é uma árvore: desocultando saberes e afirmando identidade nos quilombos do Andirá</i> ”. In: <b>Museus Indígenas e quilombolas: centros de ciências e saberes</b> (p. 185-190).	Manaus: UEA Edições/PNCSA.	2017
08	JOÃO MARINHO DA ROCHA	História	Artigo	“Cultural e identidade quilombola: narrativas orais sobre festas populares e o processo de emergência étnica na comunidade de Santa Tereza do Matupiri, Barreirinha-AM”.	Revista MARUPIARA Edição/ CESP-UEA	2015

09	JÚLIO CLÁUDIO DA SILVA	História	Artigo	“Memória e identidade nos relatos dos quilombos da comunidade de Santa Tereza do Matupiri, Barreirinha/AM”.	Anais do XII Encontro/História de Oral. org.br/ Congresso /Piauí	2014
10	JOÃO MARINHO DA ROCHA	História	Artigo	“Filhas do Andirá: ancestralidade, memória e cultura nos processos de ressignificação Étnica no rio Andirá, quilombo Matupiri- Barreirinha/AM”.	Anais do XIII/ Encontro de História Oral/ UFRS	2016
11	JOÃO MARINHO DA ROCHA	História	Artigo	“Vozes da Mata. O Movimento Social Quilombola nas Memórias de Mulheres do Rio Andirá (2005-2018)”	Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas Volume 11, número 2, out./dez. 2019.	2019
12	JOÃO MARINHO DA ROCHA	História	Artigo	Florestas Culturais: Memória e Cultura nos processos de Emergência Étnica na Amazônia, Rio Andirá, quilombo Matupiri, Barreirinha-AM	Latin American Journal of Development, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 1501-1515mai. /jun. 2021.ISSN2674-9297.	2021
13	CARLA SILVANE DA SILVA COSTA	Pedagogia	Artigo	“Vozes que educam: narrativas de mulheres quilombolas sobre espaços socioculturais de educação - Santa Tereza do Matupiri, Barreirinha /AM”	Anais do 6º Emflor/Revista Educação e Humanidades -UFAM	2019
14	ALICE CONCEIÇÃO PEDRENO	Geografia	Artigo	“Diálogos que Educam: biografias quilombolas como possibilidades de conhecimento”	Anais Siscultura Anais do V SISCULTURA, realizado pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, no período de 22 a 25 de novembro de 2022.	2022
15	HAYNÁ ANDRADE	História	Artigo	“Memórias Quilombolas e Lutas por Direitos nas Narrativas de Maria Amélia dos Santos Castro”	Anais Siscultura Anais do V SISCULTURA, realizado pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, no período de 22 a 25 de novembro de 2022.	2022
16	JOÃO MARINHO DA ROCHA		Artigo	“Benedito Rodrigues, o preto que veio da África...”. nos rastros das memórias e histórias quilombolas na Amazônia”	European Academic Research-vol.X, Issue 5 / August 2022	2022

17	TARCIARA RAQUEL DOS SANTOS CASTRO	Pedagogia	Artigo	Protagonismos e Lutas por Direitos: (Re) Existência e Educação nas Memórias de Mulheres Quilombolas, Fronteira Amazonas/Pará	Anais Siscultura Anais do V SISCULTURA, realizado pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, no período de 22 a 25 de novembro de 2022.	2022
18	CARLA SILVANE DA SILVA COSTA	PPSCA/UFAM	Artigo	Narrativas das Mulheres dos Quilombos do Rio Andirá: Cultura e Movimentos Sociais na Amazônia	Anais Siscultura Anais do V SISCULTURA, realizado pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, no período de 22 a 25 de novembro de 2022.	2022

**Quadro 07 - Quilombos do Andirá: Relatórios Agroambiental e Antropológico para efeito de Titulação Fundiária do Território (relatório técnico de identificação e delimitação de território quilombola – RTID) = PROPONENTE: FOQMB - PROCESSO/INCRA Nº 54270.002546/2013 =**

Nº	AUTOR	TÍTULO: RELATÓRIO	ÓRGÃO EXECUTOR	DATA
01	Afonso Aníbal Brasil – Engenheiro Florestal. (Perito Federal Agrário e coordenador geral do RTID)).	“Relatório Agroambiental do Território Quilombolas do Andirá” (p. 01-122)	INCRA	Novembro/2016
02	João Siqueira – Antropólogo (Membro da Comissão que compõe os serviços do RTID)	“Relatório Antropológico das Comunidades Quilombolas do Rio Andirá” (p. 01-84)	INCRA	Novembro/2016

Dessa forma, poder-se-ia levar mais desenvolvimento em forma de conhecimento, através de um vasto repertório científico, que dentre os mais diversos temas, resguardam forte experiência em trabalho de pesquisa com grupos étnicos, abrangendo a produção e a divulgação de uma cultura específica denominada de “saberes tradicionais” no interior da Amazônia, onde estão situados os quilombos do Andirá, conforme relato do professor José Cláudio<sup>66</sup>:

[...] em 2021, ingressei na Universidade do Pará, lá tinha um Projeto de Mestrado sobre São Sebastião, quanto espaço de religiosidade, afirmação territorial étnica essa perspectiva de diálogo da antropologia, filosofia e sociologia, voltei para cá para fazer uma pesquisa[...] É uma satisfação muito grande estar aqui [no Andirá] como professor e pesquisador.

Nesses encontros entre saberes tradicionais e conhecimento científico nos deparamos com experiências de cientistas quilombolas a exemplo do professor/pesquisador, que desenvolveu pesquisas voltadas para essa realidade a respeito da qual refletiu sobre questões filosóficas, religiosas e antropológicas, dando sentido às práticas educativas, como descreve as legislações do ensino da história da cultura afro-brasileira.

Como pioneira entre a ciência e saber, a pesquisadora Magela Ranciaro no período de 1996 a 1999, realizou pesquisas no território do rio Andirá. Esses estudos serviram como análise dissertativa para o mestrado. O título da pesquisa, “Memórias do cotidiano e representações sociais de alienação em povoados rurais amazônicos”, foi realizado em três comunidades, dentre elas, a de Santa Tereza do Matupiri; uma comunidade quilombola, todavia, naquele momento, sem o reconhecimento jurídico que a identificasse como *comunidade remanescente de quilombos*.

Essa condição de reconhecimento identitário, está de forma afirmativa no livro “Trilhas percorridas por uma militante quilombola: vida luta e resistência”, que tem como autoria Maria Amélia dos Santos Castros. Em um dos registros a autora se diz saber que era quilombola, pois ainda criança, no final da década de 60, em diálogo com o Padre Henrique, responsável pela Prelazia de Barreirinha-AM, teria dito: “Lourdinha, você é negra porque você não é daqui, a família de vocês, é isso, veio de fora... Então, vocês são negros valorizados, vocês são negros de história, vocês têm muita história na vida para contar sobre o que aconteceu” (Castro, 2016, p. 21-22).

Mesmo conhecendo a fala de Maria Amélia, Rocha e Freitas (2022), em seu artigo “Benedito Rodrigues, o Preto da África... Nos rastros das Memórias e Histórias quilombolas na

---

<sup>66</sup> José Cláudio T, Guimarães, 50 anos. Formado em Pedagogia pela UEA, mestrando no Programa de Pós-Graduação Ciência da Religião-UEPA. Pedagogo da Escola Quilombola Santa Tereza do Matupiri. *Entrevista*, novembro de 2022. Quilombo Santa Tereza do Matupiri.

Amazônia,” os autores buscam entender como se deu a construção dessa identidade; suas formas de aprendizado a partir dos primeiros passos quando da construção do conhecimento acerca de sua autoidentificação compreendida sob a designação histórica de *quilombola*. Para esse entendimento, os autores dividem suas análises em quatro momentos para, desta feita, explicar como se deu o fim da invisibilidade e o início da luta pela real condição de descendentes do ex-escravizado, o angolano Benedito Rodrigues da Costa:

I-A primeira movimentação veio das comunidades de São Paulo e Boa Fé, coordenado pelo senhor Efraim Rodrigues. Segundo relatos, este teve contatos com a União de Negros pela igualdade-UNEGRO/AM, uma vertente do Movimento Negro em Manaus, por meio do Vereador Aderaldo da cidade de Barreirinha<sup>67</sup>.

Antes do reconhecimento identitário, os representantes do movimento organizativo se reuniram tendo por objetivo firmar seus propósitos e, através das reivindicações, consolidaram suas identidades, tendo por base os pactos firmados, momento em que, superando a invisibilidade, os compromissos políticos começaram a dar notoriedade aos quilombolas.

II-A segunda movimentação veio da comunidade Trindade, tendo à frente os irmãos Freitas de Castro (João, Nicanor, Tiniel, Adelson, Luís e Esmeraldina sua Mulher). Tiveram assessoria de um certo Adel, da cidade de Barreirinha e acompanhamentos do Filósofo, militante do Partido dos Trabalhadores e Funcionário Público, lotado da Secretaria de Fazenda de Parintins, Antônio Andrade<sup>68</sup>.

Observa-se que em cada local há uma liderança responsável por organizar o grupo, cujos direitos foram sendo paulatinamente conquistados e, em meio a uma complexa teia de interesses outros, o movimento vai ganhando organicidade quanto às conquistas consubstanciadas pela aquisição de suas terras tradicionalmente ocupadas, bem como vão sendo fixados outros direitos étnicos do ponto de vista da cultura, religião, da educação e do folclore.

O terceiro movimento é citado na obra de (Siqueira, 2016 apud Rocha; Freitas 2022):

III-A terceira movimentação veio da comunidade Santa Tereza do Matupiri. Tem como agente externo, a pesquisadora da Fiocruz Amazônia, Ana Felícia Hurtado Guerreiro, colombiana, professora da Universidade do Estado do Amazonas-UEA, lotada na Escola de Saúde em Manaus. Em 2005 desenvolvia pesquisas sobre saúde de populações negras rurais na Amazônia, com experiência pelo Pará, [...]. Teve conhecimento de tais realidades em Alenquer-PA por ocasião do evento de mobilização social e política, realizado pelas associações quilombolas do oeste paraense desde a década de 1980 denominado de “Raízes Negras”. Destacamos que esta pesquisadora despertou nos moradores os primeiros sentimentos de organização política em torno da busca pelos direitos depositados no artigo constitucional. Orientando-os para organizar suas lutas a partir de uma Federação e não mais

<sup>67</sup> Conferir: Rocha e Freitas (2022, p. 1174).

<sup>68</sup> Idem.

associação fechada em uma comunidade apenas, como vinha ocorrendo até então. Sobre a criação da FOQMB, Maria Cremilda Rodrigues dos Santos nos informa desde os primeiros acessos da pesquisadora Ana Felícia que havia ido ao Andirá e precisava de alguém para gerir tal órgão. No caso os parentes do Matupiri buscaram Cremilda que na ocasião trabalhava como técnica de enfermagem em Barreirinha.

Nesse processo, as mudanças incidem também nos propósitos das lideranças; um dado notoriamente perceptível, sobretudo quando os trabalhos de pesquisa são implementados no quilombo, condição necessária para agregar conhecimento e impor certa firmeza quando da luta por direitos étnicos e territoriais. Em meio à realidade vivenciada nos quilombos, a entrada das Universidades passou a ser um marco importante para o desenvolvimento cultural desses territórios étnicos.

IV- A quarta e mais recente movimentação foi registrada a partir de 2012 e veio do quilombo de Santa Tereza do Matupiri, em conjunto com as demais. Teve como agentes externos sujeitos envolvidos com o PNCSA, por meio da pesquisadora Maria Magela de Andrade Ranciaro que como já informado, desenvolvia pesquisas para compor tese de doutorado junto ao Programa de Antropologia Social PPGAS/UFAM, tendo como objeto de estudo os processos de Territorialização quilombola no rio Andirá. Maria Amélia que já fazia parte da FOQMB como conselheira desde a gestão de Maria Cremilda, é eleita “Presidenta da Federação”. Nesta fase, assumiu a função por dois mandatos (2012-2014 e 2014-2016). É nesta etapa que os processos para certificação, paralisados junto aos órgãos em Manaus, são retomados a partir de provocações das lideranças locais na pessoa de Maria Amélia e a decisiva mediação dos novos agentes externos. A partir de 2016 torna-se articuladora desse órgão, mantendo vivas as redes construídas ao longo do movimento e produzindo diálogos entre as realidades quilombolas do Amazonas (Rocha, Freitas; 2022, p. 1774-1776).

Com as atividades de mapeamento social e do curso de GPS que capacitou um grupo de agentes sociais, tornando-os aptos para a identificação e ordenamento do território, estas ações realizadas pela Nova Cartografia da Amazônia-PNCSA, resultou na elaboração de croquis pelos participantes da Oficina de Mapeamento Social. Conseqüentemente, isto contribuiu para estabelecer estratégias de resistência ao se ter a correta compreensão do perímetro territorial, dos recursos naturais, das relações de sociabilidade, dos aspectos culturais, bem como identificaram-se aquelas áreas de conflito agrário ocasionado pelos agronegócios. Na atualidade, sob o ponto de vista dos pesquisadores, o conjunto dessas questões constituem o repertório analítico, resultado do esforço de e reflexividade que perpassa a produção científica em que os agentes sociais propiciam importantes dados que compõem a pesquisa empírica numa franca articulação junto às redes de acesso que promovem direitos desse grupo étnico.

Dessa forma, entende-se que os agentes sociais ao se capacitarem passam a ter o entendimento de suas condições ao reivindicarem seus direitos étnicos. Diante desse contexto

e em constante contato com tais comunidades, em 2010, Ranciaro é informada sobre uma organização de um movimento quilombola no rio Andirá.

*O Fascículo Quilombos do Rio Andirá* de (Almeida, et al 2014), é o produto resultante do mapeamento social coordenado por pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA. Em linhas gerais, no referido Fascículo há relatos que informam sobre o processo de construção da gênese social dos quilombos do Andirá, a saber: (a) *genealogia* – a partir narrativa de *Seo Benedito* (filho), o mesmo relata sobre a historicidade de seu avô, vindo de *Angola, como escravo dos portugueses*, no fim do processo de escravização, sendo o primeiro negro a chegar na comunidade do Matupiri, lugar onde conheceu a *indígena Gerônima Sateré com quem se casou e dessa união nasceram cinco filhos, dando início a uma genealogia*, ponto crucial de formação e permanência em dias atuais no quilombo do Andirá; (b) *a preservação da floresta e do território quilombola* – as vozes dos agentes sociais foram imprescindíveis para a materialização das histórias e memórias que compõem os argumentos constantes do Fascículo, cuja historicidade desconstrói o arcabouço de produções descritivas das realidades, notadamente monótonas que tem impregnado os trabalhos de cunho historiográfico. Contrário a isso, o processo engendrado através da história oral, ou seja, das narrativas dos agentes sociais chamam atenção para a relevância que deve ser dada pela ótica da percepção histórica acerca do fator identitário.

O primeiro estudo de Ranciaro (2021) como tese de doutorado sob o título *Os cadeados não se abriam de primeira: processos de construção identitária e a configuração do território quilombola do Andirá (Município de Barreirinha-Amazonas)*, escreve a autora que, em 2004, quando de seus estudos sobre as comunidades do rio Andirá, até aquele momento os agentes sociais, por não terem sua identificação como *quilombolas*, os mesmos foram analisados sob a designação genérica de *ribeirinhos*. Por esse motivo, ao retornar ao Andirá em 2013, ao longo da pesquisa de campo para elaboração de sua tese, Ranciaro buscou “entender por que os agentes sociais, antes identificados segundo a categorização de *ribeirinhos*, agora, reivindicavam sua identidade quilombola” (Ranciaro, 2021).

Esses acontecimentos configuram como o marco temporal e histórico da “passagem” do processo que consistia pelo não reconhecimento identitário dos agentes sociais. Os agentes se situavam na condição de invisibilizados, ou seja, à margem de direitos étnicos, a respeito do processo de construção de identidade étnica face a seus direitos enquanto quilombolas.

O Artigo 68/ADCT, da Constituição Federal de 1988, foi determinante para a identificação dos fatores históricos e étnicos, por parte do movimento político-organizativo movido pelos anseios de lutas e provedor das conquistas, marco reconhecimento ao se

autodeclararem como remanescentes das comunidades de Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, São Pedro, Itaquara e Trindade.

Por se tratar de questões étnico-raciais o estudo desempenhou valiosa descoberta, além de outras pesquisas em que os argumentos informam sobre as disparidades das lutas, bem como apontam as formas de resistências, cujos conteúdos complexos, de natureza transversal, tem por propósito a possibilidade de superar as desigualdades raciais e sociais no país por meio das discussões desencadeadas através dos movimentos organizativos. A exemplo disso, há que destacar a narrativa da professora Tarcyara Raquel dos Santos Castro<sup>69</sup> que ao explicitar suas reivindicações por direitos étnicos, confessa: “Tem questão que a gente bate de frente, a gente já conhece um pouco dos nossos direitos”<sup>70</sup>.

As ideologias que tomaram formas de pensamento e conhecimento a respeito do contexto identitário dos territórios tradicionais na Amazônia se constituem como a “Nova Identidade Quilombola” como destacam Almeida, 2008; e Rocha, 2019. Por isso, conhecer a Amazônia e suas localidades em minuciosos hábitos, é interpretá-la em inúmeros aspectos, isto é, um percurso que exigirá entendimento profundo sobre diversidade cultural nela (r)existente as densas interpretações (Geertz, 2008).

Para Barbosa (2013), compreender *um perfil lexical do português*, e as variedades linguísticas existentes nas remanescentes comunidades quilombolas do rio Andirá é trazer a *simbologia linguística*, de expressões regionais e práticas que ressignificam antigos costumes. Esses costumes são criados por todas as culturas humanas tanto atuais e como as do passado, valorizando o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana dispostos na Lei 10.639/2003.

Neste contexto a língua é um elemento essencial na interação cultural e social com o meio, pois está interligado à questão da cultura e de sociedade nos espaços das comunidades negras rurais. Entre diversas interpretações que sequenciam a história social dos quilombos do rio Andirá, *o Relatório Antropológico (2016)*, de João Siqueira, é o resultado da elaboração de um documento que teve como objetivo organizar partes técnicas do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de Território Quilombola-RTID. Material que serviu como suporte para análise das outras formas técnicas que compõe o RTID.

Estruturado em quatro partes, o documento compõe dados relacionados ao município de Barreirinha, com enfoque no contexto histórico, sociopolítico, situação etnográfica,

---

<sup>69</sup>Tarcyara Raquel dos Santos Castro. 38 anos. Formada em Geografia pela UEA – 2012, Cursa Licenciatura em Pedagogia CESP-UEA. É representante da Conaq/AM – Coletivo de Educação Escolar Quilombola, Entrevista, novembro de 2021. Parintins, AM.

<sup>70</sup> Idem.

regularização fundiária do baixo Andirá, mobilizações das organizações que articulam as comunidades e suas respectivas lideranças.

Os impasses fundiários surgem das mobilizações que reivindicam a demarcação de terras tradicionalmente ocupadas. Tais mobilizações iniciaram por volta de 1978, juntamente a outros setores da sociedade civil organizada, com propósito de garantir o sustento e forma econômica encontrada pelos moradores daqueles territórios.

O servidor Antônio Andrade, da Receita Federal, participou da ação juntamente com alguns professores da Universidade do Estado Amazonas em 2005. Essas pessoas colaboraram com o propósito da elaboração de documentos viabilizando o pedido de reconhecimento das comunidades. Perante esse acontecimento no mês de fevereiro do ano de 2009, possibilitou a criação da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha-FOQMB, tendo como primeira presidente Maria Cremilda Rodrigues, no período de 2009-2011, considerada responsável por representar e mediar a comunicação e manifestação formal específica do grupo étnico a que pertence essa entidade.

A FOQMB, tinha como representante Maria Amélia dos Santos Castro, desse modo, foi possível iniciar e formalizar o processo de pedidos de reconhecimento étnico das comunidades quilombolas do rio Andirá, sendo posteriormente reconhecidas oficialmente em outubro de 2013 junto à Federação Cultural Palmares-FCP.

A partir do reconhecimento das cinco comunidades declaradas sob a designação de *quilombola*, tornar-se-ia viável a questão quanto ao apoio destinado à política educacional, sobretudo em decorrência das precárias condições do ensino. De acordo com os agentes sociais, as dificuldades são inúmeras, seja do ponto de vista do quadro profissional quanto às condições de estrutura física das escolas, entre outras defasagens no que diz respeito à merenda escolar e material didático apropriado para a educação escolar quilombola. Deste modo, de acordo com os relatos obtidos ao longo do trabalho de campo, tais situações são absolutamente precárias, exigindo-se do poder público ações emergenciais destinadas às escolas daquela região. Aliás, em período muito recente, os professores sentiam-se obrigados a improvisar lugares embaixo de árvores para repassarem os conhecimentos aos alunos que deveriam, por dever de ofício, ter acesso à educação pública de qualidade destinada a crianças, jovens e adultos.

Um dos gêneros literários que vislumbra parte dessa história social dos quilombos de Barreirinha, diz respeito à Coleção “Narrativas Quilombolas”, responsável pela publicação da obra intitulada *Trilhas percorridas por uma militante quilombola: vida, luta e resistência*

lançada em 2016<sup>71</sup>. Trata-se do livro que tem como autora a Sra. Maria Amélia dos Santos Castro, grande liderança e protagonista do movimento político-organizativo dos quilombos do Andirá. Aliás, naquele momento (2016), Maria Amélia respondia, inclusive, como presidente da Federação da Organização Quilombolas do Município de Barreirinha-FOQMB. Conhecida carinhosamente como “dona Lurdes”, suas recordações são tão emblemáticas que parecem surreais diante da simplicidade de quem vive na roça, todavia, como registrado na referida obra, se tem ali a força da expressão e a grandeza de uma mulher: mãe, amiga e exímia militante quilombola.

Com propósito de promover mudanças substanciais face à realidade das comunidades quilombolas, seja em relação àquelas políticas educacionais ou no sentido de combater as invasões ao território, via de regra, atualmente ocupado pelos agronegócios vinculados à exploração de madeiras, à pecuária ou àquelas empresas de exploração da pesca predatória, Maria Amélia alia-se à luta pela preservação do território e solicita junto ao INCRA a realização do RTID, trabalho este concluído em 2016, e previamente necessário para a emissão oficial da titulação das terras tradicional e historicamente ocupadas pelos quilombos. Na luta pela defesa e preservação do meio ambiente, Maria Amélia, para além de profunda conhecedora das técnicas de plantio e colheita, da extração da mandioca e fabricação de farinha, entre outros, ela, atualmente (2023), formou-se no curso superior de Agroecologia pelo Instituto Federal do Amazonas-Campus/Zona Leste-IFAM/ZL.

Em suas lutas contra o preconceito e pelos direitos da mulher negra e quilombola, Maria Amélia fez jus à sua descendência, demonstrando coragem, humildade e bravura diante aos desafios, conforme ela mesma ressalta: “Vou lutar pelo direito às terras, eu só vou parar quando um dia, como eu sempre digo: Eu quero ser Zumbi, só parar de lutar quando eu morrer!”<sup>72</sup>.

Perante os conflitos e conquistas, existem também os repertórios acadêmicos analisados que evidenciam a questão territorial, pelo reconhecimento étnico, uma vez que o território adquire sentido significativo quando se trata de terras tradicionalmente ocupadas, berço dos grandes acontecimentos e, portanto, palco de luta e resistência, traduzidas em “defesa e força”. Isto se traduz num sentido grandioso de valor quanto ao sentimento de pertença, de

---

<sup>71</sup> A presente obra pertence a Coleção “Narrativas Quilombolas” elaborada pelo PNCSA- Amélia, Maria. Trilhas percorridas por uma militante quilombola: vida, luta e resistência! /Maria Amélia; Maria Magela Mafra de Andrade Ranciano, org.; Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed.; Juliene Pereira dos Santos, trans. – Rio de Janeiro: Casa 8, 2016. 120 p.: il. color.; 25 cm. (Narrativas quilombolas; n. 5)

<sup>72</sup> Maria Amélia dos Santos Castro. Entrevista. Dezembro de 2021, Manaus-AM.

manifestações políticas e de construção de um passado de questões étnico-raciais dos “povos tradicionais”, que passam a construir a autoimagem dos quilombolas do Matupiri.

Oliveira (2017), em sua pesquisa de mestrado se propôs investigar situações a respeito de *reconstituir a autoimagem sobre a construção histórica e territorial da Comunidade Santa Tereza do Matupiri* destacando mais um estudo investigativo, por compreender as historicidades que nascem por meio das narrativas quilombolas, bem como as trajetórias de luta e resistência dos atores sociais e conexão de redes de solidariedade que se estabelecem entre os moradores daquela localidade, integrando-se aos meandros amazônicos.

Os estudos do quilombo do Andirá, são também analisados na tese, *Comunidade Quilombola de Santa Tereza do Matupiri/AM: conflito, resistência e reconhecimento territorial no rio Andirá*. Na pesquisa, são inseridos os descendentes negros que resistem e lutam a favor das comunidades negras do quilombo. O estudo também enfatiza assuntos sobre a Educação Escolar Quilombola do quilombo Matupiri, em que a Federação tem como meta principal, educação de qualidade para as comunidades e núcleos quilombolas (Oliveira, 2021).

Rocha (2019), em sua tese *Das Sementes aos Troncos: História e Memória do movimento quilombola do Rio Andirá*, analisa a relação entre os processos de construção da identidade étnica e as territorialidades quilombolas no Andirá. A investigação traz apontamentos que identificam os mecanismos, formas de conhecimentos, saberes interculturais, história por meio das memórias, e das inúmeras lutas instituídas pelo movimento social quilombola. Desta forma, esses agentes criam e ressemantizam suas biografias, suas trajetórias, e processo de construção da nova identidade étnica e territorialidade.

Rocha (2019), ainda explica que o “Movimento social quilombola” é o principal operador diante dos “cenários de direitos” e, tem como finalidade, reforçar a identidade étnica e cultural. Semelhante ao que observamos no movimento negro brasileiro, que se mostrou alavancador no manifesto de lutas e conquistas em prol da comunidade negra no estado brasileiro. Esse processo, presente na história e memória são categorias elementares que produzem conexões, constitui-se como instrumentos de lutas contra as desigualdades e inclusões sociais.

A memória oral é um poderoso documento que captura uma parte da história de uma comunidade, sociedade ou cultura. Ela consiste nas narrativas, histórias, tradições. É um testemunho direto do passado e desempenha um papel importante na preservação e na compreensão da história, tudo isso leva ao “conhecimento histórico dos processos históricos de luta pela regularização dos territórios tradicionais dos povos quilombolas” (Almeida, 2011; Rocha, 2019).

Costa (2019), problematizou no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado, *Corpos que Educam: processos socioculturais de educação: conexões entre saberes, tradições, memórias e história no Andirá, Barreirinha-AM*, conhecer e compreender como os agentes sociais, em especial as cursistas e professor(as) da EJA, observavam a forma como se perpetuavam as culturas tradicionais, ressignificando e valorizando os costumes e saberes.

O envolvimento sociocultural presente nas danças são alguns dos elementos que categorizam a representatividade das comunidades negras no Andirá, tais como: a Onça-te-Pega, o Lundum, o Carimbó e o boizinho Trinca-Terra. As práticas são manifestações ocorridas entre crianças e adultos, juntos realizam contagiante apresentação de caráter único, literalmente digna, reconhecida como riquíssima forma de aprendizagem, voltada para o contexto de realidades e configuradas pelo meio cultural das comunidades remanescentes de Barreirinha (Costa, 2019).

Estas simbologias exercem a função de desenvolver métodos educativos, para os/as, dos/das, que educam sobre si. A metodologia lhes ensina que a cultura (os processos socioculturais), provém dos aspectos de origem, que intrinsecamente se ligam às diversas formas de cultura, bem como a dança passa a ser um componente originário para além de um simples ato de dançar. Estas manifestações, oriundas de tradições africanas, incorporadas pelos agentes sociais ali alocados, designam representatividade étnica, definida como capital cultural, visto se tratar de práticas que incorporam simbolismos, compreensões das relações de interdependência por meio dos processos corporais, ao tempo em que expressam formas de subjetividade face à aquisição de conhecimentos e saberes tradicionais.

As manifestações sobre a Educação Escolar Quilombola se dão por via de reivindicações quanto à garantia de um currículo que obtenha historicidade sociocultural, bem como se materialize através dos métodos de aprendizagem que resgatem as tradições e origens africanas, de inúmeras práticas culturais coletivas. Nesse viés, a dança, memória, práticas culturais, a territorialidade e ancestralidade estão diretamente ligados à educação quilombola em conformidade com a Resolução, definida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (Brasil/2012). É um tipo específico de educação que busca atender às necessidades e características das comunidades quilombolas, levando em consideração suas histórias, culturas e tradições, com o propósito de oferecer um ambiente educacional inclusivo, culturalmente relevante e que promova o respeito à diversidade e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O Trabalho de Conclusão de Curso de Silva (2019), procurou investigar por meio das memórias as trajetórias de vidas de sujeitos da pesquisa, a exemplo de Manuel Eugênio,

morador do núcleo da Pagoa, que contribuí, direta e indiretamente, para historicizar a reconstrução dos quilombos do rio Andirá. O referido trabalho teve como título “Do Inferno à Pagoa: trajetória de vida de Manoel Eugenio da Silva – núcleo quilombola da Pagoa/Rio Andirá”.

Os estudos sobre quilombos de Barreirinha, desenvolveu a produção dissertativa de mestrado intitulada *Território e Redes Vivas de Saúde Numa Amazônia Quilombola*, de Silva (2019), que analisou as redes vivas de saúde produzidas na comunidade Santa Tereza do Matupiri, tendo com objetivo “conhecer os diferentes territórios e suas redes existenciais e desafios para as pesquisas de caráter social e ambiental”.

*O pulso das Águas e o processo à rede de emergência da população ribeirinha na região do Baixo Amazonas*, pesquisa de mestrado, realizada por Santos (2020) buscou compreender as potencialidades do elemento água como forte influência, subsistência, ressignificação, ligação e comunicação dos modos de vida dos quilombolas do rio Andirá. A pesquisa hidrológica, contribuiu para tornar evidente as formas de vida dos quilombos e suas relações estabelecidas e existencialmente criadoras de conexões envolvidas no cotidiano cultural, gerando redes espontâneas quando da conexão entre produção de conhecimento, trocas, saúde, cuidado e vida nos territórios amazônicos.

Landau (2020), defendeu o trabalho de mestrado que versa sobre *Os Híbridos Do Artesanato Quilombola do Rio Andirá, Amazonas: análise da rede sociotécnica à luz dos saberes locais e etnoecológicos*. Tendo por base esse tema, a autora tece considerações a respeito das redes de solidariedades estabelecidas, com destaque à rede sociotécnica que sustenta a produção de objetos artesanais de comunidades quilombolas do Rio Andirá de Santa Tereza do Matupiri, Ituquara e São Paulo do Açu. Nessas localidades, os agentes sociais desenvolvem práticas do “fazer artesanal”, bem como a vassoura, paneiro, peneira, tipiti e diversos artefatos de barro que se consolidam como determinantes para subsistência daqueles núcleos familiares.

Landau (2020) assinala que a prática artesanal desenvolvida pelos remanescentes quilombolas, constrói uma rede de solidariedade estabelecida pela rede sociotécnica, considerada como “Bem Viver”, como alternativa para o desenvolvimento nascido a partir da cultura e modos de vida dos grupos indígenas e comunidades tradicionais (quilombolas).

Sousa (2021), em seu trabalho de mestrado apresentou a temática *Mandioca é vida: estudo etnobotânico na comunidade de Santa Tereza do Matupiri-Rio Andirá (Barreirinha/AM)*. Esta análise permitiu identificar possibilidades, demonstrando limites encontrados nas experiências dos agricultores da comunidade, bem como evidenciaram-se os

processos empíricos da produção da mandioca. Neste sentido, a produção da mandioca, visto se tratar de uma atividade alternativa em face dessa prática cultural oriunda dos povos da Amazônia. Nesse processo, a mandioca tem relação de interdependência, estabelecida pela prática sociocultural dos agricultores do quilombo do Matupiri.

Pedreno (2022), em seu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *Descrição Linguística das falas de dois moradores de comunidades tradicionais do rio Andirá*, apresentou a existência de grupos sociais que se deslocaram para essa região, sendo hoje auto reconhecidos com comunidades tradicionais ou remanescentes de quilombos. Dessa forma, trabalhou com duas trajetórias de vidas: uma diz respeito ao descendente de angolanos, na pessoa de Adelino P. de Castro; e outra de espanhóis, representado por Raimunda Pedreno, fato que possibilitou ao autor tecer análises das variantes linguísticas.

A pesquisa de doutorado de Patrício Ribeiro, problematiza o tema em questão *Movimento Indígena e Quilombola e a Política de Assistência Social no Meio Rural Amazônica; Assistência Social do Meio Rural*. A tese consiste numa proposta de estudos sobre os movimentos sociais de povos indígenas e quilombolas cuja análise ressalta a defesa, o acesso a direitos e as políticas públicas no meio rural amazônico, com destaque à Política de Assistência Social (PAS). Tudo pode ser observado através dos trabalhos realizados por meio de pesquisas, ou seja, das produções acadêmicas sobre os quilombos do Andirá (1999-2000?).

### **3.3 Histórias e Memórias: narrativas de alunos e professores quilombolas (2018 -2019)<sup>73</sup>**

A História Oral que versa esta sessão, fora obtida através da materialização das vozes durante o processo metodológico das pesquisas realizadas com agentes sociais quilombolas durante as minhas primeiras viagens (2018-2019), aos quilombos do Andirá. As viagens tinham como finalidade, conhecer acerca do estudo na época enquanto acadêmica do curso de pedagogia pela Universidade Estadual do Amazonas CESP-Parintins e bolsista pelo Projeto de Iniciação Científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas-FAPEAM.

No decorrer dos diálogos, as pessoas relatam suas experiências educacionais da EJA, inserida no processo sociocultural e, à luz da oralidade, da conexão entre cursistas, professores

---

<sup>73</sup> As narrativas dos alunos (as) e professores (as) quilombolas, foram analisadas durante a realização do projeto de Iniciação Científica (PAIC/UEA/FAPEAM, 2018-2019) intitulado “Realidades Socioeducacionais Históricas, Referenciadas Contemporaneamente como Quilombos: Andirá, Barreirinha-AM” e fazem do meu TCC - Corpos que Educam - Processos Socioculturais de Educação: Conexões Entre Saberes, Tradições, Memórias e História no Andirá, Barreirinha-AM. 2019.

e a realidade quilombola ressaltam a sua condição de “sujeitos de direitos” (Rocha, 2019). As narrativas compõem a memória, a história oral síntese das práticas de educação dos agentes sociais. São dados que possibilitam conhecimento e reconstituição da história individual e coletiva dos quilombos do Andirá: Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, Trindade, São Pedro, Trindade e os núcleos quilombolas de Pagoa, São Paulo, Lírio do Vale e São Marcos.

Naquele momento, buscava-se, através das narrativas de professores e cursistas da Educação de Jovens e Adultos-EJA, avaliar aplicabilidade da Lei 10.639/2003 da Educação Escolar Quilombola e conteúdos didáticos ministrados. Foi importante trabalhar com o grupo, por possibilitar o alcance das vivências, experiências e conexões com as legislações brasileiras pertinentes e já apresentadas.

Para dar sentido à história social (Castro, 1997; Barros, 2005), voltam-se para a história do negro no pós-abolição (Rios; Mattos, 2004), ressaltando o protagonismo dos agentes que constroem cotidianamente os processos educacionais no Quilombo de Santa Tereza do Matupiri, afirma: “A História Social pode ser elaborada [...] do ponto de vista de uma Micro-História, que se aproxima para enxergar de perto o cotidiano das trajetórias individuais” presente na ótica de Barros (2005, p. 18).

A memória materializada através das vozes, da arte, da transmissão das histórias construídas por homens e mulheres que reacenderam seus sentimentos, suas emoções, permanecem presentes por meio das recordações guardadas. Sendo estas repassadas de geração a geração e recheadas de acontecimentos que marcaram as vivências e experiências dos protagonistas, relativas a questões socioeducacionais.

[...] movimento peculiar à arte de contar, de traduzir em palavras as reminiscências da memória e a consciência da memória no tempo. São importantes como estilo de transmissão, de geração para geração, das experiências mais simples da vida cotidiana e dos grandes eventos que marcaram a História da humanidade. São suportes das identidades coletivas e do reconhecimento do homem como ser no mundo. Possuem natureza dinâmica e como gênero específico do discurso integram a cultura de diferentes comunidades. São peculiares, incorporam dimensões materiais, sociais, simbólicas e imaginárias [...] (Delgado, 2010, p. 22).

A metodologia da História Oral desenhou-se nesta pesquisa a partir dos primeiros diálogos relativos às vivências e experiências de vida dos professores, além de posicionar para melhor compreensão e transmissão da história de seu povo, como também de conhecimento das realidades contemporâneas dos quilombolas do Rio Andirá, fato a respeito do qual podemos citar os seguintes professores: Jovan Pedreno, José Lázaro, Tarcísio Castro, Maria da Penha e Janete Santos e cursistas da Educação de Jovens e Adultos: Benedita Castro (in memorian), Celina Viana, Maria Amélia, Hilda Castro e Valdemira Pinheiro da Silva.

Esses sujeitos que florescidos por atos, arte, narrativa, histórias, partem através das memórias construídas sobre um tempo, de conhecimentos descritos por esses personagens, que lembram de suas trajetórias educacionais e modos de vida. Suas narrativas, contribuem para a formação de arquivos de conhecimento, sobre as questões educacionais nos Quilombos do Andirá, pois, “a História Oral é uma metodologia de pesquisa e fonte para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, [...] consistindo na realização de entrevistas gravadas com indivíduos[...]” (Aberti, 2005, p. 55).

Para Pollack (1992), “a memória é uma construção social que se constitui de lembranças e sentimentos de identidade, tanto individual como coletiva”. Assim, as narrativas do Andirá evidenciam experiências que informam significados da cultura para a identidade étnica quilombola.

Narrativas, sujeitos, memórias, histórias e identidades, são informações das narrativas dos protagonistas educacionais do Andirá que, na verdade: “são a humanidade em movimento, olhares que permeiam tempos heterogêneos, história em construção e memórias que falam” (Delgado, 2010, p. 23).

As falas, as pessoas e toda as suas experiências, apresentam os movimentos de suas ações invisibilizados, que atuam compartilhando um valoroso registro na arte da comunicação; ouvindo, escutando e transmitindo por variados meios, bem como nas rodas de conversas, nas festas tradicionais, nas práticas socioculturais, ou nas manifestações de um processo educacional daquela região de professores e estudantes quilombolas.

O primeiro corpus de entrevistas ocorreu em agosto de 2018, em Parintins, com a liderança Maria Amélia, na ocasião do I Simpósio Afro-indígena do Baixo Amazonas promovido pelo NEAB. Essa entrevista deu suporte para futuros diálogos de idas e vindas ao Andirá.

O segundo corpus de entrevistas, aconteceu em novembro de 2018, na comunidade Santa Tereza do Matupiri, fruto de uma viagem promovida pelo projeto de iniciação científica, do PAIC/FAPEAM, como objetivo de conhecer as realidades educacionais e históricas dos quilombos do Andirá de Barreirinha-AM. O objetivo era historicizar e ouvir as vozes daqueles quilombolas, “a partir de metodologias como a história oral, que nos permite acesso às culturas, sociedades e subjetividades” (Rocha, 2019. p. 24). Na comunidade fomos recebidos pelo presidente da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha-FOQB, o senhor Tarcísio dos Santos Castro.<sup>74</sup>

---

<sup>74</sup>Tarcísio dos Santos Castro. 56 anos. Agricultor, professor por formação, ex-presidente da Federação Quilombola tendo assumido 4 anos de mandato, à frente da federação dos quilombos em Barreirinha.

O terceiro corpus, foi registrado em outubro de 2019, momento em que tivemos a oportunidade de conhecer todas as comunidades quilombolas. Tivemos como mentor o Professor João Marinho da Rocha e a ilustre companhia de Maria Amélia dos Santos Castro, além dos bolsistas: Leonardo Cabral (*in memoriam*), Inês Pedreno e Elen Mourão. Na ocasião, visitamos as comunidades quilombolas para devolução da tese “Das sementes aos troncos: história e memória do movimento social quilombola do Rio Andirá” (Rocha, 2019), e apresentação do projeto institucional de extensão-PROGEX (2019-2020), intitulado “Memória, Saberes e Patrimônio”, realizado junto às escolas dos quilombos do Andirá, que está na sua 4ª edição.

O quarto corpus ocorreu entre dezembro de 2021 e novembro de 2022. A primeira parte deste corpus ocorre em Parintins, na casa do estudante da Universidade do Estado do Amazonas onde tive a oportunidade de entrevistar a professora de geografia Tarcyara Raquel dos Santos Castro. Posteriormente pude conseguir uma nova entrevista com Maria Amélia dos Santos Castro, vice-presidente da FOQMB, em sua residência no bairro de Nova Vitória em Manaus-AM. Em novembro de 2022, objetivando coletar mais entrevistas, em acertado momento cultural-festivo<sup>75</sup>, juntamente com acadêmicas da Universidade do Estado do Amazonas-UEA/Parintins e, novamente o professor João Marinho, fui até os quilombos Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, onde pude realizar uma série de entrevistas com os agentes sociais, quais sejam: Edicleuza Costa Ribeiro, Elbim dos Santos Tavares, Eurides Conceição da Silva, João Xisto de Castro, José Cláudio Trindade, Renan Carvalho da Silva e Núbia.

Através das narrativas podemos ter ciência que não há concurso para os professores que atuavam em Santa Tereza, visto que os mesmos eram indicados por segmentos políticos sequer eram formados para suas lotações em sala de aula. Alguns não possuem relações sociais, afetivas e históricas com as comunidades, como também não apresentam conhecimentos básicos em suas formações para ministrar assuntos inerentes à História da África e da Cultura afro-brasileira.

Tarcísio dos Santos Castro, apresenta sua história: “*Meu nome é Tarcísio dos Santos Castro, eu nasci e me criei aqui, até os nove anos*”<sup>76</sup>. Em descrição sobre suas raízes, percebemos que ele acredita na educação como processo de contribuição e transformação social quando afirma: *Quem morava aqui, no máximo que estudava era o quarto ano primário. Aí teu*

---

<sup>75</sup> Celebração da passagem do Dia da Consciência Negra.

<sup>76</sup>Tarcísio dos Santos Castro, 52. *Entrevista*, novembro de 2019. Quilombo Santa Tereza do Matupiri.

*pai não tinha condições de te levar pra estudar em outro lugar, aí tu acabavas aqui! A pessoa era que nem um pé de árvore, que nasce, cresce e que joga o fruto no próprio pé*<sup>77</sup>.

Para Tarcísio, apesar das dificuldades pessoais, a busca pela educação foi uma constante, mesmo quando desviava caminho. A narrativa mostra o quanto incentiva os jovens, no sentido de estudar quando diz: “*no mundo a educação ainda é número um [...]*”. Este sentimento nasceu em função de sua experiência, pois estudou até os quatorze anos em Parintins, tendo abandonado, mas, com o avançar dos anos, sentiu necessidade de voltar aos bancos escolares, quando concluiu o ensino médio.

Entre 2012 e 2016, trabalhou na escola municipal e atualmente é pedreiro e carpinteiro, também foi professor na EJA. Ele relata sua experiência como educador, do envolvimento da escola em relação as feiras culturais e pôde refletir juntos aos alunos a valorização do artesanato, como também historizar a eles as memórias dos antigos moradores da comunidade.

A escola envolveu [...], todas as comunidades quilombolas, a chamada [...] Feira Cultural. Então cada comunidade, cada turma da escola trazia apresentava alguma coisa da cultura da área quilombola, aí então, fizemos várias vezes. É, igualmente agora, não tem a festa do dia do remanescente? O centro a gente faz aqui né. Tinha também as feiras nas outras comunidades, mas a última, geral, era aqui mesmo. Envolvendo todas as comunidades. A gente trazia pra sala de aula. A gente trabalha junto [...]. No meio dos alunos que eu trabalhava tinha vários artesãos, eu digo: vocês têm que reviver aquilo que vocês sabem, porque eu sou bem sincero com vocês, eu sou remanescente, nasci e me criei aqui, mas eu não sei, eu não conheço nada de artesanato. Eu ajudei assim: meu pai me falava, quando pra surgir o começo das comunidades né? Que o bisavô dele, não o avô dele, se chamava Benedito Rodrigues da Costa. Ele que era o escravo, então no tempo, no século XIX, ele veio dar uma volta pra cá, porque bem aqui assim na frente, tem uma comunidade que tem descendente de português né? No meu entender, acho que ele era um desses escravos dessa família portuguesa. Eles vieram aqui dar uma volta, aqui nessa área daqui do Andirá, agora, eu não perguntei pra ele se eles vieram do Pará, eu não sei, mas pra mim eu digo que vieram do Pará, eu sei que a origem do meu bisavô, ele era de Angola. É África, Angola, aí então eles vieram dar uma volta pra cá, no decorrer desse tempo, ele conheceu a mulher dele, que ela era daqui do Andirá, que foi a mulher dele. Só que ele era escravo, ele deu uma namorada com ela, ele prometeu pra ela que se um dia ele fosse liberto, ele voltaria e casaria com ela e foi o que aconteceu, ele voltou, depois teve a abolição dos escravos né? É que existiu a libertação dos escravos, ele se casou com ela, botaram três “irmão” meu pai falava, que foi esse Benedito, e mais três que eu esqueci o nome, só que ficou somente esse um, aí ele casou e outros voltaram pra banda de baixo. Foi de lá que surgiu a nossa origem de remanescente, aí ele teve seis filhos, que era o meu avô que era Pedro, outro meu tio que era Silvério, o outro que era Francisco, aí o João, Manoel Rodrigues, Cristina, até esqueci o nome só sei que eram seis irmãos, quatro homens e duas mulheres. Aí, então, desses seis filhos que surgiu essas cinco comunidades quilombolas que hoje existe. A nossa escola não tratava nada disso, sobre remanescente de quilombo. Em 2013 que nós recebemos a certidão da comunidade como remanescente de quilombo. Então de lá pra cá, a gente começou a trabalhar, mas, ainda tá tudo no começo. A gente, não tem ainda assim, uma atividade bem forte específica por esse motivo, aí como você sabe é difícil, a gente trabalhar assim<sup>78</sup>.

<sup>77</sup> Idem

<sup>78</sup> Idem. Tarcísio dos Santos Castro, 52. *Entrevista*, novembro de 2019. Quilombo Santa Tereza do Matupiri.

Através da oralidade, Tarcísio Castro repassou histórias continuadas nos quilombos por meio da tradição oral, no caso específico, advindas de seu pai, que sempre lhe relatava sobre suas ancestralidades africanas com passagens pelo Pará, e seus processos iniciais no Andirá, com fortes conexões com o mundo indígena Sateré-Mawé, a partir da Gerônima Sateré, sua bisavó.

Na conexão entre cultura e educação, já anunciada nos relatos de seu Tarcísio, notamos estratégias como as das feiras culturais, conexões com os mundos do trabalho e práticas sociais de trabalho. Um exemplo, são as casas de farinha nas próprias residências, prática que mostra um pouco da cultura, sem deixar de ser uma forma de educação por meio de espaços coletivos do trabalho, sendo, portanto, ambiente onde se cultiva a educação quilombola. Isto torna-se relevante quando se convence de que “todos os povos têm cultura, porque trabalham, transformam o mundo e se transformam” (Freire, 1989, p.41).

Os espaços sociais de trabalho, também mostram um aspecto das inúmeras formas de subsistência econômica. Chama-se atenção também, o fato de que a maior parte das pessoas que desenvolvem e coordenam a prática de trabalho nas casas de farinha. Esse aspecto da agricultura familiar, reforça nossas leituras sobre a formação de campesinato negro no Brasil, que promovem “emergências de culturas e identidades no mundo rural” (Domingues, Gomes; 2013, p. 19), como as constatadas na comunidade do quilombo de Santa Tereza do Matupiri.

A Escola Municipal Santa Tereza do Matupiri, na região amazônica, oferece estrutura, bem como há, também, diversas formas de transmissão de conhecimento cultural e educacional como a confecção de materiais regionais, quais sejam: teçume de utensílios, paneiros, tipitis, peneiras, utensílios de argila. Entre outras expressões culturais, as danças regionais são de descendência africana e afro-indígenas.

Nos estudos de Rocha (2019. p. 346), são apresentadas algumas informações sobre o professor Jovan da Silva Pedreno, que compartilhou com o pesquisador um pouco de sua trajetória profissional, pessoal e familiar, atravessada por memórias dos “pedronozadas” (descendentes de espanhóis da Granja Ceres), e dos pretos do “matupirizada” (descendentes de angolanos). Estas narrativas estão presentes entre os descendentes como no caso de Pedreno.

Eu desde o começo, achei que devia estudar. Eu sou de uma família bem pobre, meus pais eles não têm muito poder aquisitivo, são bem “humildezinho”, mas apesar disso eu consegui superar tudo isso e, assim que eu me formei no magistério, eu fui pra trabalhar numa comunidade aqui pertinho, Ituquara, passei dois anos lá trabalhando. [...], porque eu já construí família, eu tenho até um registro quilombola, minha certidão já tá como quilombola. Quando eu vim pra cá, a princípio, eu trabalhei nas séries normais! Peguei uma turma de quarto ano, depois eu fui selecionado pra

trabalhar na questão da EJA. Foi logo que surgiu a EJA aqui no Amazonas, o projeto tava recente. Então naquela época é aquela euforia danada né? Todo mundo queria estudar[...] aquelas pessoas que tinham deixado de estudar, queria realmente estudar, então naquela época foi muito bom, só que se começa com vinte alunos terminava com vinte alunos. Hoje, porém, a realidade da EJA é totalmente diferente. Começa com um tanto de alunos, termina com dois, três. E hoje em dia a gente pode ter a satisfação de ver alguns colegas lá, que já foram alunos nosso da EJA!<sup>79</sup>.

Por meio da fala de Jovan, entende-se a realidade da EJA em relação a quantidade de alunos que iniciam os estudos e que não conseguem concluir. Além disso, informa a dificuldade em contextualizar o processo sociocultural como meio aprendizagem da cultura quilombola, onde esclarece que, *trabalhava com certeza, as questões. Como foi trabalhado muito as questões festivas, a gente trabalhava. Porém, sem compromisso, sem referência a essa questão quilombola! Mas de uma forma diferente*<sup>80</sup>. O quilombola, busca qualidade no ensino, envolvendo os aspectos socioculturais dos quilombolas do Andirá e complexidades, tanto dos cursistas, quanto dos professores, com ênfase no que postula a Lei municipal.

Outro participante é José Lázaro Rodrigues de Souza, um professor que descreveu sua formação educacional, experiência de trabalho como educador na EJA no Matupiri, questionando a forma como atua o poder público em relação a educação.

Meu nome é José Lázaro Rodrigues de Souza, nasci no Paraná do Limãozinho. A minha avó ela era aqui do rio Andirá, meus primeiros estudos foram na cidade de Barreirinha, até o ensino médio, antigo magistério. Depois eu entrei na carreira de professor, eu cheguei a fazer até o adicional, na época dava a oportunidade pra gente trabalhar até o oitavo ano. Antes de vim pra cá, eu trabalhei dez anos dentro da área indígena, como professor, na Escola Agrícola com o Padre Henrique. E depois que vim de lá, fui convidado pra vim pra cá pro Matupiri. Na época ainda tava assim[...] a demarcação como área quilombola. Faz doze anos que eu tô aqui na comunidade, trabalhando como professor e quando eu vim pra cá eu trabalhava na área de matemática. Porque eu tinha o adicional em matemática e depois surgiu a oportunidade de trabalhar com a educação de Jovens e Adultos. Eu passei cinco anos trabalhando nessa área com os alunos do EJA. E a gente viu também que as dificuldades, é que muitos dos nossos alunos do EJA têm, é que eles já são pessoas que têm família. Quando em 2010 que eu fui para fazer um curso de Pedagogia na UEA. Falta o incentivo para que esses alunos também dê uma continuidade. Então essa questão também que eu pude observar. Durante as pesquisas, durante as leituras que eu fiz, foi essa questão aí que as nossas secretarias do nosso governo não “dá” essa assistência diretamente ao professor, ao formador e aos alunos, porque durante todo o tempo que eu trabalhei com a EJA eu não tive nenhuma formação diretamente com [...] pra EJA, também eu tô estudando, cursando mestrado em Ciência da Educação (José Lázaro Rodrigues de Souza, 51 anos, Comunidade do Matupiri).

<sup>79</sup> Jovan da Silva Pedreno, 49 anos – Comunidade do Matupiri. Entrevista, novembro de 2018. Barreirinha-Am

<sup>80</sup> Idem

Por meio das narrativas observamos a intensificação de um conhecimento específico sobre cultura onde elaborou o projeto de mestrado sobre a valorização da arte, dança de matriz afro-brasileira, como parte do plano de aula. As informações levam os alunos a compreensão da cultura, tornando-os articuladores de ensinamentos com novos rumos metodológicos adequados às realidades dos quilombos.

Agora, por exemplo, a gente está tentando colocar essa parte aí das danças dentro das salas de aula. Por exemplo, o meu projeto de mestrado, ele é voltado a essa questão aí, que é introduzir as danças quilombolas nas salas de aula, mas que ainda, eu estou ainda elaborando. Eu enviei pra minha orientadora pra ver o que que tem que adequar, pra colocar nas salas de aulas, mesmo pra que as nossas crianças, elas possam já ir aprendendo a valorizar a cultura, porque muitos não têm conhecimento, outros pensam que é coisa lá dos antigos, mas a gente vê, que se isso aí não for trabalhado com os nossos alunos hoje, daqui a mais tempo a gente não vai mais ter na comunidade<sup>81</sup>.

Essa característica, implicava numa observação delicada, bem como a falta de interesse, falta de “conhecimento específico”, que necessitavam de maiores alicerces para as políticas públicas reparativas, por parte dos municípios e Secretárias de Educação do Município de Barreirinha, como determina as legislações federais.

Nesse processo surgem as parcerias com os Institutos de Ensino Superior-IES, como a Universidade do Estado do Amazonas, através do Programa Institucional de Extensão - PROGEX, com objetivo de promover a atuação e cooperação entre professores e estudantes nas atividades de extensão. Nesse caso, voltados para formação continuada de professores na temática de “História, Memória e Patrimônio”, colaborando para a transformação social e democratização do conhecimento.

Outra parceria é o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros-NEAB, ligado a UEA, campus Parintins, que organiza eventos, como do II Seminário do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro – NEAB, que se estendem por outras universidades como ferramentas importantes para se pensar e implementar as legislações que,

[...], ao mesmo tempo em que a Universidade amplia o grau de abrangência à comunidade, através do ensino, da pesquisa e da extensão, atende ao pré-estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nova LDB, principalmente no tocante da Lei 10.639/03, e ao que se refere ao Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Amaral; Ribeiro, 2015, p. 62)

---

<sup>81</sup> José Lázaro Rodrigues de Souza. 51 anos. Professor. Tem formação em Licenciatura em Pedagogia em 2010 pela UEA–Comunidade do Matupiri. Entrevista, novembro de 2018. Barreirinha-Am.

O desafio dos quilombos do Andirá por uma educação mais efetiva, não deve se dar a partir de “agrupamento efêmeros de populações marginalizadas para se tornarem espaços de invenção da sociedade tão legítimos quanto os que são classicamente estudados na formação econômica, social e cultural do Brasil” (Alberti, 2013, p. 46).

Os desafios educacionais são diversos para trabalhar a cultura, suas significações, histórias e manifestações de práticas culturais, desenvolvidas no quilombo Santa Tereza, que ainda não foram inseridas como práticas educativas como determina a legislação brasileira sobre a Educação Escolar Quilombola<sup>82</sup>:

Art. 34. O currículo da Educação Escolar Quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares e de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações no poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, construindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades. § Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir de valores e interesses das comunidades quilombolas em relação aos projetos da sociedade e da escola, definindo processos políticos-pedagógicos (Brasil, 2012, p. 13).

A professora Maria da Penha Silva é outra personagem que nos presenteou com sua história e oralidade, conhecimento pessoal, profissional, e luta educacional no quilombo de Santa Tereza do Matupiri. Filha do município de Barreirinha-Am, nascida no interior de nome Santa Vitória, acima do rio Ariaú; de descendência quilombola, sua mãe era do Ariaú e seu pai era do Estácio (Paraná do Ramos). Maria da Penha começou a estudar já com a idade avançada e foi aluna da EJA.

Eu fui uma pessoa que já lutei muito. Eu comecei a estudar em Parintins com a minha irmã, estudei um ano. Foi o tempo que meu pai adoeceu. Naquele tempo era primeira série. Eu não terminei, vim estudar pra cá pro interior com eles, aí também fiz parte da EJA. Estudei já depois de idade com 22, eu estudei na EJA em Barreirinha, naquele tempo já era o PEB I (Professora de Educação Básica I), fiz uma prova, eu passei. Sou filha do município de Barreirinha mesmo, só que eu nasci num interior por nome Santa Vitória lá acima do Ariaú, que minha mãe era do Ariaú e meu pai era do Estácio<sup>83</sup>. Fiz um provão na EJA, e passei pro ensino médio. Comecei a estudar o ensino fundamental, aí tirei o nono ano na escola Senador João Bosco em Barreirinha. Em noventa e oito, eu tirei o magistério no Maria Belém, voltei a estudar já no Normal Superior. Quando foi em 2001 ou 2002, nós voltamos a estudar no Maria Belém fazendo a pós-graduação dos professores. Eu comecei a trabalhar em 1998. Em 2006, eu fui substituir um professor, que tá até aqui agora também, o Antonilson o “Chumbinho”. Aí fui substituir, porque ele largou os professores da EJA, aos alunos da EJA toda. Aí eu fui pra lá tentar consertar (risos). De lá, eu trabalhei com o

<sup>82</sup>Definida pela Resolução nº8 de 2012 CNE – Conselho Nacional de Educação, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

<sup>83</sup>Maria da Penha da Silva. Professora - Formada em Normal Superior pela UEA. Quilombo do Matupiri. Entrevista, novembro de 2018. Barreirinha-AM.

Reescrevendo o Futuro, levei três anos com eles, aí se formaram, eu estou trabalhando agora com o primeiro ano do ensino fundamental, eu trabalho à noite com o tecnológico. A minha experiência na EJA, pra mim foi grande. Eu gostei muito da EJA, nunca encontrei dificuldade com os meus alunos. Todos eles eram excelentes alunos<sup>84</sup>.

A professora Maria da Penha da Silva, tem tido grande participação na questão sociocultural, que envolvem os alunos se tornarem conscientes assim como a importância do ensino da cultura afrodescendente para os quilombolas. Assim ela informa:

Nós trabalhávamos com eles em sala de aula, tinha uma coisa que a gente improvisava, porque aqui o que eles gostam muito é dança da onça te pega, o lundum, a garcinha, tem a dança do gambá, jaçanã e o boi, que eles já envolvem na cultura ...Nós trabalhávamos assim, nós criamos um boi, eu e mais um colega meu, nós criamos um boi da escola, o primeiro nome que nós demos pra ele foi Treme-Terra, depois nós “não, bora mudar,” “bora”, aí nós cadastramos com o nome de Trinca-Terra, até hoje ele está como Trinca-Terra (risos). Nós fizemos tipo uma reunião, para fazer o histórico da escola e o histórico da comunidade com aquelas pessoas antigas. Foi como foi pra surgir o quilombo aqui, duas famílias que vieram e se colocaram aqui, aí fundaram a comunidade que era o Matupiri. Até hoje ele é conhecido por Matupiri, que é um distrito agora, aí depois com muitos tempos que foram fazendo a realidade dos quilombos<sup>85</sup>.

A ideia de desenvolver trabalhos com alunos/as em sala de aula, produziu a mistura de cultura brasileira, cultura africana como o Lundum de origem africana (Angola), a dança do Gambá da cultura brasileira, “da Onça-te-Pega” (expressão da identidade negra no Carimbó), com apresentação do boi Trinca-Terra.

Constatamos a partir dos diálogos com a professora Janete de Souza Santos<sup>86</sup> nascida na comunidade de Tucumanduba, filha de Silvio Francelino dos Santos e Francisca, concluiu o nível médio em Maués e posteriormente cursou o ensino superior em Licenciatura Plena em História. Neste último se sentiu fortemente apoiada, como sendo a primeira professora do Matupiri formada em História.

A professora Janete, desenvolveu significativo trabalho cultural muito abrangente na educação, prestando apoio ao professor João Marinho na tese de Doutorado, quando da elaboração de sua tese, intitulada: “Das Sementes aos Troncos” - História e Memória do movimento quilombola do Rio Andirá”. Esse processo visa conhecer a vida, identidade, direitos, implantação e implementação das leis que lhes proporcionaria um melhor

---

<sup>84</sup> Idem

<sup>85</sup> Idem

<sup>86</sup> Janete de Souza Santos. Professora. Cursou Normal Superior em Parintins, Licenciatura Plena em História pelo Plano Nacional de Formação de Professores-PAFOR /UEA. Pós-graduação em “Docência do Ensino Superior”.

desenvolvimento e conhecimento de suas culturas e antepassados dos povos quilombolas (Rocha, 2019).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais- EREER, se fazem cada vez mais presentes naquela comunidade do Matupiri e demais quilombos. Isso implica nos fomentos, conhecimentos, cidadania e cursos de formação continuada, específica aos professores que desenvolvem práticas educativas nos quilombos do Andirá, asseguradas na Resolução de nº 08 de 2012:

Art. 48 A Educação Escolar Quilombola deverá ser conduzida, preferencialmente por professores pertencentes às comunidades quilombolas. Art. 49 Os Sistemas de Ensino. No âmbito da Política Nacional de Formação Professores de Educação Básica, deverão estimular a criação e implementar programas de formação inicial de professores em licenciatura para atuação em escolas quilombolas e escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas ou ainda em cursos de magistério de nível médio na modalidade normal, de acordo com a necessidade das comunidades quilombolas. Art. 50 A formação inicial de professores que atuam na Educação Escolar Quilombola deverá:[...] II – quando for o caso também ser ofertada em serviço, concomitante com efetivo exercício do magistério; III – propiciar a participação dos graduandos ou normalistas na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos currículos e programas, considerando o contexto sociocultural e histórico das comunidades quilombolas. (Brasil, 2012, p.16)

Através da oralidade, registrada pela metodologia da História Oral, pode-se pensar em experiências de vida e educacionais desses professores, como fonte para iniciativas que visem a implementação das legislações referentes à educação para as relações étnico-raciais. A transmissão de saberes, quando se trata do processo sociocultural do povo negro e quilombola, esbarra em empecilhos, algumas vezes quase intransponíveis quando das interferências de ações políticas, mesmo que se esteja respaldado nas leis e diretrizes que devam ser obedecidas.

### **3.4 Trajetória de vida das cursistas quilombolas da EJA de Santa Tereza do Matupiri (2018-2019)**

*A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente*

Tierno Bokar<sup>87</sup>

---

<sup>87</sup> Tierno Bokar Sali, falecido em 1940, passou toda a sua vida em Bandiagara (Mali). Grande Mestre da ordem muçulmana de Tijaniyy, foi igualmente tradicionalista em assuntos africanos. Cf. HAMPATÉ BÂ. A.; CARDAIRE, M. 1957.

A tradição viva, segundo Hampatê Bâ (2010), é uma das formas de transmissão da cultura dos povos africanos e da sua diáspora. Isto implica em coleta de dados para, a partir daí, compreendermos situações que permeiam a trajetória de vida e educação de cursistas da EJA, do quilombo Santa Tereza do Matupiri. Os costumes são guardados na memória ancestral afro-indígena, que são descritas nas oralidades, ou seja, trata-se das histórias de vida e experiências educacionais.

Para o filósofo angolano:

*A tradição oral é a grande escala da vida, e dela recupera e relaciona todos os aspectos. Pode parecer caótica àqueles que não lhe descortinam o segredo e desconcertar a mentalidade cartesiana acostumada a separar tudo em categorias bem definidas. Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados. Ao passar do esotérico para o exotérico, a tradição oral consegue colocar -se ao alcance dos homens, falar-lhes de acordo com o entendimento humano, revelar -se de acordo com as aptidões humanas. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial. (Hampatê Bâ, 2010, p. 169) [grifos nossos].*

Nesse contexto de exposição das experiências de vida e trajetórias educacionais de cursista, vale destacar ainda que,

[...] quando falamos de tradição em relação a história africana referimo-nos a tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de boca a ouvido (HAMPATÊ BÂ, 2010, p. 167)

As reflexões que fundamentam nossos diálogos em relação aos quilombos se constroem através dos relatos expressos pelo falar e ouvir. As cursistas Maria Hilda, Benedita Castro, Celina Viana, Valdemira da Silva e Maria Amélia, configuram-se como “Vozes da Mata”<sup>88</sup> são exemplos permeados por memória, tradição, cultura e processos socioculturais de educação.

“Do ABC ao ABCzinho”, visa trajetórias e espaços de educação no quilombo, cuja experiência diz respeito a Maria Hilda dos Santos Castro<sup>89</sup>, nascida no Matupiri em 10 de julho de 1962, filha de Benedito Pereira de Castro e de Dorvalina Gama dos Santos. Iniciou seus estudos na sua própria casa, em que afirma: *Olha, eu comecei meu estudo a ler e escrever com*

<sup>88</sup>ROCHA, J.M. da. Vozes da Mata. O Movimento Social Quilombola nas Memórias de Mulheres do Rio Andirá (2005-2018). Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. Volume 11, número 2, out./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.38047/rct.v11i2.6665>

<sup>89</sup> Maria Hilda dos Santos Castro. 56 anos. Foi aluna da EJA, atualmente é técnica de enfermagem aposentada. Entrevista, novembro 2018. Quilombo Santa Tereza do Matupiri, Rio Andirá, Barreirinha-AM.

*minha mãe em casa, o meu pai fazia um ABC de pau, onde aprendemos de A a Z naquele pedaço de pau*<sup>90</sup>.

Das narrativas apresentadas por Maria Hilda, nos relata que seu pai construiu um ABC de madeira para que o mesmo pudesse ser levado para a roça, que a transformava em sua sala de aula, no sentido de produzir meios de aprendizagem. Em meados de 2002, Maria Hilda e seu companheiro Carlos Viana se matricularam no EJA, e antes de finalizar o curso, teve a oportunidade de cursar, Técnico de Enfermagem. Refletindo o espaço de onde Maria Hilda procurou desenvolver aprendizagem, Freire (1989, p. 33), considera essa prática uma “atitude séria e curiosa na procura de compreender as coisas e os fios que caracterizam a ação de estudar. Não importa que o estudo seja feito no momento e no lugar do nosso trabalho”

A história de vida dos/as cursistas, nos remete à reflexão da valorização do saber oral e sua importância para transmissão da saber tradicional e cultural, como determinam as legislações e eixos das ciências e saberes (ver figura: 11), correspondentes “a valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, são contribuições para educação quilombola, por exemplo, a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado das escrita e da leitura [...]” (Brasil, 2012, p. 20).

As histórias de vida e educacional das cursistas funcionam como receptores e transmissores de conhecimento e saberes. Maria Hilda, ressalta a sapiência de seu pai para o aprendizado, na busca do desenvolvimento e da história. As amostras das práticas socioculturais de comunidades como de Santa Tereza do Matupiri são consideradas saberes originados das manifestações culturais que, infelizmente, por inefetividades das políticas públicas, os quilombos não as conheciam, porém, com a Lei municipal que instaura o Setor Pedagógico Escola Quilombola, o conhecimento sobre tradição dos seus descendentes ou ancestrais, hoje poderá ser fortemente compartilhado.

Dentre os diálogos representativos em nossa pesquisa, apresentamos o de Dona Benedita Ribeiro de Castro<sup>91</sup> (*in memoriam*), conhecida no Matupiri como “Tia Bitoca”. Após diálogos sobre a importância das memórias na construção de aspectos da história cultural e educacional foi possível observarmos, lembranças, experiências, a respeito da qual dispomos alguns trechos:

Eu queria saber ler[...], mas eu conheço “malamal”. Eu quero entender bem, mas ainda não pude. A minha professora, até que ainda, está dando aula, a Maria da Penha, eu

---

<sup>90</sup>Idem.

<sup>91</sup>Benedita Ribeiro de Castro, 65 anos (In memorian). Estudou a EJA, exerceu função de benzedeira e parteira. Obteve uma sabedoria transcendental nas comunidades quilombolas. Entrevista novembro 2018. Quilombo do Matupiri, Barreirinha-AM.

gostava de estudar. Até hoje tenho vontade de estudar, mas agora minha vista não presta. Trabalhava de dia e estudava a noite. Eu já estava com mais de 40 anos, eu não sabia fazer meu nome. Me botaram na aula, quando eu ia, vinham me buscar, [...] eu ia falar com ela. Eu já tinha que falar com os professores, para poder, eu sair pra uma benção, puxar filho, tinha que falar com ela. [...]. Há, tá bom, a senhora pode ir, e ia embora. [...] A professora dizia, olha a tia Bitoca nunca ela falhou da aula.<sup>92</sup>

Benedita atuou na função de benzedeira e parteira, era importantíssima figura no quilombo Matupiri. Isto nos remete no sentido mais profundo do conhecimento da medicina tradicional. Suas experiências, contribuíram como legado, mesmo que soubesse ler e escrever “malamal”, escreveu sim, deixando marcas de sua história entre os povos quilombolas cuidando em “puxar filho” ou em fazer “benção”.

A sabedoria absorvida através dos anos é notada na fala de dona Celina Marinho Viana<sup>93</sup>, senhora de setenta e nove anos, que em sua história, traz a marcas escondidas e quase esquecidas, que necessitam serem lembradas como exemplos de vida. “*Eu, já estava grande, eu não sabia nada mesmo, não vou dizer que eu sabia né, eu não sabia fazer nem o ‘A’, nada [...]*”<sup>94</sup>. Percebe-se que a idade avançada não foi impedimento para os estudos e, mesmo com limitações, não desistiu de suas metas escolares. A informante, relembra bem da professora Maria da Penha e sobre as lições do ensino fundamental que não chegou a finalizar por causa das dificuldades presenciadas no Matupiri, como as chuvas, lama e horário noturno sem iluminação.

Celina Viana é uma das “guardiãs da tradição” quilombola do Andirá, apesar do avançar de sua idade, tem uma grande capacidade de comunicar e interagir com outras pessoas, através da dança Onça de Pega. Isso lhe concedeu uma missão e um papel representativo para compartilhar com jovens e crianças seus ensinamentos por meio de movimentos corporais, pode-se dizer e ao mesmo tempo afirmar que são como letras que expressam a valorização do conhecimento cultural do povo quilombola. São histórias e memórias ancoradas em corpos negros (Antonacci, 2013).

Atualmente, lamenta a falta de participação dos jovens, já que na sua ótica os corpos jovens desenvolvem a cultura por meio das danças que faz parte da manutenção da “tradição viva”.

Através das memórias repassadas, transmitidas nas pesquisas, ajuda preservar a história desse povo. E por valorizar a preservação dessas memórias consolidamos a narrativa da cursista

---

<sup>92</sup>Idem.

<sup>93</sup>Dona Celina Marinho Viana, 79 anos. Aposentada. Entrevista novembro 2018. Quilombo Santa Tereza do Matupiri, rio Andirá, Barreirinha-AM.

<sup>94</sup>Idem.

Valdemira Pinheiro da Silva<sup>95</sup>, de 83 anos, que nos fala de uma forma tão simples, sobre sua trajetória de vida.

O nome do meu pai era João Pinheiro da Gama, e da mãe Maria Ferreira da Gama, minha família reside no estado do Pará, eu sou paraense, eu vim pra Manaus, eu me casei com 24 anos. Meu marido disse que vinha me trazendo que era, pra me levar lá pro lado dos meus parentes. Eu moro aqui há 25 anos, me sinto feliz porque em primeiro lugar, este ano nós vamos nos formar graças a Deus. Espero que daqui pra frente eu seja mais sábia nos meus estudos e compreenda mais, sou muito humilde, não parava, meu marido ele queria tá aqui, outro dia tá ali. Ele morreu pra cá pro Matupiri [...]. Eu comecei a estudar aqui na Boa Fé com o professor Rosendo, aí veio o professor Afonso pra cá, como presidente da comunidade como gestor, ele puxou o EJA pra cá e o tecnológico, ele veio aqui comigo e disse: “Dona Valdemira, a senhora não quer estudar?”. Eu disse: “Professor, querer eu queria, só que eu não posso ir daqui pro colégio só eu” - Aí ele disse: eu vou trazer os livros, a senhora estuda aqui em casa e a senhora manda pro colégio, pra professora e, de lá, ela manda pra senhora o caderno, pra senhora fazer as tarefas e devolve pra ela de novo. “Bom se for assim eu aceito, aí eu aceitei, e fui estudar. Então, eu fico assim feliz quando eu acho assim, uma pessoa que converse comigo, que reaja assim, numa situação de paciência, essa Adriana, ela tem muita paciência comigo.”<sup>96</sup>

Valdemira, deixa uma reflexão sobre o sentido da beleza do ser humano, quando menciona sobre em ser mais sábia após os estudos. Ela não cita, ou faz observações quanto as questões culturais quilombola, como danças e festas, acredito que por ser evangélica não manifestou nenhum comentário a respeito disso, em comparação as outras mulheres quilombolas que apresentam narrativas nesta seção. Podemos observar um detalhe, em relação a seus estudos a cursista, Valdemira expressa certa felicidade por ocasião da formatura da EJA que naquele ano iria acontecer: *eu me sinto feliz porque em primeiro lugar, este ano nós vamos nos formar graças a Deus. Eu espero que daqui para a frente eu seja mais sábia nos meus estudos e compreenda mais*<sup>97</sup>. Em novembro de 2022, retornei ao quilombo de Santa Tereza do Matupiri, tive mais uma vez a oportunidade de conversar com dona Valdemira. Perguntada como estava seu percurso estudantil ela relatou: “estou muito feliz porque me formei no nono ano da EJA e, este ano eu já vou me formar no terceiro ano do Tecnólogo<sup>98</sup>”.

Dona Valdemira hoje com 87 anos, continua a ser um dos exemplos de mulheres quilombolas que inspiram por não desistir de buscar o “caminho das letras”. Acredita no poder do conhecimento, no valor da educação e afirma que a educação “é uma coisa muito boa é uma

<sup>95</sup> Valdemira Pinheiro da Silva, 83 anos. Entrevista, outubro de 2019. Barreirinha – AM.

<sup>96</sup> Idem

<sup>97</sup> Idem.

<sup>98</sup> Valdemira Pinheiro da Silva, 87 anos. Aposentada. Foi aluna da EJA e Tecnológico. Entrevista, novembro de 2022. Santa Tereza do Matupiri, Barreirinha – AM.

possibilidade que a gente tem de tocar o ‘barco pra frente’, pra gente estudar, pra aprender, pra gente querer ser alguém na vida, ao menos pra saber conversar com as pessoas”<sup>99</sup>.

Das narrativas e das memórias quilombolas apresentados nos diálogos das cursistas da EJA, detectou-se que nelas guardam costumes, crenças, ritos e danças, manifestações de sentimentos das relações sociais vivenciadas entre homens, mulheres, velhos e crianças, elementos que potencializam as lembranças no quilombo do Matupiri.

Essas potencialidades são heranças que identificam os meios culturais como fonte de educação, que podem ser percebidas e transmitidas no dançar da “Onça-te-Pega”, demonstrada por dona Celina em seus movimentos, que vem ser mestra no ato de ensinar, transferindo saber a quem desejar, e com ela dançar.

No repasse da dança ancestral às crianças e jovens no quilombo Andirá, seus corpos passam a educar como letras em movimento, transmitindo as histórias e memórias ancoradas em corpos negros. Assim, não podemos deixar de dialogar com os leitores de nossas pesquisas, enquanto educadora e receptora de tantos saberes, da absorção do conhecimento junto aos quilombolas. Logo, podemos fazer um paralelo entre as formas de culturas e a educação nos grupos estudados (Antonacci, 2013).

A citação que fala sobre Feira Cultural,<sup>100</sup> os professores deixam claro sobre a ausência de uma de relação interdisciplinar entre educação e cultura. Nesse sentido (Forquin, 1993, p. 14), acredita que “a educação não é nada fora da cultura e sem ela, mas reciprocamente, dir-se-á que é pela e na educação que a cultura se transmite e se perpetua, em que toda reflexão sobre um, desemboca imediatamente na consideração da outra”.

O evento mostra aos alunos a grandeza da cultura negra e quilombola, exibido nas feiras. Não podemos apenas resgatar as histórias do povo barreirinhense, tradições, manifestações culturais e surgimento de cada um dos distritos. Necessitamos apresentar aos negros afrodescendentes, que eles necessitam conhecer a história sem precisar embranquecer, que podem trabalhar o lúdico dentro da cultura negra, podem dialogar com todas as matérias tradicionais escolares, fazer interligação com a História da África, utilizando a lei 10.639/03 e a Resolução nº8/2012 como parâmetro legal.

Celina e outras mulheres quilombolas ao desenvolverem as danças, assim como outras práticas cultivadas nos quilombos, podem ser atreladas e posteriormente serem trabalhadas em determinadas disciplinas. Isso mostra a junção entre os saberes e assuntos como por exemplo,

---

<sup>99</sup>Idem.

<sup>100</sup> Projeto de proposta interdisciplinar para o Ensino Fundamental da Escola Municipal Santa Tereza e da EJA: Ver Rocha 2019.

na disciplina de geografia, que pode apresentar discussões sobre as regiões da África e Brasil, sendo encaixe entre os dois continentes. E a História?

Na África, tudo é “História”. A grande História da vida compreende a História da Terra e das Águas (geografia), a História dos vegetais (botânica e farmacopeia), a História dos “Filhos do Seio da Terra” (mineralogia, metais) a História dos astros (astronomia, astrologia), a História das águas, e assim por diante (Hampatê Bâ, 2010, p. 185).

A língua portuguesa, poderia ser mostrada, juntamente com todas as outras línguas e dialetos do continente africano, comparando-a inclusive com a própria língua, com as linguagens ou dialetos existentes na Amazônia que é falada nos quilombos do rio Andirá, Alberti (2013, p. 43) considera que cabe trabalhar com os alunos a diversidade,

de reinos, língua, religiões, organizações políticas, atividades econômicas etc., dos povos de onde vinham os africanos escravizados, para além da divisão geral entre sudaneses e bantos. É bom que os alunos tenham contatos com as palavras como “ashanti”, “iorubas”, “acãs”, “kicongos”, “kimbunndos”. Além disso é importante identificar como as línguas e manifestações culturais desses povos são parte daquilo que vivemos hoje.

E por que não relacionarmos a ciência? Quando temos “tia Bitoca” com seus conhecimentos tradicionais, falando da medicina antiga, que muitas vezes se interliga com crenças como as benzeduras. Por que não ter disputas para animar e ver o destalar e teçume do paneiro de forma mais rápida? Enfim, o inter-relacionamento das práticas culturais que envolve os quilombos são narrados nas formas mais diversas, sejam através dos corpos em movimentos, sejam em formas de trabalhos artesanais, da medicina tradicional ou até mesmo nas histórias relatadas pelos mais antigos, que carregam legados, bem como a preservação do ensino transmitidas de geração em geração.

O primeiro artigo da LDBN afirma que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem *na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e manifestações culturais*. Se entendermos que conhecer a nossa história e herança africana faz parte do processo de formação dos sujeitos sociais e se reconhecemos que *uma parte significativa da nossa formação histórica e cultural referente a África e a cultura afro-brasileira não tem sido trabalhada a contento pela escola*, só poderemos confirmar a importância da inclusão dessa discussão no currículo escolar, mesmo que seja por força da lei (Gomes, 2008, p.71) [*Grifos Nossos*].

Outros ambientes não formais, importantes para relacionarmos a educação quilombola do Andirá, como os espaços peculiares educativos tais como: as casas de farinha, confecção de tipiti, peneira, vassoura, paneiro e a fabricação de materiais com argila.

Ao considerar estes elementos, podemos exemplificá-los como meios educativos, naturais e comunitários e mediares práticos para a sala de aula e potencializadores educativos, conforme a lei da Educação Escolar Quilombola que em seu Título V:

Art. 23 - A Educação de Jovens e Adultos (EJA), caracteriza-se como uma modalidade com proposta pedagógica flexível, tendo finalidades e funções específicas e tempo de duração definido, levando em consideração os conhecimentos das experiências de vida dos jovens e adultos, ligadas às vivências cotidianas individuais e coletivas, bem como ao mundo do trabalho. § 1º - Na Educação Escolar Quilombola, a EJA deve atender às realidades socioculturais e interesses das comunidades quilombolas, vinculando-se a seus projetos de vida. § 2º - A proposta pedagógica da EJA deve ser contextualizada levando em consideração os tempos e os espaços humanos, as questões históricas, sociais, políticas, culturais e econômicas das comunidades quilombolas. § 4º - Na Educação Escolar Quilombola, as propostas educativas de EJA, numa perspectiva de formação ampla, devem favorecer o desenvolvimento de uma Educação Profissional que possibilite aos jovens, adultos e idosos quilombolas atuar nas atividades socioeconômicas e culturais de suas comunidades com vistas ao fortalecimento do protagonismo quilombola e da sustentabilidade de seus territórios (Brasil, 2012, p. 11).

Assim, a cultura e educação estão relacionadas, também, ao desenvolvimento da tecnologia que poderia ser muito bem-vinda e usada para atrair os jovens, no entanto, isto se faz ausente das realidades escolares dos quilombos do Andirá onde muitas situações precisam estar presentes no currículo pensados conforme a análise a seguir:

Penso nos currículos escolares como espaço-tempo de fronteira e, portanto, como híbridos culturais, ou seja, como práticas ambivalentes que incluem o mesmo e o outro num jogo em que nem a vitória nem a derrota jamais serão completas. Entendo-os como um espaço-tempo em que estão mesclados os discursos da ciência, da nação, do mercado, os “saberes comuns”, as religiosidades e tantos outros, todos também híbridos em suas próprias constituições (Macedo, 2006, p. 289)

A importância de se compreender as trajetórias de vida e profissionais de professores e cursistas da EJA do quilombo, necessitam de possibilidades do cumprimento das legislações brasileiras relativas as questões afro-brasileiras de modo geral e nos quilombolas. Tais mapeamentos trazem as trajetórias, descrevendo experiências, vivência e respectivos espaços de educação quilombola.

De acordo com Gomes (2012, p.105):

Nesse sentido, a mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação antirracista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afro-brasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um “outro”, conquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala. E nesse sentido, incorpora conflitos, tensões e divergências. Não há nenhuma

“harmonia” e nem “quietude” e tampouco “passividade” quando encaramos, de fato, que as diferentes culturas e os sujeitos que as produzem devem ter o direito de dialogar e interferir na produção de novos projetos curriculares, educativos e de sociedade. Esse “outro” deverá ter o direito à livre expressão da sua fala e de suas opiniões. Tudo isso diz respeito ao reconhecimento da nossa igualdade enquanto seres humanos e sujeitos de direitos e da nossa diferença como sujeitos singulares em gênero, raça, idade, nível socioeconômico e tantos outros. Refere-se também aos conflitos, choques geracionais e entendimento das situações-limite vivenciadas pelos estudantes das nossas escolas, sobretudo aquelas voltadas para os segmentos empobrecidos da nossa população.

Desta forma, acreditamos que estamos cumprindo com uma análise, para com a sociedade, história, educação, repassando a história de vida, de luta dos quilombolas na busca da educação, preservação da cultura de um povo que desde suas origens, vem resistindo pela busca de igualdades como exposto nas legislações específicas.

### **3.5 “Diamantes Negros”: avanço, luta e busca pelo cumprimento da legislação (2021-2022)**

As entrevistas com os representantes quilombolas revelam as lutas para uma reparação histórica, direito territorial, em cumprimento à Carta Magna, que assegura aos quilombolas o cumprimento de direitos como expressão de cidadania e respeito a suas origens. Dentre as pessoas que dialogaram apresentamos a narrativa de Tacyara Raquel dos Santos Castro<sup>101</sup>, quilombola, licenciada em geografia com expertise em ministrar aulas para o Ensino Fundamental e Tecnológico. Atualmente cursa Licenciatura em Pedagogia no CESP-UEA. Tarcyara Raquel, explica o sentimento de pertença em sentir orgulho em ser quilombola, fato que transfere para seu filho e a outras pessoas, mostrando sua descendência e origens, conforme relato abaixo:

Pelo sangue que corre, me identifico muito, tenho muito orgulho de ser quilombola sim [...]. Tem a preocupação, o meu filho é de cor branca. Mas ele, eu carrego a responsabilidade de explicar pra ele, que nós somos quilombolas, explicar o sangue que corre na veia da ancestralidade e de onde vem. Aqui na Casa do Estudante os meninos ficam me perguntando a diferença de ser negro e de ser quilombola, vou explicando pra eles, esclarecendo as questões da minha etnia que muita gente desconhece [...]. Isso, vai quebrando esse paradigma, porque muita gente confunde, pelo fato de só ter a pele preta. Aí eu explico que não, que é questão de ver a árvore genealógica, de onde tu vens. Eles vão passando a entender e se interessando e conhecendo melhor os quilombos, porque nem todos conhecem, a maioria pensa que no Amazonas não existe quilombola, então a gente tá aí pra mostrar que a gente existe sim. Nós somos diamantes negros do município<sup>102</sup>.

<sup>101</sup> Tarcyara Raquel dos Santos Castro. 38 anos. Formada em Geografia pela UEA – 2012, Cursa Licenciatura em Pedagogia CESP-UEA. É representante da Conaq/AM – Coletivo de Educação Escolar Quilombola, Entrevista, novembro de 2021 - Parintins, AM.

<sup>102</sup> Idem.

A expressão “diamante negro”, sugere “identidade quilombola”; uma história fortemente construída pela memória que atravessa a razão dos tempos e da linhagem de descendência atribuída a Benedito Rodrigues da Costa. Durante muitas décadas estes agentes sociais, os descendentes de Benedito, assim como todos os outros negros foram relegados à invisibilidade.

Na pesquisa, procuramos desenvolver as observações e alcançar caminhos para implementação da legislação e sua devida aplicação efetiva da educação quilombola, através do diálogo com professores que atuam diretamente com os quilombolas. Tarcyara Raquel faz parte da árvore genealógica de Benedito Rodrigues da Costa. Licenciada em geografia, já estivera como professora nos quilombos e no momento da entrevista se encontrava afastada da função de professora. Todavia, tem certeza que ao informar sua descendência étnica vai quebrando paradigmas sociais.

O despertar para certa forma de consciência crítica se inicia com trabalhos de pesquisas realizados pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, em que Tarcyara Raquel Castro lembra que foi “a partir da montagem de um mapa das nossas memórias”. A propósito disso, nossa interlocutora fala sobre o trabalho com maquetes de argila, levanta a discussão quanto a ocorrência de desmatamento, queimadas tudo isso por intermédio do diálogo tecnológico e exposições. Como consequência os alunos mostravam-se interessados pelos debates e no meio desses diálogos também foi envolvendo a participação das famílias e comunidade. A esse respeito, relata Tarcyara:

O que despertou foi justamente participar dessas pesquisas da comunidade, eu lembro que a gente começou com a Cartografia Social, que a gente montou um mapa a partir das nossas memórias, um croqui. Começou o interesse de despertar, buscar conhecimento de entender sobre identidade porque, eu não conhecia também. Fui despertando essa vontade também de conhecer, e ajudar os pequenos. Na Geografia eu utilizava bastante o contexto natural, a questão local, eu já trabalhava isso. Como eu tive oportunidade de trabalhar numa série de 1º de fundamental, pude trabalhar a questão de identidade quilombola, de explicar o que é ser quilombola, por que nós temos a cor preta, por que era importante aquilo. Então tive uma oportunidade imensa de trabalhar com a educação infantil esse contexto. Então foi interessante, porque é muito bom a gente apresentar para as crianças. A importância do quilombo de ser quilombola, eu sempre coloquei pra eles até hoje. A importância da educação e da gente entender o nosso processo histórico, eu falo pra eles. Uma reunião que tivemos no quilombo, eu explicava pra eles pra todos, que nós somos diamantes negros do município, mas eu tive muito problema com a questão política com esses termos, por eu lutar, por eu falar, se hoje eu não estou na comunidade é por abrir os olhos do meu povo. É por isso que eu saí, porque eu sou dessas de falar em reunião e cobrar.<sup>103</sup>

---

<sup>103</sup> Idem

A educação é importante aos quilombos e para o entendimento do processo histórico. Ela ressalta que a união quilombola fortalece o processo político e com isso a aquisição da cidadania. Portanto, se faz necessário a participação nos eventos direcionados as discussões que tratam dos direitos de professores e alunos.

No dia 20 de novembro de 2022, em passagem da celebração do Dia da Consciência Negra, que ocorreu na comunidade quilombola do Matupiri, tivemos a oportunidade de conversar com a professora Edicleuza Costa Ribeiro<sup>104</sup>, licenciada em História pela Universidade do Estado do Amazonas, exercendo a função de Coordenadora do Setor de Educação Escolar Quilombola no município de Barreirinha.

A professora Edicleuza informa que, em junho de 2019, ela inicia na Secretaria de Educação, sentiu a necessidade de conhecer as questões étnico-raciais: *“foi estudando as orientações para as relações étnicos raciais que eu vi a especificidade da educação quilombola, educação escolar quilombola e educação pra populações negras”*. Dialogou internamente e desenvolveu trabalhos sobre a possibilidade da criação de um Setor de Educação Escolar Quilombola. Ela destaca o apoio que as IES levam para as comunidades quilombolas, bem como a formação de professores, aplicações de oficinas, além de outras atividades desenvolvidas pelo NEAB, NEABI, visto que, segundo a professora, esses núcleos podem propiciar, fazer parceria com a prefeitura e trazer essa formação escolar para o município. A própria universidade precisa pensar pra formação escolar quilombola, senão nós não conseguimos avançar dentro das comunidades”<sup>105</sup>.

Tal como a professora Edicleuza, outros professores, também reconhecem as contribuições das IES, como é caso da professora quilombola, Núbia Cristina dos Santos Trindade<sup>106</sup>, moradora e coordenadora da escola do quilombo São Pedro, quando assevera que: *“a universidade nos propõe momentos ímpar, em frutificar, triplicar ações em sala de aula”*<sup>107</sup>. A respeito disso, observa-se nas imagens (figura: 07, 08), a aplicação da oficina sobre memórias, realizadas por acadêmicas da Universidade do Estado do Amazonas, mediada pelo professor do curso de História, João Marinho.

---

<sup>104</sup> Coordenadora do Setor Pedagógico Quilombola (2019-2020). Licenciada em História – UEA/ 2017, atualmente é mestranda no Programa Interdisciplinar de Ciências Humanas – UEA, estuda a Comunidade quilombola de São João do Urucurituba.

<sup>105</sup> Idem.

<sup>106</sup> Núbia Cristina dos Santos Trindade, 33 anos. Professora. Formada em Pedagogia. Acadêmica de Pedagogia-PAFOR. Coordenadora Pedagógica da Escola Quilombola São Pedro. Entrevista, novembro de 2022. Quilombo Santa Tereza do Matupiri, rio Andirá-Barreirinha.

<sup>107</sup> Idem.

Abaixo, as imagens registram o momento em que a memória se revela através das conversas e histórias contadas por antigos moradores do Matupiri.

**Figura 07:** Oficina de memória PROGEX/NEAB



Fonte: Registro de campo pela pesquisadora, 11/2022

**Figura 08:** Oficina de memória - PROGEX/NEAB



Fonte: Registro de campo pela pesquisadora, 11/2022

Em abril de 2020, Edicleuza, foi chamada a assumir como coordenadora da Educação Escolar Quilombola e, partir de então, começa sua trajetória: “Comecei sozinha”. Ela relata sobre as precárias condições de estrutura física que, por serem mínimas, restava apenas a boa vontade “que eu tinha demais”. Muitas dificuldades de espaço físico no setor, exigindo-se a formação de uma equipe de trabalho que lhes desse apoio administrativo e pedagógico, fato este possível de se verificar por meio da narrativa de Edicleuza quando enumera algumas das dificuldades:

Eu preciso de impressora, vou precisar trabalhar com essas escolas, não vou ter como trabalhar sozinha. Precisaria de um administrativo que, de acordo com o Secretário de Educação, seria possível mandar um administrativo “porque, segundo ele: “dentro da secretaria tem muitas ações, eu vou organizar isso”. Nisso, a professora Joana Caroline, pode conversar com ela, inclusive, estava voltando da licença. Joana Caroline é quilombola, filha da professora Osmarina que iniciou o processo, junto com a Cremilda no quilombo. Eu recebo uma ligação, “Edicleuza, vem aqui na minha sala, que eu tenho que tratar umas questões com você”. Quando eu chego, lá está a Joana e a Osmarina, “Edicleuza, você estava precisando de um administrativo, eu gostaria de apresentar pra você, gostaria de saber se você aceita receber a professora Joane Caroline como a sua administrativa”, eu festejei, né? Começar ganhando um quilombola filha de alguém que iniciou o processo. “Venha nós vamos apreender juntas” e ela foi trabalhar comigo. Campo da História, sou historiadora, vou remexer todas as leituras, tinha que tratar a questão pedagógica “eu preciso de um pedagogo, quem eu vou colocar de pedagogo?”, mas eu não queria qualquer pessoa, eu queria um pedagogo. E na situação que eu tava, eu não podia tá batendo de frente, como eu queria funcionar o setor. Eu queria colocar uma equipe e depois a gente ia pensando, resolvendo. Eu passo um dia em frente ao banco e vejo o pedagogo Renan, pintando a frente do banco, Renan é negro. E ainda mais, que ele não conhecia a própria história dele, vou falar com o secretário. Indiquei o Renan, “então chame o Renan e traga ele aqui”, foi todo sujo. Se referindo a ele, disse o Secretário: “Olha, a partir de hoje você vai trabalhar com a Edicleuza. Você conhece a questão quilombola?”, ele disse: nunca

ouvi falar, aí o secretário “minha filha ele não conhece”, eu disse: não tem problema, eu o ensino, preciso de conhecimento pedagógico<sup>108</sup>.

A professora Edileuza, depara-se com um problema em que muitos quilombolas eram resistentes a ela, por não ser quilombola. A Pandemia, provocada pelo COVID-19, constituiu-se num outro obstáculo em relação ao trabalho, pois se fazia necessário visitar os quilombos, o que não a impediu que os estudos continuassem para a organização do necessário com vista a dominar o problema.

Então, no ano de 2021, ocorre a efetivação da política educacional quilombola.

Então em 2021 nós fizemos isso, vimos a necessidade. Recuamos em muitas coisas e pensamos, nós precisamos criar normativas municipais. Falei com o secretário, falamos com a subsecretária e nos deu apoio. Nós estudamos, estudamos e fomos para o projeto de realizar e regulamentar a educação escolar quilombola no âmbito municipal. Em 2021 foi a luta pra isso, fazíamos questões pedagógicas, auxiliávamos, orientávamos, mas o nosso foco era regulamentação. Então, nós viemos pro quilombo, trouxemos a proposta, fizemos atas, fizemos fotografias. Montamos o processo, fizemos o documento com o apoio da subsecretária e enviamos pro conselho municipal. O Conselho Municipal respondeu e a partir daí, a secretaria enviou o projeto pra prefeitura, né? O prefeito direcionou a equipe jurídica dele para fazer o projeto de lei, enviar o projeto pra câmara municipal e em dezembro de 2021 o nosso projeto foi pro plenário da Câmara Municipal pra apreciação e em outro momento foi pra votação e a câmara aprovou o projeto de lei municipal que regulamenta o setor pedagógico quilombola, que, até então, nós eramos irregular no âmbito municipal. A categoria de professores quilombolas, passou a ter respaldo no concurso público municipal em relação às vagas e cargos pra eles<sup>109</sup>.

A exemplo de tudo que é novo, daquilo que parecia inusitado, Edicleuza lançou-se ao desafio de explicar junto aos quilombolas sobre seu papel de educadora o que implicaria jamais prejudicá-los e, sim, contribuir com propostas educacionais destinadas às comunidades quilombolas. Diz, sentir-se feliz pela ação realizada na administração municipal e junto aos professores da UEA, UFAM, IFAM em que defendeu os quilombolas e muito contribuiu para efetivação do SPQ.

Segundo Edicleuza Ribeiro, a implementação da Pedagogia específica, é diferente da ensinada nas universidades, sobre isso explica a maneira como é realizado o trabalho.

Nós trabalhamos populações negras e indígenas, elas devem trabalhar com a Pedagogia Griô<sup>110</sup>, que é o griô, o grionte que detém o conhecimento, e esse conhecimento deve ser passado. A educação quilombola é a vivência, os cotidianos

<sup>108</sup> Edicleuza Costa Ribeiro. Entrevista, novembro de 2022. Quilombo Santa Tereza do Matupiri.

<sup>109</sup> Idem.

<sup>110</sup> Pedagogia Griô: uma educação feita de vínculos e ancestralidade: É uma pedagogia da vivência afetiva e cultural que facilita o diálogo entre as idades, entre a escola e a comunidade, entre grupos étnico-raciais interagindo saberes ancestrais de tradição oral e as ciências formais para a elaboração do conhecimento. Essa abordagem de aprendizado é um projeto de vida que tem como foco o fortalecimento da identidade e a celebração da vida. Disponível em: <https://lunetas.com.br/pedagogia-griô/>. Acesso em: 08/11/2023.

na escola em que não podemos trabalhar soltos, nós precisamos ajustar o saber, o conhecimento local ao conhecimento escolar por temas, por leis.<sup>111</sup>

A partir dessa concepção, as universidades devem se adequar à história, à cultura, culinária, ao artesanato, às danças, às formas de produção agrícola etc. Todos esses elementos aproximam e valorizam o cotidiano dos quilombolas porque visam o fortalecimento da “ancestralidade e a identidade do povo brasileiro por meio do reconhecimento do lugar político sociocultural e econômico de griôs e mestres da tradição oral na educação” (Caires; Pacheco, 2008, p. 17).

Pensando assim, a iniciativa de trabalhar a Pedagogia Griô, cuja prática é de teor educacional, ou seja, busca-se dar destaque a um novo lugar social, político e econômico; anteriormente, espaço dos velhos portadores de saberes e fazeres das culturas tradicionais de transmissão oral. Trata-se de saberes tradicionais cada vez mais valorizados, cuja “invenção dessas tradições”, praticadas na atualidade, tem sido repassada de geração a geração e, que, ultrapassado os tempos, tem ido ao encontro de jovens e crianças. Isto significa o sentido desta pedagogia que passa a ser inserida nas escolas municipais quilombolas de Barreirinha/AM.

Desta forma, importante destacarmos algumas orientações que respalda a Pedagogia Griô:

Reconhecer os saberes da tradição oral e fortalecer a identidade e a ancestralidade dos brasileiros; Valorizar a diversidade dos brasileiros em suas referências teóricas e metodológicas; Empoderar a sociedade civil para mediar diálogos entre as práticas pedagógicas da educação formal e da tradição oral; Fortalecer e incluir comunidades por meio da criação de redes e espaços afetivos e culturais compartilhados; Reconhecer os saberes e as práticas de griôs, mestres e mestras da tradição oral na educação<sup>112</sup>.

Reiterando que foi dito, segundo os criadores da Pedagogia Griô, Lilian Pacheco e Marcio Caires, tal iniciativa: “propõe ao educador/pesquisador/ coordenador de projetos um olhar pluri-inter-transcultural e transdisciplinar em torno de si e em torno do(a) trabalhador(a) velho(a) e ancestral de uma comunidade”. Considerando o pensamento desses autores, constatamos que as aulas realizadas com alunos da Escola Municipal Quilombola Santa Tereza do Matupiri prestigiam aqueles espaços não formais: casa de farinha, quintais etc. Esses lugares de memória transformaram-se em salas de aula, isto é, em espaços de saberes e educação no quilombo Matupiri, como exemplificadas nas imagens abaixo.

---

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup>Disponível em: <https://lunetas.com.br/pedagogia-griou/> Acesso em: 08/11/2023.

**Figura 09:** História do quilombo. PROGEX/UEA

Fonte: Elaborada pela pesquisadora em 11/2022

**Figura 10:** História do quilombo. PROGEX/UEA

Fonte: Elaborado pela pesquisadora em 11/2022

A imagem revela o repasse dos conhecimentos por meio de oficina<sup>113</sup>, aplicada por acadêmicos da Universidade do Estado do Amazonas-Campus/Parintins. Tais atividades foram realizadas com as crianças numa casa de farinha pertencente aos moradores do quilombo Santa Tereza do Matupiri, ocasião em que o *Seo Adelino*, de 95 anos de idade, reforçou por meio da oralidade as vivências e experiências do cotidiano quilombola. Cada escola trabalha nos seus espaços de vivência, respeitando-se as peculiaridades próprias e, portanto, se leva em consideração as realidades diferenciadas, conforme ressalta Edicleuza;

Aí, o que importa é a realidade de cada um. É o mesmo território, porém, cada um tem a sua realidade diferente. Então, o nosso primeiro projeto foi “Alma Não Tem Cor” que já virou referência no município e em todas as nossas escolas que trabalham com o projeto. No projeto eles fazem palestras, apresentam vídeos, literatura, bibliografia, fazem roda de conversa, falam sobre direito, falam sobre discriminação racial, e o encerramento é com as danças, culinária, com tudo o que eles têm, cada um na sua escola e o resultado é diferente de cada uma delas<sup>114</sup>.

Diversas estratégias são desenvolvidas por meio de Projetos a exemplo do “Alma não tem cor” em que a educação quilombola é enfatizada, valorizando a cultura dos quilombos, pois: “é preciso restaurar a Educação, de modo que cada um, onde quer que se encontre, tome conhecimento e consciência, ao mesmo tempo, de sua identidade complexa e de sua identidade comum a todos os outros humanos” (Morin, 2001, p. 15).

<sup>113</sup> Essas oficinas são Projetos de Extensão e de PAIC de responsabilidade do Professor João Marinho da Rocha, realizados pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro-NEAB da Universidade do Estado do Amazonas-CESP/UEA. PROGEX-NEAB.

<sup>114</sup> Edicleuza Costa Ribeiro. Entrevista, novembro de 2022. Quilombo Santa Tereza do Matupiri.

O professor Elbim dos Santos Tavares<sup>115</sup>, Coordenador da Escola Municipal Quilombo Boa Fé e formado em Pedagogia Intercultural, é um dos nossos interlocutores que está presenciando a nova realidade da educação escolar nos quilombos do Andirá. Assim, como os outros professores que nos relataram suas histórias, Elbim dos Santos apresenta como foi sua trajetória educacional:

Em 2009 prestei vestibular por Parintins, pela UEA, para qualquer área. Eu fiquei mais precisamente pelas notas, fiquei na área de pedagogia. Nesse momento, teve em Barreirinha o concurso para a cadeira de professor para a disciplina que deram o nome de “Intercultural Indígena”. Aí, eu fiz minha inscrição para vagas de não indígenas e passei. Como para Parintins não era negócio porque não tinha condição financeira, nem casa nem nada, migrei para Pedagogia Intercultural em Barreirinha, foi no sistema já mediado por tecnologia semipresencial, começou em 2009 e veio aquele desafio de hora estudar e manter a família<sup>116</sup>.

Ao contar sua história, observamos as dificuldades enfrentadas no cotidiano educacional da realidade regional. Assim, como Elbim, sabemos que se trata de uma situação vivenciada por outros profissionais. Nem todas as pessoas têm o simples acesso ao direito educacional, questão essa que fica evidente na oralidade do coordenador.

Naquela ocasião, a frente como coordenador da Escola Quilombola Boa Fé, conta da sua experiência como coordenador e os desafios enfrentados no cotidiano da escola.

A escola ficou um pouco assim, desamparada porque, aquela questão política. Ficamos um pouco sem mantimentos na escola. Mas, como antes tinha chegado um caminhão e um trator com todo equipamento agrícola, grade e também o arado, para trabalhar lá na escola, aí, a gente acabou que adquirimos essas habilidades e depois serviu pra que dois anos, que a escola ficou sem assistência direta por parte do governo, a gente usou esses materiais pra auto se sustentar. Aprendemos dirigir, aí acabamos carregando pedra e areia por dois anos. Pra não perder os estudos e também, como nossas famílias não tinham condição nos manter numa outra escola diferente, então, a gente aceitou o desafio de vencer dessa forma<sup>117</sup>.

O entrevistado revela descontentamento em relação aos estudos, estrutura, e alimentação escolar. A insatisfação não o engessou em face do desafio de dar continuidade para a construção estrutural do local. O desafio serviu de insumos para manter a escola e não deixar as famílias sem o direito a educação, pois, mesmo diante das fragilidades, acredita-se que a educação é o caminho para a conquista de um futuro melhor para todos.

---

<sup>115</sup> Elbim dos Santos Tavares. Professor, formado em Pedagogia (2009) e Coordenador Pedagógico da Escola Municipal Quilombola Boa Fé. (Entrevista, novembro/2022. Quilombo Boa Fé. Barreirinha/AM).

<sup>116</sup> Elbim dos Santos Tavares. Professor, formado em Pedagogia (2009) e Coordenador Pedagógico da Escola Municipal Quilombola Boa Fé. (Entrevista, novembro/2022. Quilombo Boa Fé. Barreirinha/AM).

<sup>117</sup> Idem.

Para que a gente consiga no futuro ter uma vida melhor financeiramente ou um conforto melhor. Eu voltei quando foi em 2000. Isso em noventa nove para dois mil, voltei concluir os estudos o ensino em 2004-2006, se não me falhe a memória, terminei o ensino médio na época né? Já era ensino médio, e aí fiquei trabalhando, quando foi em 2009 prestei vestibular por Parintins, pela UEA, para qualquer área<sup>118</sup>.

O saber promovido pelas instituições é considerado como maneira de prover recursos financeiros. O quilombola acredita que ao obter conhecimento tem possibilidade de crescimento profissional e, conseqüentemente, modificar a realidade. Por esse motivo, deu continuidade aos estudos, cursando, posteriormente, a faculdade.

Tanto Elbim quanto a professora Edicleuza, ambos entendem que a educação escolar quilombola é algo complexo, isto é: “um desafio, via perdurar por muito tempo. Agora, a questão é rever o que temos hoje em relação a essa construção rígida, então, o ideal é escolher a dedo quem realmente está comprometido, e o que vai ser da nossa educação depois”<sup>119</sup>. Nessa perspectiva, faz-se necessário ter a plena consciência de quem inserimos para nos representar. Portanto, o professor alerta sobre quem assume o cargo de gestão, considerando no que isso futuramente pode trazer resultados satisfatórios ou desastrosos.

No relato de Elbim Tavares, fica claro que muitos quilombolas não apoiam a causa política do movimento organizativo:

Temos pregado a nossa preocupação justamente do aquilombado não se interessar na causa quilombola. Por exemplo, esse é um agravante que pode comprometer esse momento de construção. Uma outra coisa, por exemplo, aqui para nossa escola, é a questão estrutural, nós não temos uma estrutura, por exemplo para a educação escolar quilombola, nós temos as árvores, os barracões, outras coisas, mas na questão administrativa nós não temos. Precisa-se fazer muito pela educação. Então, por exemplo a experiência que nós temos tido hoje, ela vai aprimorar muito, muitos ensinamentos em nós.<sup>120</sup>

Na realidade, nem todos os/as quilombolas têm envolvimento na luta pelos direitos e isso impacta diretamente nas ações de todos os envolvidos que precisam estar nas escolas. Essa necessidade respinga em todos os segmentos, seja para os alunos, famílias, professores e, principalmente, isto pode influenciar nas próprias decisões quanto à pauta de reivindicação dos quilombos.

Por outro lado, a professora Núbia Cristina Trindade, também demonstra certa preocupação quanto o comprometimento de alguns professores quilombolas em relação as ações realizadas pelas universidades, nas comunidades quilombolas. Questiona sobre a

---

<sup>118</sup> Idem.

<sup>119</sup> Idem.

<sup>120</sup> Idem.

ausência destes professores e diz: “esperava que os nossos professores e coordenadores quilombolas, pudessem estar dentro das ações que a universidade nos fornece<sup>121</sup>”. Torna-se necessário o envolvimento por parte desses profissionais, como forma de somar com aqueles professores que demonstram comprometer-se com as causas populares e, dessa forma, melhorar a qualidade de ensino dos alunos e da própria vida sociocultural dos quilombos do rio Andirá.

Silva (2022, p. 24), na tese intitulada “Quilombolas na pós-graduação construindo ébges de resistência – deslocamentos pessoais, coletivos, políticos pedagógicos e pluriepistêmicos no ensino superior”, a autora sustenta que o segregacionismo enclausurou as identidades quilombolas, calando as aspirações de uma parcela abundante de pessoas que, de acordo com a história, foram invisibilizadas,

[...], mas felizmente não conseguiu reduzi-los a um corpo inexpressivo. Coletivamente, esses sujeitos, em suas comunidades e espaços de ação política – associações, coletivos etc. –, vêm constituindo-se pela experiência de luta emancipatória e coletiva que os conduz a deslocamentos pessoais e profissionais (Silva, 2023, p. 24).

É interessante destacar os princípios da educação escolar quilombola, dispostos no art. XVII, através do qual fica preceituada “a articulação entre os conhecimentos científicos, os conhecimentos tradicionais e práticas socioculturais, próprias das comunidades quilombolas, no processo educativo dialógico e emancipatório”. Trata-se de direitos constitucionais do coletivo quilombola, assegurando-se suas diferenças, crenças, tradições, memórias, histórias e educação.

Tarcyara Raquel, professora, com formação em geografia, em suas afirmações reitera tais princípios quando ressalta a necessária contratação de professores com formação superior, priorizando os quilombolas e, diante disso, ela esclarece:

A gente estava na luta para colocar somente professores quilombolas na comunidade, porque a gente tem muitas dificuldades com a questão de que, vem muitos professores de outras localidades. Na verdade, a gente nunca foi valorizado. Tem hoje professor quilombola lá no quilombo, que ainda não tem formação acadêmica<sup>122</sup>.

Para a entrevistada, há quilombolas que não tiveram a oportunidade da formação acadêmica que permitisse qualificá-los credenciando-os profissionalmente para o exercício da

<sup>121</sup> Núbia Cristina dos Santos Trindade, 33 anos. Professora. Formada em Pedagogia. Acadêmica de Pedagogia-PAFOR. Coordenadora Pedagógica da Escola Quilombola São Pedro. Entrevista, novembro de 2022. Quilombo Santa Tereza do Matupiri, rio Andirá-Barreirinha.

<sup>122</sup>Tarcyara Raquel dos Santos Castro. 38 anos. Formada em Geografia pela UEA – 2012, Cursa Licenciatura em Pedagogia CESP-UEA. É representante da Conaq/AM – Coletivo de Educação Escolar Quilombola, Entrevista, novembro de 2021 - Parintins, AM.

docência. Isto implica diretamente no desenvolvimento educacional do grupo até o dia, quiçá, a educação seja, de fatos, um direito de todos e dever do Estado, conforme prevê a Constituição de 1988.

Na abordagem que corresponde aos interesses da Educação Escola Quilombola no rio Andirá, deparamos com o relato da professora Eurides Conceição da Silva, moradora da comunidade quilombola Boa Fé. Comenta a professora sobre as dificuldades que vem sendo observadas e percebe que os agentes sociais ainda não valorizam a identidade cultural. Diante disso, segundo a professora, este aspecto precisa ser trabalhado e inserido no próprio currículo escolar, visto que se trata de um processo em permanente construção sob o ponto de vista da afirmação político-organizativa desse grupo étnico:

[...], tem dificuldades, sim, embora estarmos trabalhando com os preceitos da educação quilombola e suas trajetórias no interior da comunidade, sendo ela mesma um quilombo. Porém temos a dificuldade por mostrar para os alunos o que eles realmente têm aqui, para eles valorizarem. Sendo, que muitos daqui moradores não valorizam a sua identidade a sua cultura. A gente está fazendo com que isso possa ser unido, um ensino curricular é o ensino básico, que a gente pode dizer, com a realidade do aluno da comunidade, aqui. Então, tem suas dificuldades sim. É importante a gente trabalhar, eu trabalho de uma forma que eu posso envolvê-los mesmos. Sabendo que eu posso unir, vamos dizer assim, a língua portuguesa eu posso trabalhar juntamente com história, a interdisciplinaridade fazendo com que a história deles aqui seja valorizada. Então, é importante que o professor em si, trabalhe essa história né, fazendo todo um processo, um trabalho todo. Aqui eles trabalham bastante com teçume, e a gente pode perceber que aqui dentro da comunidade estão perdendo essa valorização<sup>123</sup>.

Em sua ótica, urge o desenvolvimento de um processo educacional que faça os alunos valorizarem suas culturas, trabalhando a história, enfatizando-se a importância dessa pedagogia para a formação sociocultural dos quilombos. Alvarenga e Silva (2021, p. 139), ao citarem a Lei 10.639/2003 ressaltam a garantia fundamental de igualdade para:

[...] povos tradicionais, afrodescendentes e de maneira mais ampla à sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos. Há urgência em se valorizar a preservação da cultura negra que se expressa nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o estudo da Educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-brasileira em todas as disciplinas, não apenas exclusivo à História.

Os quilombolas têm seus direitos resguardados em lei, por esse motivo é imprescindível que suas tradições sejam respeitadas no sentido de pertencimento e de percepção, assim como a forma de almejar e ser reconhecido pelos outros indivíduos. Assim, a presença dos alunos nas

---

<sup>123</sup> Eurides Conceição da Silva. Professora da Escola Municipal Quilombola Boa Fé. Formada em Pedagogia-UFAM. Entrevista, novembro de 2022. Quilombo Boa Fé.

escolas não deixa de ser um exercício de cidadania desse grupo, historicamente auto identificado sob a designação de *quilombola*.

O pedagogo Renan Carvalho da Silva<sup>124</sup> do Setor Pedagógico Quilombola, explica fatos que correspondem a desafios que o SPQ enfrenta para a criação de um conteúdo programático que atue como Referencial Curricular Municipal-RCM. Salienta, ainda, que é essencial a colaboração dos professores que atuam nos quilombos para montar as propostas curriculares que irão contemplar as escolas quilombolas de Barreirinha.

A gente sabe que não está cem por cento ainda, estamos lutando para a construção do Referencial Curricular Municipal. Baseado nisso aí, nós temos reuniões convocadas com os professores por nível e eles vão dar a contribuição deles justamente para montar nossas propostas, para quando ter a Assembleia no dia, a gente apresentar e saber defender. A nossa ideia é levar os professores para cidade para construir essas propostas juntos com o Setor. No RCM está a BNCC é nacional, a RCEA é estadual e agora queremos fazer o RCM que contemple mais o nosso município. A gente quer de fato que a nossa e a contribuição dos professores que, trabalham nas escolas quilombolas estejam lá. Já estamos com visão de futuro se a gente não for contemplado com o Referencial Curricular Municipal, vamos exigir e lutar para o Referencial Curricular Municipal Quilombola. Vai dar um trabalhão mais a gente está para isso.<sup>125</sup>

Para Renan Carvalho, não adianta somente construir uma proposta, mas fazer com que tal esta seja permanente no quilombo, pois nem todos a concebem como importante e tentam retirar de circulação. Para tanto, os professores têm contribuição essencial para a elaboração de projetos orientados aos quilombolas, essa é uma luta constante.

Renan Carvalho reafirma, para a Educação Escolar Quilombola acontecer de fato nos quilombos, conforme objetiva o SPQ, ele considera que “o processo é de lutas e conquistas, tem de lutar realmente para conquistar”. O pedagogo refere-se quanto a preparação da estrutura curricular que irá atender as escolas quilombolas. Este procedimento demanda que professores das escolas municipais quilombolas objetivamente devem seguir um modelo, vide (figura: 11), encontrado na Escola Quilombola Boa Fé, passado pelo SPQ.

Aquele quadro lá na Boa Fé, que eles já estão articulando, fomos nós que passamos aquela estrutura para eles. Todos eles têm aquela estrutura, e na nossa sala lá do setor, também tem. A gente trabalha da seguinte forma, o primeiro tópico se a gente conseguiu concluir, damos ok; aí vai para outro passo, daí, ok. E assim, a gente vai trabalhando para não esquecer. Na verdade, aquele quadro é uma coisa pra gente não perder o foco.<sup>126</sup>

---

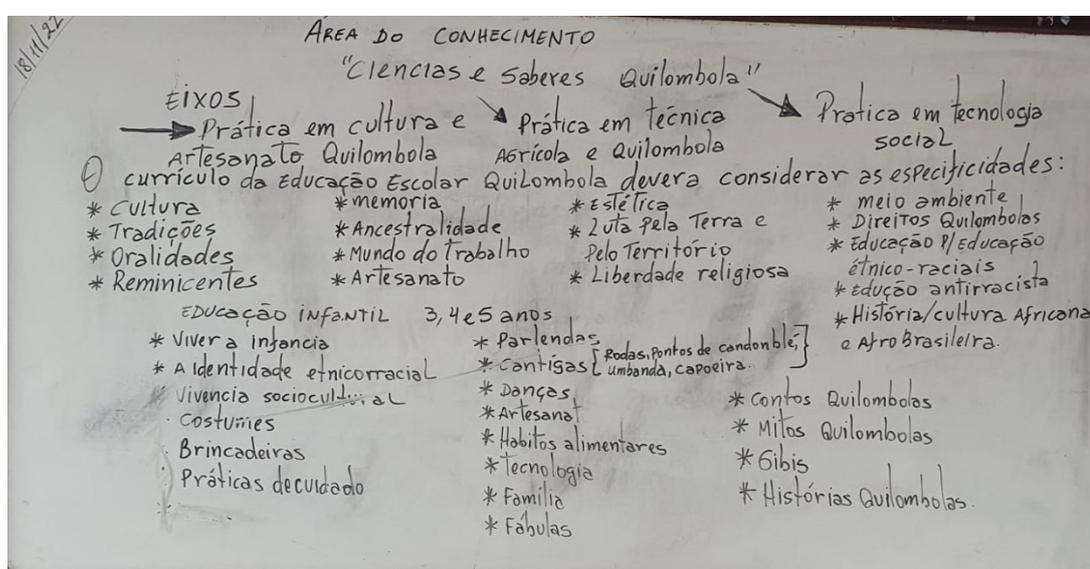
<sup>124</sup> Renan Carvalho da Silva. Pedagogo. Atualmente é coordenador do Setor Pedagógico Quilombola da SEMED. Entrevista, novembro de 2022. Quilombo Matupiri, Barreirinha/ AM.

<sup>125</sup> Idem.

<sup>126</sup> Idem.

De acordo com o pedagogo, as estruturas curriculares montadas no quadro, são construídas a partir de eixos que compreendem: Prática em cultura (artesanato quilombola); Prática em Técnica (agrícola e quilombola) e Prática em Tecnologia (Social). De acordo com tais práticas, o currículo da Educação Escolar Quilombola deverá considerar as especificidades tais como: Cultura, tradições, oralidades, remanescentes, memória, ancestralidade, mundo do trabalho, artesanato, estética, luta pela terra e pelo território, incluindo-se, ainda, a liberdade religiosa, meio ambiente, direitos quilombolas, educação para educação étnico-raciais, educação antirracista, história/cultura africana e afro-brasileira. Além das questões para educação infantil das crianças de 3, 4 e 5 anos, conforme detalha o quadro (fig. 10). Todas as especificidades deverão respeitar as idades firmadas na Legislação Municipal 284, de 20 de dezembro de 2021, que instaura o Setor Pedagógico Quilombola no Setor Administrativo da SEMED.

**Figura 11:** Orientação do Currículo Para a Educação Escolar Quilombola



Fonte: Quadro de referência laborado pelo SPQ-Escola Quilombola Boa Fé/2022.

As orientações do quadro deverão ser levadas ao campo teórico/prático para a elaboração do currículo, centrado na área específica do conhecimento dos estudantes, professores/as dos quilombos, visto que o mesmo expõe a lógica estrutural do conteúdo programático, atualmente exercitado nas Escolas Municipais Quilombolas Boa Fé, Santa Tereza do Matupiri, São Pedro e Trindade. Convém destacar que, dadas as peculiaridades dos quilombos, cada escola deverá elaborar as propostas pedagógicas voltadas às especificidades da educação escolar quilombola.

Assim entendido, a orientação das propostas curriculares é um processo novo e moderno e desafiador, sobretudo no âmbito das políticas públicas educacionais em construção no país. Assunto a respeito do qual se tem discutido nas últimas décadas, com ênfase, inclusive, na “valorização ocorrida no ano de 2000, quando se intensificaram os debates políticos, com materialização legal, programas e ações voltadas para a temática da diversidade na educação, entre elas, a EEQ” (Custódio, 2021, p. 2).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a complexidade territorial desta região, conhecer a Amazônia em seus vários aspectos não é tarefa fácil. Dentre outras situações, as obras destacadas neste trabalho nos levaram a reflexão de como identificar a presença negra na Amazônia, além de nos terem permitido compreender a forma pela qual se deu o processo de construção, de luta e reconhecimento dos quilombos de Barreirinha e seus direitos étnicos. A extensa rede de elementos que há nestes territórios afro-amazônicos, conhecidos sob a nova designação de “quilombos”, proporcionaram novas análises acerca dos objetivos centrais deste estudo.

Tais reflexões conduziram a distintas percepções interpretativas inicialmente sob a ótica dos viajantes naturalistas em períodos dos séculos XVIII-XIX, donde os estudos referenciados se propuseram analisar os caminhos por eles percorridos quanto à formação da região do Baixo Amazonas com ênfase na história social dos quilombos do Andirá localizados no município de Barreirinha-AM/Baixo Amazonas.

A dissertação traz um mapeamento da interpretação dos viajantes naturalistas que vieram para Amazônia com o propósito de conhecer, explorar a história natural, analisando-a como ciência. Através de suas narrativas, foi possível identificar os locais por eles percorridos, e, diante das análises interpretativas desses estudos, surgiu a ideia da elaboração da história social do quilombo do Andirá, marcada com a chegada do ex-escravizado, Benedito Rodrigues da Costa, nas paragens do Matupiri.

A pesquisa – que, em tese, buscou uma aproximação concomitante ao tempo que marca a cronologia dos acontecimentos – constatou que há possibilidades de uma conexão cronológica da passagem dos últimos viajantes naturalistas nas regiões do Baixo Amazonas com a chegada do primeiro negro, Benedito Rodrigues da Costa, no quilombo do rio Andirá.

Em que pesem as verificações quanto ao pensamento social sobre a região amazônica e os registros de memórias dos quilombolas é um advento provável que as discussões a respeito dos viajantes naturalistas, em todo o contexto histórico, abram portas de possibilidades para a compreensão acerca das subidas de escravizados para o Amazonas. É nesse contexto que Benedito, provavelmente, sobe os percursos hidrográficos chegando às regiões do Andirá.

Podemos considerar que entre os séculos XIX e XX houve um processo de silenciamento quanto à existência dos grupos étnicos no Amazonas. A abertura dos anos 2000 no Brasil é um novo início. É o novo momento de construção dos movimentos sociais, que em meio ao período ditatorial, lutam por direitos étnicos conquistando-os por meio de legislação,

cujos marcos regulatórios lhes permitem a prescrição de novas oportunidades no âmbito das esferas de poder.

Por meio das lutas dos movimentos sociais negros no Brasil e quilombola no Amazonas que produziram legislações, foi o fator predominante em dar visibilidade aos territórios quilombolas de Barreirinha, causa esta que os leva ao processo de construção étnica, amparados no art. 68 da ADCT/1988, e posteriormente os encaminha a formação educacional dos quilombos do Andirá, consoante a lei que determina o ensino da história e cultura afro-brasileira.

As lutas do povo negro foram significativas também para a criação e efetivação da educação, especificamente a educação escolar quilombola. A valorização da história e memória dos afrodescendentes são elementos simbólicos que constituem e materializam o fortalecimento educacional, bem como as dimensões do acesso da qualidade e da equidade do ensino que amparadas estão sob luz da legislação. O Movimento Negro e o Movimento Quilombola conectam as ancestralidades africanas e afro-brasileiras que se apresentam em busca de reconhecimento identitário.

Nesse processo é que se dá a conjuntura de um gerenciamento político-educativo em que gestores, coordenadores, professores e as comunidades quilombolas, movidos por um objetivo sob a criação de um núcleo pedagógico, que atenda as dificuldades educacionais. Acreditamos que a criação deste setor, sirva como fortalecimento destas unidades sociais, que estão em permanente construção tanto étnica, quanto educacional. A base que fortalece esses saberes nasce da elaboração de um novo currículo, responsável por valorizar novas práticas sociais, históricas, culturais, tecnológicas, elementos que servem como referências para crescimento e desenvolvimento educacional desses agentes internos.

Percebemos que a oralidade é um veículo que forneceu a interpretação dos diálogos estabelecidos com os agentes sociais, vinculados à questão educacional, pois, a partir disso, foram reveladas como as práticas educativas acontecem. Então, constatamos que os professores e coordenadores buscam construir os eixos curriculares voltados para cultura, oralidade, memória, ancestralidade, artesanatos, direitos quilombolas, entre outros conteúdos relacionados à história desses grupos.

Verificamos que a oralidade é uma construção social, visto que ela resulta das experiências vivenciadas pelos mais velhos que vão tecendo conhecimentos transmitidos às novas gerações, tornando-se, estas, receptoras e transmissoras de todo o saber de forma verbal. Eles nos proporcionaram substancial informação ao falar da história das comunidades quilombolas. Por meio dessas informações, fica claro o envolvimento dos quilombolas mesmo

que em meio a conflitos agrários fixam seus propósitos nas lutas pelas conquistas por direitos étnicos e territoriais.

Dentre os aspectos expostos nesta dissertação o que mais nos levou a inquietude foi quanto à apresentação da cultura que emana no seio dos quilombos do Rio Andirá. Senti que os moradores estavam entusiasmados em mostrar a grandeza da festa que marca sua identidade; uma forma de firmar posicionamento quanto à identificação étnica. Com a apresentação da sua cultura que é rica e, que, ao mesmo tempo, nos proporcionou conhecer ainda mais aquilo que estava apenas desenhado nas linhas das leituras. Assim, cada dança tem em sua característica o jeito de comunicar através dos corpos que educam, como: a Onça-te-Pega, o Lundun, o Carimbó e o boizinho Trinca-Terra.

Estes são aspectos que crianças e adultos participam e juntos realizam uma contagiante apresentação única, e literalmente digna de ser reconhecida como forma riquíssima de aprendizagem, voltada para contexto sociocultural. Dessa maneira, nos ensinam sobre a arte que provém dos aspectos de origem, relacionados às formas de cultura, a exemplo da dança que agrega significados, cujo simbolismo ultrapassa os mecanismos corporais quando se converte nas formas peculiares do ensinar história e fixar padrões identitários. Está-se diante de um povo que resiste e que luta, mostrando o importante grau de reconhecimento étnico como verdadeiro patrimônio cultural em permanente construção no interior dos quilombos. Ali, há programas educativos e pessoas com representatividade político-organizativa e, em que pese as críticas sobre as velhas práticas curriculares, há posicionamentos acerca do que hoje se entende como inadequados à realidade em que estão inseridos, pois continuam centrados em conteúdos muito formais e distantes do mundo vivido pelos alunos.

Em relação à política educacional, recentemente, uma pauta do movimento quilombola teve repercussão positiva no sentido de atender as reivindicações da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha-FOQMB. Trata-se de um marco importante alcançado no município de Barreirinha com a aprovação da Lei Municipal nº 284, de 20 dezembro de 2021, pela Câmara Municipal, que instaura o Setor de Educação Escolar Quilombola. Essa legislação representa avanço significativo no reconhecimento das necessidades e particularidades das comunidades quilombolas locais no âmbito educacional. A Lei não apenas abre caminho para a adequação dos currículos e práticas pedagógicas, mas também reforça o papel fundamental das comunidades quilombolas na construção de uma educação que respeite e celebre a diversidade cultural e étnica a enriquecer o tecido social do município de Barreirinha.

Como pesquisadora, olhar o novo e vivenciar as práticas do processo de construção educacional daquele território foi uma experiência singular, porque realmente é única. Algo que nos permitiu vislumbrar de perto a emergência da identidade das comunidades quilombolas, já que percebemos cada detalhe que se configura no orgulho que vivenciam pela conquista do sentirem-se quilombolas.

Nessa perspectiva, há que compreender as duas formas de interpretação da região do Baixo Amazonas: uma, advinda do olhar daqueles viajantes naturalistas que por ali passaram; e a outra diz respeito à construção científica acionada, contemporaneamente, por pesquisadores que, por via do repertório interpretativo, acionam produções intelectuais identificadas através da elaboração de TCC's, Dissertações e Teses construídas numa perspectiva de compreender os contornos de formação político-organizativa dos quilombos do rio Andirá, verdadeiro laboratório investigativo, portanto, advento de uma identidade coletiva, historicamente construída.

Esse sentimento de pertença materializado nos traços culturais, advindos de suas memórias coletivas, construída a partir dos processos de vida real, ou seja, com e a partir dos processos sociais em curso na Amazônia e que vão se estendendo de geração a geração; entrelaçando vidas, colhendo risos dos anciões, deixando legados ao acriançado. E assim vai se descobrindo a verdadeira essência das manifestações culturais que emanam das veias dos quilombolas do rio Andirá, como frequentemente afirmam as lideranças: “Orgulho em ser Quilombola!”

A pesquisa revelou algumas reivindicações e posicionamentos relacionadas a etnicidade e territorialidade em favor da Comunidade Negra na luta por seus direitos sociais, bem como a educação, a saúde, a religião e a questão agrária. Os quilombos do Andirá também reivindicam a efetivação de uma política educacional qualitativamente materializada nos propósitos extensivos ao direito à memória, às “tradições reinventadas” e à descendência, ancorados nas práticas socioculturais que formatam e os configuram historicamente.

As entrevistas nos deram ciência sobre a Lei 10.639/2003, o Plano Nacional de Educação, e a Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. A Lei prevê a implementação desse aporte jurídico-formal, passando a ser suporte do que trata a Educação Escolar Quilombola, previsto na Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica e consolidam providências dos aportes legais de reparação histórica do povo negro, estabelecendo conhecimento e ensino das trajetórias dos grupos étnicos.

Trata-se de uma forma específica de interpretar a Amazonia, tendo em vista a emergência de novas etnias e de como esses professores/pesquisadores estão explicando e traduzindo o quilombo. Para demonstrar essa relação o estudo sobre os viajantes naturalistas e considerações tecidas por meio destes, outra inquietação nos faz refletir: Por que estudar os viajantes naturalistas? Nessa perspectiva percebe-se que a Amazônia passa a ser revelada, desconsiderando o que seu significado representa para os povos que nela habitam.

Esse é o um ponto de vista que se propaga até hoje, onde certas teorias foram e são reproduzidas e transmitidas nas escolas. Então, romper com certos hábitos ou métodos de abordagens superados pelo tempo, portanto, ultrapassados, é uma reflexão de urgência para que se construa um currículo escolar, amparado em conteúdos programáticos que, subsidiados pela dinâmica do método de aprendizagem, firmem-se os propósitos de levar em conta os direitos étnicos da educação escolar quilombola.

Portanto, contemporaneamente, tal procedimento remete à valorização de profícuos conhecimentos acumulados ao longo de um tempo a ressignificar concepções para uma nova e significativa compreensão de “como”, realmente, é compreendida a Amazônia. Enfim, esse percurso epistêmico acerca do processo de formação da Região do Baixo Amazonas, tornou-se condição necessária para interpretá-la sob a ordem de uma cosmologia dos espaços sociais onde habita o lugar de memória, de reprodução do conhecimento, ressignificando, assim, o território quilombola do rio Andirá.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, R. E; CASTRO, E.M.R.de. **Negro do Trombetas: guardiães de matas e rios**. 2 ed. Belém: Cejup / UFPA - Naea, 1998.

AGASSIZ, L; AGASSIZ, E.C. **Viagem ao Brasil, 1965-1966**. tradução e notas de Edgar Süssekind de Mendonça. – Brasília: In: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. Coleção Brasil Visto por Estrangeiros. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 05.01.2023.

ALBERTI, V. **Manual de História oral**. FGV Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. **Histórias dentro da História**. In: PINSK, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. 3 ed. – São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. **Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira** In: Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas/ Amilcar Araújo Pereira, Ana Maria Monteiro (org.) – Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Quilombolas e novas etnias**/Alfredo Wagner Berno de Almeida. – Manaus: UEA Edições, 2011.

\_\_\_\_\_. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. - 2.<sup>a</sup> ed, Manaus: PGSCA - Ufam, 2008.

\_\_\_\_\_. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 /Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

AMARAL, V. A. **A Amazônia de Arthur Cézár Ferreira Reis: Autópsia de Uma Esfinge Docilizada**. *Ars Histórica*, v. 14, n. 1. Revista ISSN 2178-244X, nº14, Jan/Jun 2017, p.329-332 [www.ars.historia.ufrj.br](http://www.ars.historia.ufrj.br).

AMARAL, A. J. P; RIBEIRO, M. E. da S. (p.68). **Educando e Aprendendo com os Recursos Naturais Quilombolas-1º Relatório de Experiências**. In: Da universidade ao quilombo: extensão, pesquisa, educação e sociabilidade na Amazônia / Assunção José Pureza Amaral (org). – Castanhal, PA: UFPA, Faculdade de Pedagogia: UFPA, Faculdade de Letras, 2015. 142p

ALVARENGA, Rúbia Mara Ferreira; SILVA, Angela, Maria Caulyt Santos da. **A Preservação da Cultura Quilombola Intra e Intergeracional**. In: Perspectivas em Diálogo, Naviraí, v. 08, n. 17, p. 131-154, maio/ago. 2021.

AVE-LALLEMANT, R. **No Rio Amazonas. Belo Horizonte**/São Paulo: Itatiaia; USP. (1980). ISBN- 10: 8531907101

ANTONACCI, A. M. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: EDUC, 2014.

BÂ, Amadou Hampaté, **A. Tradição Viva** In. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki -Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. Capítulo 8.

BARROS, J. D’A. **A História Social: seus significados e seus caminhos**. Revista de História da UFOP. n° 15, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado.

BRASIL: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola. Parecer CNE/CEB n° 16 de 2012. Resolução n°08, de 20 de novembro de 2012.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana. Brasília: SECAD/ME, 2004.

BRASIL. LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)

BATES, Henry Walter. **O naturalista do rio Amazonas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. 2 v. (Brasiliana, 237).

BARTOLI, E. «**Cidades na Amazônia: Centralidades e Sistemas territoriais na sub-região do Baixo Amazonas (AM)**», Espaço e Economia [Online], 20 | 2020, posto online no dia 07 janeiro 2021, consultado o 22 agosto 2023. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/17823>; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.17823>

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 13. ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 322 p.

CARRIL, L. de F. B. **Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto**, Revista Brasileira de Educação V.22n69 abr- jun.2017.

CASTRO, H. **História Social. 1997**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). Domínios da história: ensaios de teorias e metodologias. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, M. A. **Trilhas percorridas por uma militante quilombola: vida, luta e resistência!** Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

COSTA, H. L. “**Amazônia: paraíso dos naturalistas**”. **Amazônia em Cadernos**, Manaus, n. 6, jan/dez/2001, p.229-270.

COHEN, Anthony Paul. The symbolic construction of community. London and New York: Routledge, 1985.

CUNHA, E. da. 1866-1909. **Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos** / Euclides da Cunha; seleção e coordenação de Hildon Rocha. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. 393. (Coleção Brasil 500 anos).

CUSTÓDIO E.S. **Um olhar sobre propostas de Educação Escolar Quilombola no Brasil a partir de referenciais curriculares estaduais.** In: Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 1722-1747, out./dez. 2021. Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo – PUC-SP. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>>. Acesso em 17 de ago. de 2023.

DELGADO, L. de A. N. **História oral e Narrativas: Tempo, memória e identidade.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DIAS, A. F. W. **A Sudam e a cooperação técnica internacional: uma análise da eficiência do projeto SUDAM/PNUD.** Cooperação para geração, disseminação e utilização de informação para o planejamento regional – BRA/96/025, 2009.

DIAS, M. N. **As frotas do cacau da Amazônia (1756-1777): subsídios para o estudo do fomento ultramarino português no século XVIII.** Revista de História, [S. l.], v. 24, n. 50, p. 363-377, 1962. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1962.121624. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121624>. Acesso em: 19 out. 2023.

DOMINGUES, P. “**Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**”. Tempo, Rio de Janeiro, Departamento de História-UFF, n. 23, 2007.

\_\_\_\_\_ ; GOMES, Flávio. **Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/03.** Revista da ABPN. v. 5, n. 11 jul. – out. 2013, p. 05 – 28

DOMINGUES, H. M. B. **A história das ciências e os saberes na Amazônia** / Heloisa Maria Bertol Domingues; Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed.; Patrícia Maria Portela Nunes, org., Maria Consolidação Lucinda, org., Cynthia Carvalho Martins, org., Camila do Valle, org. – Rio de Janeiro/ São Luís: Casa 8, 2016.

FERREIRA, R. da. S. **Henry Walter Bates: um viajante naturalista na Amazônia e o processo de transferência da informação,** Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 2, p. 67-75, maio/ago. 2004.

FORQUIN, J. Claude. **Escola e Cultura: a sociologia do conhecimento escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de ler: em três artigos que se completam** / Paulo Freire. – São Paulo: Autores Associados: Cortês, 1988

GEERTZ, Clifford, 1926- **A interpretação das culturas / Clifford Geertz.** - L.ed., IS. reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323p.

GOMES, C. V. A. **Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 13, n. 1, p. 129-146, jan.-abr. 2018.

GOMES, N.L.O **Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação** / Nilma Lino Gomes. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. ISBN 978-85-326-6148-7 – Edição digital-Kindle.

\_\_\_\_\_. **Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos**. In: Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. p.105.

GOMES, F; MACHADO, M.H.P.T. **Interiorização e os quilombos em São Paulo nos séculos XVIII e XIX**. In: Iberoamericana, XL,42 (2011), 93-109.

GOMES, J.D. M. **Negros em Parintins/AM: relações raciais, fronteiras étnicas e reconhecimento identitário**. Jéssica Dayse Matos Gomes. Manaus: UFAM, 2022. 244 f.; Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, 2022.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 3.ed. Neide Gondim. Organização: Tenório Telles. – Manaus: Valer, 2019.

LA CONDAMINE, C-M. de. **Viagem na América Meridional descendo o rio Amazonas**. Brasília: Senado Federal, 2000. (Coleção “O Brasil Visto por Estrangeiros)

Lista de mesorregiões do Amazonas: Disponível em: <<https://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Lista-De-Mesorregi%C3%B5es-Do-Amazonas/56858022>>.html Acesso em: 24 de set. 2022.

MACIEL, N. Ficheiro original: In: Revista. capa\_espaco\_economia\_numero\_20\_final\_2.jpg (image/jpeg – 115k)

MACEDO, Elizabeth. **Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural**. Revista Brasileira de Educação. v. 11 n. 32 maio/ago. 2006. p.289

MELO, P. A. **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia**. 2. ed. rev. e ampl. Patrícia Alves Melo/(org.). Curitiba: CRV, 2021.

MEIRELLES FILHO, João. **Grandes Expedições à Amazônia Brasileira – 1500 – 1930**. Editora Metalivros, 2009)

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3ª edição. Brasília: Cortez Editora, 2001.

NASCIMENTO, J. do. **Personagens Esquecidos: A Presença Negra nos Relatos de Viagem na Amazônia Oitocentista**. Relatórios finais de Iniciação Científica PIB-H/0047/2011. Repositório UFAM, 2012. Disponível em: <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/2667> Acesso em: 05.01. 2023.

NERY, F. J. de S., Barão de Santa-Anna,1848-1901. **O país das Amazonas. Barão de Santa-Anna Nery**; tradução de Ana Mazur Spira. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2018. 396 p.: il. – (Edições do Senado Federal; v. 246)

OLIVEIRA, J.P. de. **Elementos para uma sociologia dos viajantes**. In: (Org.), J.P. D. O. **Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.p. 84-149.

OLIVEIRA, G.I.F.de. **Comunidade Quilombola de Santa Tereza do Matupiri: autoimagem, construção sócio-histórica e territorial**. 2017- Mestrado Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas.

\_\_\_\_\_. G.I. F. de. **Quilombo do Matupiri/AM: conflitos, resistência e reconhecimento no Rio Andirá**. Tese de (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia), UFAM, Manaus-AM – 2021.

PAES LOUREIRO, J. de J. Cultura amazônica: uma diversidade diversa. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2019/04/10/cultura-amazonica-uma-diversidade-diversa/>. Acesso em 19 de set. de 2022.

PACHECO, Lílian e CAÍRES, Marcio (Org.). Nação Griô – **O Parto Mítico da Identidade do Povo Brasileiro**. 1ª edição, Grão de Luz e Griô, Lençóis (BA), 2009.

PEDAGOGIA GRIÔ: **uma educação feita de vínculos e ancestralidade**. Disponível em [lunetas.com.br/pedagogia-grio/](http://lunetas.com.br/pedagogia-grio/) Acesso em: 08/11/2023.

PINTO, L. da C. **A Voz de Um Passado em Um Contexto Contemporâneo: O Cenário do Sítio Freguesia do Andirá – Am**. 2017. 47.; TCC (Graduação em Bacharelado em Arqueologia) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2017.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social. Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, RJ. Vol. 05, n.10, 1992 p.204.

PRATES, R. C; BACHA, C. J. C. **Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 601-636, dez. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182011000300006>

RANCIARO, M. M. M. de A. **Andirá: memórias do cotidiano e representações sociais**. Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro. Manaus: EDUA, 2004. (Série Amazônia: a terra e o homem)

\_\_\_\_\_, M. M. M. de A. **“Os cadeados não se abriram de primeira”: processos de construção identitária e a configuração do território de comunidades quilombolas do Andirá**. Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro. Manaus: UFAM, 2016. 235 f.; Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Amazonas, 2016

\_\_\_\_\_. **M.M. de A. Quilombos do Andirá: das travas à abertura dos cadeados**. Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro. – Manaus: Valer, 2021.

REIS, A. C. F. **1906. História do Amazonas**. Arthur César Ferreira Reis. 2. ed. – Belo Horizonte: Itatiaia; [Manaus]: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. – (Coleção reconquista do Brasil. 2a. série, v.145)

\_\_\_\_\_. **A Amazônia e a Integridade do Brasil**. / Arthur César Ferreira. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.254 p. – (Coleção Brasil 500 Anos)

RIBEIRO, O.de S. **Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins**. Odenei de Souza Ribeiro. Manaus: UFAM, 2012. 326 f.; Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, 2012.

RIOS, A. M.; MATTOS, H. M. **O Pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas.** Topoi, V.5, 8, jan. 2004, pp.170-198.

ROCHA, J. M. da. **Das Sementes aos Troncos: História e Memória do movimento quilombola do Rio Andirá** /João Marinho da Rocha. Manaus: UFAM, 2019. 377 f.; Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, 2019.

ROCHA, J. M.; M.C, FREITAS. **“Benedito Rodrigues, O Preto da África...” Nos rastros das Memórias e Histórias de quilombolas na Amazônia.** Revista European Academic Research Vol. X, Issue 5/ August 2022. ISSN 2286-4822, p. 1766-1778.

SAFIER, N. **Como era ardiloso o meu francês: Charles-Marie de la Condamine e a Amazônia das Luzes,** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 29, nº 57, p. 91-114 – 2009.

SAUNIER, T. **Parintins: Memória dos Acontecimentos Históricos.** Tonzinho Saunier. Manaus: Valer. Governo do Estado do Amazonas, 2003.

SANTOS, B. H. de O. **Um sonho de pertencimento: O fenômeno comunitário à luz do pensamento de Zygmunt Bauman.** Revista Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 113-120, dezembro. 2014. Semestral. Disponível em: <[www.habitus.ifcs.ufrj.br](http://www.habitus.ifcs.ufrj.br)>.

SANTOS, J. R. dos **“Movimentos negros e crise brasileira” Atrás do muro da noite, dinâmica das culturas afro-brasileiras,** Joel Rufino dos Santos e Wilson do Nascimento Barbosa, Brasília, Ministério da Cultura/ Fundação Cultural Palmares, 1994, p .157

SENA, Ailton. **Comunidade e Sociedade.** Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/sociologia/comunidade-e-sociedade> em 14/10/2020 e atualizado pela última vez em 30/09/2020. Acesso em: 02 de nov. de 2023.

SILVA, E. M. da. **Do Inferno à Paga - a trajetória de vida de Manoel Eugênio da Silva, núcleo quilombola da Paga, Rio Andirá.** 2019. 33f. TCC (Graduação em Licenciatura em História) – Universidade do Estado do Amazonas, Parintins, 2019.

SILVA, A. R. **Quilombolas na pós-graduação construindo ebgas de resistência - deslocamentos pessoais, coletivos, político pedagógicos e pluriepistêmicos no ensino superior.** Tese (de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação) Universidade Federal de São Carlos, 2022.

SILVA, A. **Os Naturalistas Viajantes na Amazônia.** Publicado em 18 de março de 2010. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/os-naturalistas-viajantes-na-amazonia/34543>. Acesso em: 28 de set. de 2023.

SIQUEIRA, J. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação- RTID do território quilombola do rio Andirá,** Manaus-Am, 2016.

SMITH, Anthony. **Os Conquistadores do Amazonas.** São Paulo: Círculo do Livro, 1990

SOLDADO, E. B. R. **Alfred Russel Wallace na Amazônia: análise nas descrições sobre a distribuição dos animais e seus limites de alcance.** Emerson Barão Rodrigues Soldado. São

Paulo: PUC, 2017. 72 f. - Dissertação (Mestrado em História da Ciência). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

SOUZA, M. Â. de. **Superintendência da Borracha**: um estudo institucional, Seropédica, RJ, 2010.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia** [recurso eletrônico]: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI / Márcio Souza. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019. recurso digital. Edição do Kindle.

SOUZA, S. R.G de. “**Malária Estigmas dos Trópicos**”: **Amazônia Reinventada Pelo Discurso da Ciência na Segunda Década do Século XX** - Jamaxi, Ufac, v.1, n.1, 2017  
SPIX, J. B. von; MARTIUS, C.F.P.von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Spix e Martius.; tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. 3v.: il. 348 p. -- (Edições do Senado Federal; v. 244-A)

SUDÉRIO, M. de O. **Experiências em Planejamento Regional no Estado do Amazonas: entre a SPVEA e a SUDAM/SUFRAMA (1953-1985)**. Marcílio de oliveira Sudério. Brasília: UnB, 421 f.; Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, 2020.

PIZARRO, A. 1941- **Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização** / Ana Pizarro; tradução Rômulo Monte Alto. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. 271 p, il. + 1 DVD-ROM-(Humanitas).

TAVARES BASTOS, A. C. **O Valle do Amazonas, estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatística, comércio, questões fiscais do Valle do Amazonas**. Rio de Janeiro: B.L. Garnie, livreiro editor, 1866.

TÖNNIES, F. **Comunidade e Sociedade como entidades típico-ideais**. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 96-116.

WALLACE, Alfred Russel, 1823-1913. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro / Alfred Russel Wallace**; notas de Basílio de Magalhães. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. 630 p. -- (Edições do Senado. Federal; v. 17).

## FONTES ORAIS

Edicleuza Costa Ribeiro, Mestranda. Entrevista, *novembro* de 2022. Quilombo Santa Tereza do Matupiri. rio Andirá, Barreirinha-AM.

Elbim dos Santos Tavares. Professor-Coordenador Pedagógico. Entrevista novembro de 2022. Quilombo Boa Fé. rio Andirá, Barreirinha-AM.

Eurides Conceição da Silva. Professora. Entrevista, novembro de 2022. Quilombo Boa Fé. rio Andirá, Barreirinha-AM.

João Xisto de Castro Neto, 34 anos. Presidente da FOQMB. Entrevista, novembro de 2022. Quilombo Santa Tereza do Matupiri. rio Andirá, Barreirinha-AM.

José Cláudio T. Guimarães, 50 anos. Professor. Entrevista, novembro de 2022. Quilombo Santa Tereza do Matupiri. Rio Andirá, Barreirinha-AM.

Maria Amélia dos Santos Castro, 63 anos. Entrevista, dezembro de 2021. Manaus-AM.

Renan Carvalho da Silva. Pedagogo. Entrevista, novembro de 2022. Quilombo Santa Tereza do Matupiri. rio Andirá, Barreirinha-AM

Tacyara dos Santos Castro, 39 anos. Professora. Entrevista, novembro de 2021. Parintins-AM.

Benedita Ribeiro de Castro, 65 anos (in memorian). Entrevista novembro 2018. Quilombo Santa Tereza do Matupiri, rio Andirá, Barreirinha-AM.

Celina Marinho Viana, 79 anos. Entrevista novembro 2018. Quilombo Santa Tereza do Matupiri, rio Andirá, Barreirinha-AM.

Janete de Souza Santos, 60 anos, Professora de História. Quilombo Santa Tereza do Matupiri. Entrevista outubro de 2019. rio Andirá, Barreirinha-AM.

Jeovan da Silva Pedreno, 49 anos. Professor de Língua Portuguesa. Quilombo Santa Tereza do Matupiri. rio Andirá, Barreirinha-AM.

José Lázaro Rodrigues de Souza, 50 anos, Professor de Matemática. Quilombo Santa Tereza do Matupiri. Entrevista novembro 2018. rio Andirá, Barreirinha-AM.

Maria Amélia dos Santos Castro, 59 anos. Entrevista, agosto de 2018. Parintins-AM.

Maria Hilda, 56 anos. Técnica de saúde-aposentada. Entrevista, novembro 2018. Quilombo Santa Tereza do Matupiri, rio Andirá, Barreirinha-AM.

Maria da Penha da Silva, 65 anos. Professora. Entrevista, novembro 2018. Quilombo Santa Tereza do Matupiri, rio Andirá, Barreirinha-AM.

Núbia Cristina dos Santos Trindade, 33 anos. Professora. Coordenadora Pedagógica da Escola Quilombola São Pedro. Entrevista, novembro de 2022. Quilombo Santa Tereza do Matupiri, rio Andirá-Barreirinha-AM.

Valdemira Pinheiro da Silva, de 83 anos. Aposentada. Entrevista, outubro 2019. Quilombo Boa Fé, rio Andirá, Barreirinha-AM.

Valdemira Pinheiro da Silva, de 86 anos. Aposentada. Entrevista, novembro 2022. Quilombo Boa Fé, rio Andirá, Barreirinha-AM.

**ANEXOS**



## Anexo 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA



**Projeto:** QUILOMBOS DO ANDIRÁ: do processo de construção da região do Baixo Amazonas na perspectiva dos viajantes naturalistas à interpretação científica sob a ótica de professores/pesquisadores na contemporaneidade

**Mestranda:** Carla Silvane da Silva Costa

**Orientador(a):** Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida

**Local da Pesquisa:** Quilombos do Andirá

**Participante nº:** \_\_\_\_\_

Gostaria que você pudesse, falar um pouco de você, da sua história, quem são seus pais.

\_\_\_\_\_

1-Nome, idade, filiação, profissão, se reconhece como quilombola? por quê?

\_\_\_\_\_

2- Me fale sobre sua profissão como professora(o) para qual series você lecionou?

\_\_\_\_\_

3-De que forma ministrava as aulas?

\_\_\_\_\_

4-Já consistia em seu plano de estudo a temática quilombola?

\_\_\_\_\_

5-Quais são as religiões que existem no quilombo?

\_\_\_\_\_

6- Em seu olhar quais são os modos de relação de trabalho existentes na sua comunidade?

\_\_\_\_\_

7- Quais são os desafios que vocês encontram para consolidar o que dizem as legislações principalmente a educação escolar quilombola?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**8-** Na sua visão, você que tem experiência frente ao Núcleo quilombola, o que precisa ser feito para garantir a educação escolar quilombola para que se possa chegar as comunidades reconhecidas?

---

**9-** O Núcleo tem algum projeto elaborado, ou outro documento e/ou material que se certifique para institucionalizar na prática a educação quilombola?

---

---

## Anexo 2: Carta de Cessão

	<p>PODER EXECUTIVO          MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO          UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS          INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS          PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA          AMAZÔNIA</p>		
---	---	---	---

Manaus, 20 de outubro de 2021.

**Às**

**AUTORIDADES BRASILEIRAS**

Venho, por meio deste, apresentar a mestranda Carla Silvana da Silva Costa, matrícula n.º 2210509, do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA/UFAM, que ora desenvolve trabalhos de pesquisa intitulado *“Quilombos do André: uma análise dos processos socioculturais de educação”*, sob a orientação do Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, professor do PPGSCA e Coordenador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia PNCSA. A referida pesquisadora se encontra em sua fase de desenvolvimento da pesquisa e, necessitamos utilizar para a coleta de dados alguns recursos tecnológicos como: câmera fotográfica para o registro de imagens pertinentes quanto à documentações formais, gravador para o registro de entrevistas com a finalidade de enriquecimento do trabalho para a análise e redação da dissertação de mestrado da aluna supracitada.

Em contrapartida, a mestranda se compromete a entregar a este departamento, uma cópia da dissertação, assim que defendê-la.

Desde logo agradeço a Vossa Senhoria pelo apoio e colaboração prestados a pesquisadora e lhe apresento, cordiais saudações.

Atenciosamente,



Alfredo Wagner Berno de Almeida  
 Prof. Orientador

Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - Universidade Federal do Amazonas - Instituto de Ciências Humanas e Letras - Campus Universitário - Av. Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 - Alifan - CEP 69.073-000 Manaus - Am - Telefone/Fax: (92) 3305-4381 - Telefone: (92) 3305-0380 - Homepage: www.ufam.edu.br - E-mail: ppgsc@ufam.edu.br

### Anexo 3: Autorização de Uso de imagem, voz e respectiva sessão de direitos

**“AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, VOZ E RESPECTIVA CESSÃO DE DIREITOS” (LEI Nº. 9610/98)**

Pelo presente Instrumento Particular, eu, \_\_\_\_\_  
 RG nº \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_ residente e  
 domiciliado na \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_

por este e na melhor forma de direito, **AUTORIZO**, de forma gratuita e sem qualquer ônus, à mestranda **CARLA SILVANE DA SILVA COSTA**, autora do Projeto **“Quilombos do Rio Andirá: uma análise dos processos socioculturais de educação”**, vinculado ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas, localizada à Avenida General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, nº 1200, Bairro – Coroado I, Manaus – AM, CEP 69.067-005 – Setor Norte, a **UTILIZAR** minha imagem, vinculada à elaboração acadêmica da Dissertação de Mestrado, conforme tema acima supramencionado e/ou na divulgação de propaganda, tais como folders, cartazes, fotos, vídeos, entre outros, em todos os meios possíveis de comunicação interna desta instituição, como jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, bem como no trabalho dissertativo, voz e imagem.

A presente autorização e cessão são outorgadas livres e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretroatível, por **prazo indeterminado**.

E por ser de minha livre e espontânea vontade esta **AUTORIZAÇÃO** e **CESSÃO**, assino em duas vias de igual teor.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021

\_\_\_\_\_  
 Nome